



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
PROFHISTÓRIA

**PARA PENSAR FEMINISMO(S) EM NOVA IGUAÇU: TECENDO TRAMAS ENTRE
HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIAS COLETIVAS E O ENSINO DE HISTÓRIA A
PARTIR DO DIÁLOGO ENTRE GERAÇÕES**

Ladisséa Salvina da Silva

Rio de Janeiro

2025

LADISSÉA SALVINA DA SILVA

**PARA PENSAR FEMINISMO(S) EM NOVA IGUAÇU: TECENDO TRAMAS ENTRE
HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIAS COLETIVAS E O ENSINO DE HISTÓRIA A
PARTIR DO DIÁLOGO ENTRE GERAÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Ensino de História – ProfHistória
– da Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro, como requisito parcial para a obtenção
do grau de Mestre em Ensino de História

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Bogéa Borges

Rio de Janeiro

2025

Ladisséa Salvina da Silva

**PARA PENSAR FEMINISMO(S) EM NOVA IGUAÇU: TECENDO TRAMAS ENTRE
HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIAS COLETIVAS E O ENSINO DE HISTÓRIA A
PARTIR DO DIÁLOGO ENTRE GERAÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História – ProfHistória – da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de História

Aprovado em: 27/10 /2025.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Bogéa Borges

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

Profa. Dr.^a Fabiana de Moura Maia Rodrigues

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ

Prof.^a Dr.^a Jane Santos da Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

SS586 Silva, Ladisséa Salvina da
Para pensar feminismo(s) em Nova Iguaçu: Tecendo tramas entre história oral, memórias coletivas e o ensino de história a partir do diálogo entre gerações. / Ladisséa Salvina da Silva. -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2025.
114 f.

Orientadora: Vera Lúcia Bórges Borges.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, 2025.

1. Feminismo periférico. 2. Movimento de mulheres de Nova Iguaçu - memórias coletivas. 3. Pdcast no Ensino de História. I. Borges, Vera Lúcia Bórges, orient. II. Título.

Dedico este trabalho à minha mãe, Maria, e ao meu pai, José (*in memoriam*), por todo o amor, apoio e ensinamentos que moldaram quem sou.

À minha querida amiga Elinea Peixoto (*in memoriam*), companheira incansável nas lutas pelos direitos das mulheres, cuja força e legado continuam a me inspirar.

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação não teria sido possível sem o apoio, incentivo e acolhimento de muitas pessoas que, de diferentes formas, caminharam ao meu lado nesta trajetória.

À minha família, pelo apoio incondicional, pela paciência e por acreditarem sempre na importância dos meus sonhos. Ao meu filho, Guilherme, pelo apoio constante e por ser o ouvido atento nas inúmeras vezes em que li meus textos em voz alta. Ao meu marido, Aécio, pelo incentivo, diálogos, críticas, carinho e amor. Às minhas irmãs, Ivandira e Ivana; aos meus sobrinhos Rodrigo e Jéssica; e às minhas sobrinhas-netas Mariana, Elis, Sofia, Loane e Alice, pela torcida e pelo afeto sempre presentes.

Agradecimento especial à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Bogéa Borges, pela acolhida, pela escuta atenta e pela generosidade, que me permitiram crescer acadêmica e pessoalmente. Sua orientação foi fundamental para conclusão desta dissertação.

À banca examinadora, que contribuiu com críticas e sugestões fundamentais para o amadurecimento desta pesquisa.

Às/os professoras/es do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, pelos ensinamentos que ampliaram meu olhar e pela dedicação ao ensino e à pesquisa.

Aos/às colegas e amigos/as de curso, pela troca de experiências, pelas conversas nos corredores e pela amizade que tornou esta caminhada mais leve.

Às mulheres que direta ou indiretamente participaram deste trabalho: Ana Lúcia Alcântara, Ciomara Santos (Mara), Elba Diniz, Leci Carvalho, Lucia Barros, Marília Figueiredo, Orleide Monteiro, Rose Souza, Shirley Martins, Sueli Catarina, grata pelo apoio e acolhimento.

À equipe de direção e pedagógica do C. E. Engenheiro Arêa Leão, pelo apoio e compreensão durante toda a caminhada no mestrado, em especial às alunas e alunos do segundo e terceiro ano do ensino médio 2023/2024.

Às minhas companheiras de militância, que sempre me incentivaram a escrever sobre as memórias que dão vida a esta pesquisa. Obrigada por confiarem em mim ao abrirem suas histórias e experiências, entregando-me a responsabilidade e a honra de transformá-las em palavras.

Também quero agradecer a algumas mulheres que contribuíram na construção do movimento de mulheres de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense e que deixaram seus legados

nas memórias de suas companheiras de luta: Elinea Peixoto, do Grupo Feminista Coisa de Mulher, Dalva Martins e Maria Matilde de Jesus Santos, do Movimento de Mulheres de Queimados, Maria José da Silva, Mulheres do Guandu, Luciene Medeiros, do Fórum de Mulheres da Baixada Fluminense e professora da Pontifícia Universidade Católica – PUC/RJ. Á vocês minha gratidão.

Por fim, agradeço a todas as mulheres que, ao longo da história, lutaram e resistiram para que outras pudessem ter suas vozes ampliadas na academia e na sociedade.

Enfim, uma mulher que herdou da mãe o sonho de ter escolhas e, talvez sem saber, realizou-o.

(Corsária, Marilene Felinto)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal pesquisar o movimento feminista de Nova Iguaçu/RJ, suas memórias e complexidades enquanto expressão de um feminismo periférico, articulando-o ao Ensino de História e ao debate sobre gênero na sala de aula. A investigação concentra-se no período de 1986 a 1994, nas experiências de mulheres que participaram de grupos feministas no município, relaciona essas trajetórias às discussões contemporâneas sobre feminismo no contexto escolar. A pesquisa adotou a história oral como metodologia central, permitindo reconstruir práticas, discursos e vivências dessas militantes, destacando formas de resistência construídas em territórios marcados por desigualdades sociais e de gênero. Ao mapear e interpretar fontes históricas, documentais e orais, enfatiza-se a relevância da memória coletiva e dos arquivos pessoais para compreender o feminismo vivenciado em Nova Iguaçu/RJ. O estudo contrasta essas experiências com narrativas hegemônicas do feminismo branco e de classe média, sobretudo do Rio de Janeiro, evidencia especificidades, potências e legados do feminismo local, protagonizado por mulheres vinculadas a diferentes movimentos sociais. Além disso, ressalta-se a importância de reconhecer a história das mulheres como sujeitos coletivo de transformação social e incorporá-la criticamente às aulas de História na rede pública. Como produto pedagógico, desenvolveu-se um podcast baseado nas discussões promovidas pelo Coletivo Novos Olhares, formado por estudantes do segundo e terceiro ano do ensino médio. A proposta visa ampliar o debate de gênero na escola, fomentar reflexões críticas, por meio da escuta ativa, do diálogo e da produção colaborativa de conhecimento, articular temporalidades distintas e aproximar as pautas históricas das feministas de Nova Iguaçu das inquietações atuais das(os) estudantes.

Palavras-chave: Feminismo periférico; Memórias coletivas; Movimento de Mulheres de Nova Iguaçu; Podcast no Ensino de História.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the feminist movement of Nova Iguaçu/RJ, its memories and complexities as an expression of peripheric feminism, articulating it with History Teaching and the debate on gender in the classroom. The research focuses on the period from 1986 to 1994 and on the experiences of women who participated in feminist groups in the municipality, relating these trajectories to contemporary discussions on feminism within the school context. Oral History was adopted as the central methodology, enabling the reconstruction of practices, discourses, and lived experiences of these activists and highlighting forms of resistance developed in territories marked by social and gender inequalities. By mapping and interpreting historical, documentary, and oral sources, the study emphasizes the relevance of collective memory and personal archives for understanding the feminism practiced in Nova Iguaçu/RJ. The research contrasts these experiences with hegemonic narratives of white, middle-class feminism, particularly in Rio de Janeiro, shedding light on the specificities, strengths, and legacies of the local feminist movement, led by women engaged in different social struggles. Furthermore, it underscores the importance of recognizing women's history as a collective subject of social transformation and integrating it critically into History classes in public schools. As a pedagogical product, a podcast was developed based on discussions promoted by the Coletivo Novos Olhares, composed of second- and third-year high school students. The proposal aims to broaden gender debates in school, foster critical reflections through active listening, dialogue, and collaborative knowledge production, articulate distinct temporalities, and connect the historical agendas of Nova Iguaçu feminist groups with the current concerns of students.

Keywords: Peripheric feminism; Collective memories; Women's Movement of Nova Iguaçu; Podcast in History Teaching.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEAC - Centro de Estudos e Ação Comunitária

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CEEAL - Colégio Estadual Engenheiro Arêa Leão

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CEPEBA - Centro de Pesquisa e Estudos da Baixada Fluminense

DEAM - Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher

FBPF - Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MAB - Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu

MLAL - Movimento de Laici América Latina

MUB - Federação Municipal das Associações de Moradores de Duque de Caxias

PNED - Política Nacional de Educação Digital

PT - Partido dos Trabalhadores

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Destinatário da Carta das Mulheres aos constituintes	26
Figura 2 – Remetente da Carta das Mulheres aos Constituintes	26
Figura 3 – Matéria do Jornal Última Hora - 30 de março de 1987.....	28
Figura 4 – Folder do Terceiro Encontro de Mulheres da Baixada Fluminense	29
Figura 5 – Programação do Terceiro Encontro de Mulheres da Baixada Fluminense ...	30
Figura 6 – Matéria do Jornal O Dia. 04/07/1989	54
Figura 7 – Trecho que a aluna Ju escolheu do Livro Chimamanda Ngozi Adichie - Sejam Todas Feministas	67
Figura 8 – Capa do livro de Chimamanda Ngozi Adichie	67
Figura 9 – Segunda Roda de conversa	69
Figura 10 – Cartaz fixado em uma república estudantil da Universidade Federal de São João Del Rei	71
Figura 11 – Terceira Roda de Conversa - no centro, exposição de fontes documentais do movimento de mulheres de Nova Iguaçu	72
Figura 12 – Terceira Roda de Conversa	73
Figura 13 – Primeira oficina de podcast.....	77
Figura 14 – Segunda oficina de podcast	78
Figura 15 – Terceira oficina de podcast	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. FEMINISMO E GRUPOS DE MULHERES EM NOVA IGUAÇU/RJ (1986-1994)	20
1.1 Movimento de Mulheres em Nova Iguaçu/RJ (1986-1994): tecendo narrativas	21
1.2 Feminismo na historiografia e os grupos feministas de Nova Iguaçu/RJ (1986-1994): algumas conexões	32
2. PARA PENSAR FEMINISMO(S) EM NOVA IGUAÇU: TECENDO TRAMAS ENTRE HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIAS COLETIVAS E O ENSINO DE HISTÓRIA	44
2.1 A História Oral como metodologia: escuta atenta e sensível na construção de conhecimentos e saberes	45
2.2 Quando Elas Falam: memória do Feminismo vivido pelos grupos de mulheres de Nova Iguaçu	47
3. O diálogo entre gerações em Nova Iguaçu/RJ a partir do ProfHistória: tramas tecidas entre os Grupos Feministas (1986-1994) e alunos do ensino médio do Colégio Estadual Engenheiro Arêa Leão	58
3.1 Algumas reflexões na construção do produto pedagógico: as Leis 10.639/03, 11.645/08 e 14.986/24 - aportes importantes na construção de um currículo interseccional.	59
3.2 Rodas de Conversa: tecendo as tramas	62
3.3 Os podcast, ampliando vozes, conectando conhecimentos	73
3.3.1 Veiculação dos podcasts	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	85
ANEXO A - Parecer Consubstanciado do CEP - Conselho de Ética Profissional UNIRIO	89
ANEXO B - Cronograma das entrevistas com as feministas	94
ANEXO C - Roteiro de perguntas norteadoras das entrevistas	95
ANEXO D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	96
ANEXO E - Termo de Compromisso e Confidencialidade dos Dados	99
ANEXO F - Termo de Compromisso para Uso de Imagem	100
ANEXO G - Termo de Compromisso para Uso de Voz	102
ANEXO H - Segunda Roda de Conversa - Letra da música <i>Faixa amarela</i>, interpretada pelo cantor e compositor Zeca Pagodinho	104
ANEXO I - Segunda Roda de Conversa - Letra da música <i>Respeita as minas</i>, interpretada pela cantora Kell Smith	107
ANEXO J - Segunda Roda de Conversa: frases machistas	109
ANEXO L - Oficina para construção de Podcast	110
ANEXO M - Roteiro do primeiro episódio do podcast - Apresentação do Coletivo Novos Olhares	112
ANEXO N - Roteiro do segundo episódio do podcast - Violência contra a Mulher	114

INTRODUÇÃO

Ingressei no mestrado profissional em Ensino de História (Profhistória) em 2023 já com uma proposta bem delineada, isto é, pesquisar o movimento de mulheres da Baixada Fluminense¹, mais especificamente os primeiros grupos feministas da região. Durante muito tempo, acalentei o desejo de registrar esse momento tão significativo da história das mulheres da Baixada em um projeto acadêmico. No entanto, diversos obstáculos adiaram a concretização dessa proposta por vários anos.

Assim, chego ao mestrado profissional em 2023 movida pelo desejo de, finalmente, dar forma a esse projeto ao articular memórias coletivas desses grupos, minha trajetória política e o ensino de história.

Durante este percurso, alguns encontros foram decisivos para a construção teórica e metodológica da pesquisa. Um deles foi a disciplina “História Oral, Memória e Ensino de História: Questões, Desafios e Interfaces Contemporâneas”, cursada no início de 2023, ministrada pela prof.^a Dr.^a Fabiana de Moura Maia Rodrigues, que me proporcionou um cabedal de autores e autoras de referência para a metodologia utilizada neste trabalho: a história oral.

Outro encontro determinante foi com minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Borgéa Borges. Mesmo não sendo o foco central de suas pesquisas, a professora Vera acolheu meu projeto e desempenhou papel fundamental em todo o processo de construção deste trabalho. Suas observações e perguntas, muitas vezes inquietantes, mas sempre necessárias, me levaram a refletir sobre objetivos, motivações, recortes temporais e epistemológicos, além de me indicar autoras feministas que ampliaram e aprofundaram meu referencial teórico².

Foi nesse processo que se chegou à delimitação temporal motivadora do estudo, que seria Nova Iguaçu, cidade onde se formaram os primeiros grupos feministas da Baixada Fluminense, compreendido entre os anos de 1986 e 1994.

Portanto, a partir dessa definição do espaço e do recorte temporal, somada às reflexões surgidas no diálogo com minha orientadora e durante o exame de Qualificação, que o objetivo principal foi sendo delineado dentro de uma perspectiva que pareceu-me ampliar a sua compreensão. A intenção não é apenas refletir o movimento feminista de Nova Iguaçu como fenômeno histórico, mas também evidenciar sua importância para o ensino de história e para o

¹ A Baixada Fluminense pertence à Região Metropolitana da capital, Rio de Janeiro. É composta pelos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

² Coletânea – *Pensamento Feminista Hoje* (Heloisa Buarque de Hollanda). *Teoria Feminista: Da Margem ao Centro* (bell hooks). *Feminismo no Brasil* (Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy).

debate sobre as questões de gênero na escola, na atualidade. Assim, defini como objetivo pesquisar o movimento feminista de Nova Iguaçu, suas memórias e suas complexidades como um feminismo periférico, e articulá-lo ao ensino de história e ao debate sobre gênero na sala de aula.

A partir dessa perspectiva mais ampla, busca-se identificar e analisar as origens, principais personagens e pautas dos primeiros grupos feministas formados em Nova Iguaçu, mapeando e interpretando as fontes históricas, documentais e orais, relacionadas a esse movimento, destacando a relevância da memória coletiva e dos arquivos pessoais. Em paralelo, propor estratégias pedagógicas que integrem o estudo do movimento feminista local ao cotidiano escolar, promovendo reflexões críticas sobre gênero e direitos das mulheres.

O produto pedagógico, por sua vez, representa esse diálogo entre temporalidades, as pautas de luta das mulheres de Nova Iguaçu há quase quatro décadas e as demandas atuais relacionadas às questões de gênero vividas pelas jovens alunas do Colégio Estadual Engenheiro Arêa Leão.

Nesse contexto de um movimento que poucos documentos produziram, a adoção da história oral como metodologia se justifica por sua capacidade de preencher lacunas deixadas pelas fontes documentais, sobretudo no que diz respeito à atuação de sujeitos e movimentos historicamente marginalizados. Como afirmam Paul Thompson (1992) e Michael Pollak (1989), as narrativas orais revelam dimensões subjetivas, afetivas e políticas da experiência, muitas vezes ausentes nos registros escritos. No caso desta pesquisa, as entrevistas com mulheres que participaram dos primeiros grupos feministas de Nova Iguaçu não apenas resgatam memórias individuais e coletivas, mas também contribuem para a reconstituição de uma história silenciada nos arquivos oficiais. Como ressalta Verena Alberti:

Muitos não percebem, contudo, que a história oral tem o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis – isto é, que se reconheça, neles, um estatuto tão concreto e capaz de incidir sobre a realidade quanto qualquer outro fato. (...) Quando um entrevistado nos deixa entrever determinadas representações características de sua geração, de sua formação, de sua comunidade etc., elas devem ser tomadas como fatos, e não como “construções” desprovidas de relação com a realidade. É claro que a análise desses fatos não é simples, devendo-se levar em conta a relação de entrevista, as intenções do entrevistado e as opiniões de outras fontes (inclusive entrevistas). Antes de tudo, é preciso saber “ouvir contar”: apurar o ouvido e reconhecer esses fatos, que muitas vezes podem passar despercebidos. (Alberti, 2004, p. 9).

Dessa forma, a adoção da história oral não apenas amplia as possibilidades de interpretação do passado, como também reforça a necessidade de legitimar tais experiências no campo acadêmico, espaço em que se constrói e se reconhece a produção de conhecimento histórico e, mais especificamente, dentro de um programa de pós-graduação que conecte aos

segmentos de base escolar. Tornar públicas essas narrativas é um gesto político e pedagógico: possibilita que as trajetórias dessas mulheres, historicamente invisibilizadas em suas lutas e conquistas, alcancem outras mulheres, inspirem novas gerações e reafirmem, pela memória coletiva, sua presença na história.

Além disso, esta pesquisa se concentra sobre arquivos pessoais do movimento de mulheres de Nova Iguaçu, constituídos por fotografias, cartazes, folders, dossiês e outros registros produzidos pelas próprias militantes. Esses documentos, embora fundamentais para a compreensão do contexto político e social, encontram-se muitas vezes dispersos, guardados em acervos domésticos, sujeitos à deterioração material e ao esquecimento.

Tal condição reforça a necessidade de resgatá-los como fontes históricas legítimas, pois revelam não apenas eventos e ações, mas também as redes afetivas, as estratégias de mobilização e as formas de resistência que marcaram a trajetória desses grupos.

Um exemplo emblemático dessa dispersão de fontes foi a busca pelo material de divulgação do Encontro de Mulheres da Baixada Fluminense de 1987, o único que não se encontrava em meu arquivo pessoal. Realizei consultas em repositórios da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, que abriga o mais importante arquivo histórico da Baixada Fluminense, no acervo da Biblioteca Nacional e em outros arquivos institucionais. Também entrei em contato com diversas mulheres que participaram deste encontro, mas ninguém sabia indicar qualquer vestígio de sua localização.

Quando já não contava mais com essa fonte, fui ao encontro com Marília Figueiredo Jorge, em sua casa, para a entrevista para esta pesquisa. Durante nossa conversa sobre a participação da instituição da qual fazia parte, o Centro de Estudos e Ação Comunitária – CEAC, perguntei sobre o destino dos arquivos da entidade, que também havia sido um importante centro de documentação dos movimentos sociais de Nova Iguaçu. Marília fez uma pausa, levantou-se, e retornou trazendo várias caixas cheias de documentos. Entre eles, estava o folder com a programação do Encontro de 1987. O meu sentimento foi de incredulidade e alegria.

A dissertação está dividida em três capítulos sendo o capítulo 1 intitulado “Feminismo e grupos de mulheres em Nova Iguaçu/RJ (1986-1994)”, tem como propósito analisar a trajetória do Movimento de Mulheres em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, mais especificamente a relação com o feminismo, que resultou na formação dos primeiros grupos feministas da Baixada Fluminense, entre os anos de 1986 e 1994. No período estudado, está em curso o processo de redemocratização brasileira, quando novos movimentos sociais emergiram e as mulheres ampliaram sua presença política nos âmbitos nacional e local. Um dos exemplos

mais expressivos desse protagonismo foi o chamado Lobby do Batom, articulação nacional voltada à formulação de propostas das mulheres para a Constituição de 1988, como ressalta Pitanguy:

Esse foi um capítulo vitorioso na história da luta das mulheres por seus direitos. Cerca de 80% das proposições foram incorporadas ao texto constitucional, outras levaram a mudanças nos códigos civil e penal, em leis complementares, ou na criação de novas leis e serviços como as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) e as Casas Abrigos. (Pitanguy, 2019, p. 89)

Será a partir desse momento histórico que esta pesquisa situa a experiência do movimento de mulheres de Nova Iguaçu com pautas específicas na luta por direitos, e onde os primeiros grupos feministas se constituem. Ainda neste capítulo, situamos historicamente o feminismo desde a primeira Onda Feminista, representado pelo movimento sufragista do final do século XIX e início do século XX até o debate fundamental do feminismo negro, que no Brasil encontrou formulações pioneiras em Lélia Gonzalez. Seus escritos foram reunidos na coletânea *por um feminismo afro-latino-americano* (2020), organizado por Flávia Rios e Márcia Lima. Nesse volume, em texto originalmente publicado em 1979, Gonzalez já destacava que “ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e sexismo a colocam no nível mais alto de opressão”. (Gonzales, 1979, p. 58). Antes mesmo do conceito de interseccionalidade ser cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989, Gonzalez já evidenciava que a luta feminista não poderia prescindir da luta antirracista e de classe.

Já o capítulo 2 que tem como título, *para pensar feminismo(s) em Nova Iguaçu: tecendo tramas entre história oral, memórias coletivas e o ensino de história* é dedicado à escuta das protagonistas desta pesquisa, cujas vozes constituem o fio condutor da dissertação. Para tal, a história oral traz todo o embasamento teórico, ético e científico, para essa escuta:

O trabalho com história oral exige do pesquisador um elevado respeito pelo outro, por suas opiniões, atitudes e posições, por sua visão de mundo enfim. E essa visão de mundo que norteia seu depoimento e que imprime significados aos fatos e acontecimentos narrados. Ela é individual, particular àquele depoente, mas constitui também elemento indispensável para a compreensão da história de seu grupo social [...]. (Alberti, 2013, p. 33)

Foram entrevistadas oito mulheres que participaram dos grupos feministas identificado como: Rabo de Saia, Coisa de Mulher e Mulher, e Daí?, e a coordenadora do grupo de mulheres do CEAC. Suas falas revelam trajetórias individuais e coletivas de mulheres periféricas, vinculadas a diferentes movimentos sociais — estudantil, cultural, associativo, ambiental, sindical, Clube de mães da Igreja Católica e às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Essas experiências individuais, quando entrelaçadas, traz o que o sociólogo Maurice Halbwachs (2003) chamou de memória coletiva. Em suas falas elas apresentam um movimento feminista distinto ao da capital, Rio de Janeiro. Em Nova Iguaçu, como em outros municípios da Baixada Fluminense, marcados por desigualdades sociais profundas, essas mulheres vivenciaram uma dinâmica diferenciada do feminismo da capital. Para além das pautas consolidadas, como direito ao corpo, à contracepção, à descriminalização do aborto, outras reivindicações eram incorporadas com o mesmo vigor: direito à creche, transporte mais seguro e ruas iluminadas para que coibisse o estupro e o abuso sexual, a luta contra a violência doméstica dentre outras reivindicações.

A maioria das narrativas desses movimentos periféricos e suas trajetórias políticas não se encontram nos documentos existentes nos arquivos oficiais. No caso do movimento de mulheres de Nova Iguaçu, se torna ainda mais premente, pois grande parte de sua história permanece registrada apenas nas memórias de suas protagonistas e em arquivos pessoais dispersos. Trabalhar com a metodologia da história oral é trazer luz a importante momento político:

Acho a história oral superimportante, ainda mais no que diz respeito aos estudos de gênero. Porque boa parte do que se fez ao longo dos anos não foi publicado. Então, a utilização da prática da história oral permite trazer à tona estas questões. E registrá-la através da escrita. (Soihet, 2017, p. 25)

Por fim, o capítulo 3, traz em sua epígrafe uma provocação feita por um aluno em um momento muito sensível na história do Brasil, no ano de 2017, período em que se intensifica o ataque à educação, podemos dizer que de forma mais contundente. Enquanto dava aula sobre Primeira República, falei da luta pelo voto feminino, então ouvi a seguinte frase: “*Lá vem ela com essa história de feminismo!*”. Não precisamos falar a palavra feminismo, é só citar o protagonismo das mulheres em qualquer momento da história para que todos os adjetivos pejorativos atribuídos às feministas afluem. Esta frase me inquietou, me levando a parafrasear um jargão da esquerda: “Ufa, vamos lá, a luta continua³, a luta nunca parou!

Este último capítulo, traz a essência desse dia, em 2017, como desconstruir questões tão enraizadas em uma sociedade tradicionalmente patriarcal e misógina? A partir das reflexões decorrentes do meu amadurecimento como mulher e militante feminista, alguns questionamentos surgiram para nortear a construção do produto pedagógico. Como conectar as

³ A frase, *A luta continua!* Ficou conhecida mundialmente como um lema de resistência e mobilização. Originalmente uma palavra de ordem da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). No Brasil ganhou força nos anos de 1970-1980, sendo usada pela esquerda, por sindicatos e pelo movimento estudantil, em meio a resistência à Ditadura Civil Militar (1964-1985).

experiências do movimento de mulheres de Nova Iguaçu desde os anos 1980 com as inquietações das (os) estudantes que vivem em um ambiente cotidianamente conectado às Redes Sociais? Quais são as suas inquietações? Como tecer este diálogo? Que dinâmica poderia ajudar a construir espaços de reflexão na escola? Com qual série? Com qual turma?

A decisão foi apresentar a ideia para turmas do segundo ano do ensino médio, e formar um grupo de estudos para pensar as questões de gênero na escola. Foi a partir dessa proposta que surgiu o Coletivo Novos Olhares. Segundo bell hooks (2021, p. 25): “Antes que as mulheres pudessem mudar o patriarcado, era necessário mudar a nós mesmas; precisávamos criar consciência”. Corroborando com a fala de hooks, o produto pedagógico, deveria ser pensando para envolver toda a escola, por isso, a ideia era pensar um instrumento pedagógico que alcançasse esse objetivo: como a escola possui um sistema de áudio interno (uma espécie de rádio), a proposta principal foi a produção de podcast veiculados na escola durante o intervalo entre as aulas.

Capítulo 1 – FEMINISMO E GRUPOS DE MULHERES EM NOVA IGUAÇU/RJ (1986-1994)

Uma retrospectiva sobre os feminismos não apresenta caminho único. Há diversos pontos de partida, contornos epocais, territoriais, vertentes, ondas, trajetórias individuais ou coletivas, referências etnocentradas ou decoloniais, transversais ou setoriais... e lados. Depende de quem conta e como conta. (Cristiane B. Brasil.2024, p.9)

Partindo da experiência pessoal que marca o início da minha militância, o primeiro capítulo desta dissertação propõe-se a apresentar um panorama do Movimento de Mulheres em Nova Iguaçu/RJ, no período de 1986 a 1994, bem como traçar uma linha histórica do feminismo que influenciou as feministas brasileiras. O objetivo é evidenciar a contribuição do feminismo, em Nova Iguaçu, para a mudança de perspectiva desse movimento, especialmente no que diz respeito à construção e à garantia de direitos específicos das mulheres como grupo social marcado por desigualdades históricas e estruturais.

Em 1986, após organizar um encontro de mulheres no bairro onde eu morava, na periferia de Belford Roxo, fui convidada a integrar uma equipe de mulheres no Centro de Ação Comunitária (CEAC). Esse convite marcou o início da minha trajetória no movimento de mulheres de Nova Iguaçu. Naquele momento, minha atuação, ligada à associação de moradores do bairro e ao Centro Cultural Paulo Vinícius Corrêa - CEPAVI, estava voltada principalmente para a luta por melhores condições de vida para as mulheres da periferia, questões como saúde, creche, trabalho e violência doméstica. Contudo, o feminismo, enquanto postura política, consciente e assumida, só seria incorporado mais tarde.

Assim como muitas mulheres daquele período e, infelizmente, ainda hoje, eu reproduzia o discurso de que “não era feminista, era feminina”, repetindo uma frase carregada de preconceitos construídos socialmente em torno da palavra “feminismo”. Foi por meio do contato com feministas da capital, Rio de Janeiro, que comecei a desconstruir esse imaginário e a compreender que o feminismo não era o oposto da feminilidade, nem uma luta contra os homens, mas sim um movimento político essencial para a transformação das desigualdades estruturais das sociedades.

A troca de experiências, as formações, os encontros e os grupos de reflexão com essas mulheres foram fundamentais para que eu pudesse, gradualmente, entender a profundidade e a potência do feminismo. Não se tratava apenas de uma luta por direitos, mas de uma nova forma de ver o mundo, de questionar as relações de poder e de reivindicar autonomia sobre os nossos corpos, nossas vozes e nossas histórias. O feminismo entrou na minha vida como um processo

de conscientização e pertencimento, e desde então passou a orientar não apenas a minha militância, mas também minha prática pedagógica e minha forma de estar no mundo.

As pautas defendidas eram diversas e refletiam de forma concreta as necessidades e demandas vividas pelas mulheres da região, em sua maioria oriundas dos bairros periféricos e marcadas por múltiplas desigualdades. Por meio desta pesquisa, busca-se examinar as dinâmicas de mobilização, os temas prioritários abordados, os avanços conquistados e as estratégias adotadas na luta por igualdade de gênero e pelos direitos das mulheres.

Esta reflexão inicial é fundamental para situar historicamente as questões de gênero em Nova Iguaçu e compreender o contexto social e político em que emergiram as ações e as resistências protagonizadas pelas mulheres nesse período. Parte-se da hipótese de que o feminismo construído por essas mulheres iguaçuanas, majoritariamente oriundas das classes populares de Nova Iguaçu, apresenta características distintas do feminismo produzido por setores da classe média da capital fluminense. Essa diferença pode ser percebida tanto nas práticas políticas quanto nas prioridades das pautas levantadas, fortemente ancoradas nas demandas locais e nas experiências cotidianas de exclusão e resistência vividas por essas mulheres. Assim, o capítulo 1 está dividido em duas partes.

1.1. Movimento de Mulheres em Nova Iguaçu/RJ (1986-1994): tecendo narrativas.

Abordar a memória do Movimento de Mulheres da Baixada Fluminense, mais especificamente, a organização no município de Nova Iguaçu entre os anos de 1986 e 1994, é partir de um lugar vivido e experienciado por mim. Meu primeiro contato com o movimento feminista inicia neste período, em 1986, quando comecei a participar do movimento de mulheres em Nova Iguaçu/RJ, a princípio fazendo parte do grupo de mulheres do CEAC - Centro de Estudos e Ação Comunitária. Posteriormente, na criação do primeiro grupo feminista da Baixada Fluminense, o Grupo Feminista Rabo de Saia e divido essas memórias com outras companheiras, que estarão presentes nesta dissertação.

Dentro do movimento social mais geral, as mulheres sempre tiveram uma história de participação importante. Nem sempre ocupando cargos de poder, como presidente de associações de moradores ou sindicatos, mas sempre exercendo um papel fundamental como lideranças de seus bairros, pois eram elas que viviam cotidianamente a falta de água, de saneamento básico, a ausência de escola, de creches e postos de saúde. Neste cenário, as federações que reuniam as associações de moradores eram as que mais mobilizavam a

população. No território da Baixada Fluminense, três Federações⁴ tinham filiadas centenas de associações de bairro. Na questão da participação feminina, o MAB - Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu se diferenciava. Desde a sua fundação em 6 de dezembro de 1981, as mulheres sempre estiveram na presidência ou na vice-presidência da entidade. O MAB⁵ é um caso excepcional, pois as mulheres estavam nas bases das lutas por direito e ocupavam instância de poder político.

Apesar da primazia da atuação feminina nas ações coletivas, é importante notar que temas específicos relacionados aos direitos das mulheres, como por exemplo: direitos reprodutivos, anticoncepção, sexualidade, aborto, violência doméstica e outros, não eram tratados de forma prioritária nas pautas desses movimentos mais amplos. Em algumas associações de moradores havia departamentos femininos, mas que só constavam nos estatutos, mesmo no MAB, não funcionavam, como pontua Solange Brito, que em diferentes gestões ocupou cargos na diretoria da Federação.

A primeira instituição a ter um grupo de mulheres em Nova Iguaçu/RJ foi o CEAC – Centro de Estudos e Ação Comunitária – organização da sociedade civil, que iniciou seus trabalhos no final dos anos de 1970, ainda sob o regime autoritário da ditadura Civil-Militar (1964-1985). Com suas atividades voltadas para apoio logístico e assessoria aos movimentos sociais, principalmente às associações de moradores. O CEAC possuía uma estrutura: sede com telefone, máquina de escrever, mimeógrafo elétrico, registros fotográficos e salas para reuniões. Todos estes aparatos eram fundamentais nas mobilizações e organizações das ações políticas, pois a maioria das instituições populares mal tinham local para se reunir. A instituição contava com grupos de voluntários que recebiam apenas ajuda de custo para transporte. Um desses grupos era o de mulheres.

A princípio o grupo era formado por mulheres que tinham como seu núcleo de participação as associações de moradores, todas oriundas de bairros pobres da periferia de Nova Iguaçu e Belford Roxo⁶. A princípio, as mulheres do CEAC, como eram conhecidas, faziam reuniões com pessoas ligadas às associações de moradores para falar da importância de elegermos representantes comprometidos com as lutas populares para a Assembleia Nacional Constituinte, eleição que ocorreu em novembro de 1986.

⁴ Federação as Associações de Moradores de Duque de Caxias - MUB
 Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu - MAB
 Federação das Associações de Moradores de São João de Meriti - ABM

⁵ MULHERES DO MAB: Um Retrato do Movimento. Nova Iguaçu, 2007.

⁶ Até final da década de 1990, diversos territórios que hoje correspondem a municípios autônomos da Baixada Fluminense eram distritos vinculados a Nova Iguaçu, como no caso de Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita.

A partir da chegada de novas participantes, o trabalho da equipe começou a adquirir especificidades relacionadas às questões das mulheres. Elba Diniz Rodriguez, do movimento ambientalista, eu, Ladisséa Silva, Séa, como sou conhecida, do Grupo de Teatro do Oprimido “Periferia da Periferia” e da Associação de Moradores do Jardim Bom Pastor (Belford Roxo), e Gabriella Gagliardo, voluntária da organização não governamental MLAL⁷, que apoiava financeiramente o CEAC. Assim, uma nova dinâmica foi incorporada ao trabalho do grupo, temas específicos começaram a ser discutidos como saúde reprodutiva, violência, a dupla jornada de trabalho, participação política, e tudo regado com dinâmicas de grupo e de teatro do oprimido. Elba Diniz Rodriguez, relembra na sua entrevista, que Gabriella Gagliardo, feminista italiana, contribui para que pautas do feminismo fossem acrescentadas as demandas do grupo de mulheres do CEAC.

Segundo Marília Figueiredo Jorge, que coordenava o grupo de mulheres do CEAC, foi a partir deste embrião que os grupos que discutiam questões específicas das mulheres começaram a surgir.

Trabalhei durante oito anos, mais ou menos, nessa instituição, Centro de Estudos e Ação Comunitária, o CEAC. Fui trabalhar porque militava no movimento associativo, o MAB, e acabei virando coordenadora de mulheres do Centro. Eu nunca participei de nenhum grupo específico, mas coordenava os grupos que de uma certa forma nasceram lá, pela estrutura que nós tínhamos na época.

Marília, ainda nesta entrevista, comenta sobre os grupos:

Isso foi na década de 80, finalzinho de 80 e início de 90. Esse movimento deslanchou lá no CEAC. E lá de dentro do CEAC surgiram, se não me engano, quatro grupos de mulheres, eu talvez não me lembro o nome de todos eles, mas foi eles... - me dá cola, Séa. Foi o Rabo de Saia, foi o da Mara, como é o nome? - ‘Coisa de Mulher’. Que você participou, não é Gisela? Gisela responde: - ‘Não, o meu foi, Mulher e daí?’ Ah, ah, Mulher e daí, que foi seu e da Rita. E tinha um outro grupo que não me lembro quem era..., acho que foi... Rabo de Saia, Coisa de Mulher, então foram esses três. Talvez eu tenha confundido, porque tinham os grupos dentro dos bairros, no Carmary, das associações de moradores, e tinha o grupo da Igreja, que era ligado ao grupo de mães, que de vez em quando se reunia nessa instituição.

Ouvir a gravação da entrevista de Marília e como ela recorre às memórias de outras companheiras para preencher as lacunas de suas lembranças – “Me dá uma cola Séa” - remete ao que Maurice Halbwachs (2006) enfatiza em seu livro, que as memórias individuais estão interligadas as memórias coletivas e para entrar em conexão com este passado há a necessidade de recorrer às lembranças dos grupos às quais pertence ou pertenceu. Portanto, a memória é

⁷ Movimento Laici América Latina - MLAL. Organização Não Governamental italiana de cooperação Internacional

uma construção social, mesmo quando uma única pessoa fala de suas lembranças, estas estão imbricadas nas de outras com as quais estas vivências foram compartilhadas.

Como citado por Marília Figueiredo Jorge, três grupos se formaram em finais da década de 1980 e início de 1990: o Grupo Feminista Rabo de Saia, o Grupo Feminista Coisa de Mulher e o Grupo Feminista Mulher, e daí? Antes de abordar a formação dos grupos feministas é essencial destacar a importância da Carta das Mulheres aos Constituintes (figuras 1 e 2) para a consolidação do movimento de mulheres em Nova Iguaçu/RJ.

O país vivia um momento singular de sua história recente, marcado pela intensa participação popular no processo de redemocratização. Diversos movimentos sociais e organizações civis se mobilizaram com o objetivo de influenciar os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). Essa atuação ocorreu, sobretudo, por meio da apresentação de emendas populares e da pressão exercida sobre os parlamentares constituintes, buscando garantir que as demandas da sociedade fossem incorporadas ao texto da nova Constituição. As mulheres representadas pelo recém-criado Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, empreenderam uma campanha com dois slogans potentes, “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher” e “Constituinte sem mulher fica pela metade”, (Alves e Pitanguy, 2022, p.256) que percorreu todo país colhendo contribuições dos grupos de mulheres, grupos feministas, sindicatos etc.

Para além das emendas populares, esta campanha tinha também como objetivo eleger mulheres. A primeira parte foi vitoriosa, conseguiu, pela primeira vez na história do Brasil, eleger 26 mulheres para a Câmara Federal.

Portanto, na eleição em 1986 para a Assembleia Nacional Constituinte, em um universo de 513 deputados federais, 26 eram mulheres, e no senado dos 81 assentos, não foi eleita nenhuma senadora. Foram estas as parlamentares constituintes eleitas: Abigail Feitosa - PSB/BA, Anna Maria Rattes - PSDB/RJ, Benedita da Silva - PT/RJ, Beth Azize - PSDB/AM, Bete Mendes - PMDB/SP, Cristina Tavares - PDT/PE, Dirce Tutu Quadros - PSDB/SP, Eunice Michiles - PFL/AM, Irma Passoni - PT/SP, Lídice da Mata - PCdoB/Ba, Lúcia Braga - PFL/PB, Lúcia Vânia - PMDB/GO, Márcia Kubitschek - PSDB/DF, Maria de Lourdes Abadia - PSDB/DF, Maria Lúcia - PMDB/AC, Marluce Pinto - PTB/RR, Moema São Thiago - PSDB/CE, Myriam Portella - PSDB/PI, Raquel Cândido - PDT/RO, Raquel Capiberibe - PSB/AP, Rita Camata - PMDB/ES, Rita Furtado - PFL/RO, Rosie de Freitas - PSDB/ES, Sadie Hauache - PFL/AM, Sandra Cavalcanti - PFL/RJ, Wilma Maia - PDT/RN.

Apesar do número pequeno de parlamentares, a mobilização dentro e fora do Congresso Nacional foi tão intensa que a maioria das propostas impressas na Carta das Mulheres aos

Constituintes foi inserida na Constituição Federal de 1988. Toda esta mobilização ficou conhecida como o Lobby do Batom: grande articulação para os debates de propostas das mulheres à Assembleia Nacional Constituinte de 1987 – “Constituição pra valer tem que ter palavra de mulher”. As deputadas federais formaram uma aliança suprapartidária que serviu de elo entre os constituintes e os movimentos de mulheres, que passou a ser denominado de Lobby do Batom. No podcast, “Escute as mais Velhas”⁸, Schuma Schumacher fala sobre esta mobilização e a origem da expressão, Lobby do Batom:

Um das prioridades eleitas, apontadas do Conselho foi acompanhar o processo constituinte. Teve um primeiro momento que era fazer o quê: fazer com que as mulheres fossem eleitas, até então no Brasil nós tínhamos tido no máximo 8 deputadas no Congresso Nacional. Com esta campanha que o conselho vai fazer, *constituente pra valer tem que ter palavra de mulher*, nós elegemos 25 deputadas (*na realidade foram 26, sic*). Ou seja, três vezes mais do que a gente tinha. E com isso nós montamos todo um esquema e passamos a acompanhar cotidianamente os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Até que um dia estava passando pelo corredor, tava vindo três deputados, e um deles disse assim: Lá vem o lobby do batom, como uma coisa pejorativa, como uma forma de nos ofender. A gente disse assim, vamos transformar uma tentativa de ofensa numa coisa poderosa, chamamos a agência que trabalhava com o Conselho Nacional, e aí a gente começou o Lobby do Batom para dar o nosso tom. (Podcast “Respeite as mais velhas”, 2025, episódio 1).

A Carta das Mulheres aos Constituintes foi entregue em sessão solene, no dia 26 de março de 1987, no plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, presidida pelo deputado constituinte Ulisses Guimarães, todas as deputadas constituintes discursaram, abaixo transcrição de parte do discurso da deputada Irma Passoni, PT/SP:

Senhores constituintes, nós gostaríamos de rapidamente apenas colocar algumas coisas porque para nossa alegria hoje nós temos representantes de todos os estados brasileiros aqui presente. Mulheres que fizeram um ano de discussão intensa no Brasil inteiro com todos os setores da sociedade e encaminharam, entregaram já ao presidente deste constituinte, Doutor Ulysses Guimarães a carta das mulheres coordenada pelo Conselho Nacional do Direito da Mulher. (Câmara dos Deputados. 26/03/1987).

⁸ Escute as Mais Velhas, podcast da Fundação Tide Setubal. Produzido pela Rádio Novelo e mediado por Sueli Carneiro e Maria Alice Setubal. O programa entrevista mulheres representantes da luta feminista das décadas de 1970 e 1980.

<https://open.spotify.com/show/11ZRIwZu4SwghHg3Qadyck>. Acesso em: 30/06/2025

Figura 1. Destinatário da Carta das Mulheres aos constituintes



Fonte. Acervo da autora.

Figura 2. Remetente da Carta das Mulheres aos constituintes



Fonte. Acervo da autora.

Uma das estratégias na divulgação das propostas contidas na Carta das Mulheres aos deputados constituintes era organizar em todo país diálogos com os diferentes grupos de mulheres para propagar as propostas e pressionar as comissões que analisavam as emendas

parlamentares, bem como fortalecer o trabalho das 26 deputadas. Schuma Schuma, que foi uma das coordenadoras do Lobby do Batom relata um pouco das estratégias usadas:

Realizamos várias manifestações e vigílias para acompanhar a votação final. Mantivemos um canal permanente com os Conselhos, com os grupos de mulheres nos estados, as categorias profissionais específicas, como as trabalhadoras domésticas e rurais, como as mulheres negras, indígenas, lésbicas, informando do andamento das propostas e transformando-se em um verdadeiro lobby nacional – o Lobby do Batom -, considerado um dos maiores grupos da sociedade civil, organizados na constituinte. (Podcast “Respeite as mais velhas”, 2025, episódio 1).

Embora pareça uma discussão distante da realidade das mulheres de Nova Iguaçu, a Carta das Mulheres aos Constituintes, uma articulação do movimento feminista, coordenado pelo CNDM, amplificará as reivindicações que estavam sendo discutidas ainda de forma restritas por alguns segmentos do movimento social e algumas mulheres de forma independente.

Será nesta dinâmica que as mulheres de Nova Iguaçu, a princípio, CEAC, MAB e Associação das Trabalhadoras Domésticas serão contatadas para participar das discussões contidas na Carta. Um dos canais de comunicação foi através de Luciene Medeiros, diretora do departamento feminino da Federação Municipal das Associações de Moradores de Duque de Caxias – MUB, que já acompanhava estas discussões da Constituinte, e junto com as assessoras Solange Dacach, Fernanda Carneiro e Angela Borba, do mandato da deputada estadual Lúcia Arruda (PT) reuniram-se em Nova Iguaçu. Esta reunião aconteceu na sede do CEAC.

Contudo, ainda havia uma certa desconfiança em relação a proposta vinda das feministas da capital. Denise Rosendo⁹, demonstra um pouco isto em sua fala:

Em 1986 quando se elegeu a primeira Assembleia Nacional Constituinte, (...), o movimento de mulheres teve uma importância muito grande nessa época. Eu lembro que tinha uma carta do movimento de mulheres para os congressistas, para os deputados constituintes. E nessa carta as mulheres colocavam suas perspectivas, e as propostas concretas que deveriam ir para Constituição. (...) Naquele momento, ou até aquele momento, o movimento feminista era sempre visto como movimento mais elitista, de classe média do Rio de Janeiro, como a gente ia trazer aquela pauta de discussão para Baixada Fluminense, onde o mais urgente era a questão do saneamento básico, da infraestrutura básica?

Após alguns debates, concordamos em ter como motivador principal as propostas da Carta. Assim, foi definida a realização do “Terceiro Encontro de Mulheres da Baixada – Fala, Mulher” (figuras 3 e 4), que ocorreu nos dias 28 e 29 de março de 1987. Durante a organização do evento, outros grupos da Baixada Fluminense se somaram ao CEAC, entre eles o MAB, o Clube de Mães das Dioceses de Nova Iguaçu e de Duque Caxias, o Centro de Pesquisa e Estudos

⁹ Entrevista concedida em 2012 à socióloga Gisela Barros, Coordenadora de Gestão Participativa e a Coordenadora de Mulheres da prefeitura de Mesquita.

da Baixada Fluminense (CEPEBA), a Associação das Trabalhadoras Domésticas, entre outros coletivos.

Com a participação de mais de setecentas mulheres, foram dois dias de intensos debates sobre violência que as mulheres sofriam dentro e fora de casa, saúde, trabalho, licença maternidade de 120 dias, creche, aborto.

Segundo as feministas entrevistadas para esta pesquisa, havia sido realizado um trabalho árduo para realização do encontro, cabe lembrar que a Comissão organizadora era composta por mulheres moradoras dos bairros periféricos, trabalhadoras e estudantes que usavam o tempo livre para militância. Com pouca estrutura de comunicação, a maior tecnologia era telefone fixo, fax e correio, talvez por este motivo, a surpresa em relação ao quantitativo de mulheres presentes no encontro. Além da alimentação, foi organizada uma creche para que todas pudessem participar.

Figura 3. Matéria do Jornal Última Hora - 30/03/1987



Fonte. Acervo da autora

Na programação deste encontro (figura 5) podemos observar que as propostas estavam para além da pauta trazida pelas articuladoras do Lobby do Batom, já sendo delineado pautas diferenciadas que serão construídas pelo feminismo em Nova Iguaçu.

A partir desse encontro, começava uma tradição de levar para as ruas as reivindicações das mulheres, pela primeira vez uma grande passeata foi realizada. Em seus cartazes e faixas temas como: acesso gratuito a contraceptivos, atendimento digno nas maternidades, sexualidade, violência doméstica, e a criação de creches públicas. Com músicas e palavras de ordem, o centro comercial de Nova Iguaçu parou para ver e ouvir o “Fala Mulher”.

Figura 4 - Folder do Terceiro Encontro de Mulheres da Baixada Fluminense.

**3º ENCONTRO
DE
MULHERES DA BAIXADA**

FALA, MULHER!

ORGANIZAÇÃO:

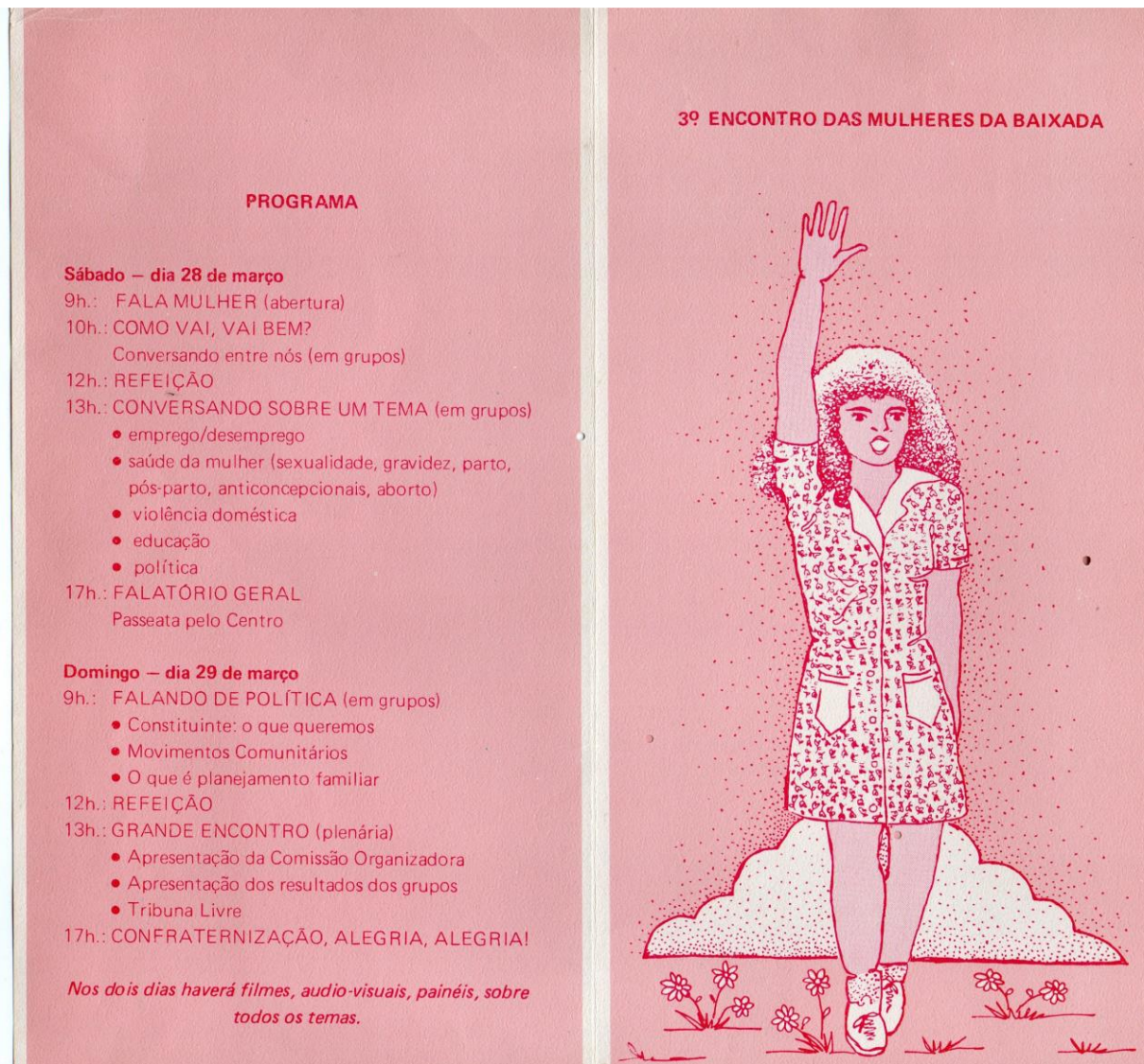
MAB
MUB
SEAC
COPEBA
UIES
UJS
NÓS MULHERES – RJ
COMISSÃO DIREITOS DA REPRODUÇÃO
CLUBE DE MÃES DE CAXIAS
CONSELHO DE SAÚDE DE CAXIAS
MULHERES SEM TERRA
ASSOCIAÇÃO EMPREGADAS DOMÉSTICAS
COMITÊ PRÓ-MÔNICA
GABINETE DEPUTADA LUCIA ARRUDA

Apoio: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Dias 28 e 29 de março de 1987
De 9 às 17 horas
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RANGEL PESTANA
Av. 13 de Maio, 218 – Centro
NOVA IGUAÇU – RJ

Fonte: Acervo doado por Marília Figueiredo Jorge.

Figura 5 - Programação do Terceiro Encontro de Mulheres da Baixada Fluminense



Fonte: Acervo doado por Marília Figueiredo Jorge.

Foi no caminho que aprendemos a andar, a partir deste grande encontro em 1987, que a trajetória do movimento de mulheres começou a avançar e mudar suas estratégias de reivindicações.

O 8 de março, Dia Internacional da Mulher, passou a ser marcado por grandes encontros, agora restritos ao município de Nova Iguaçu.

Um dos grandes aprendizados, que se tornou uma distinção em relação ao feminismo da capital, foi compreender que não bastava reunir-se apenas para debater ideias e teorias. As mulheres sentiam a necessidade de dar concretude às palavras. Por isso, a partir do encontro de 1988, passou a integrar a pauta dos encontros municipais a eleição de bandeiras de luta, com o compromisso de que os diferentes grupos implementassem essas ações ao longo do ano.

Neste encontro de 1988, as mulheres de Queimados, que ainda era distrito de Nova Iguaçu, deram o tom da discussão. Elas trouxeram para a plenária alguns números alarmantes da violência doméstica na região onde moravam. Como não havia estatísticas oficiais no município de Nova Iguaçu, se imaginava que o quantitativo de mulheres que sofriam violência era muito maior.

Na Baixada Fluminense tínhamos apenas uma única Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher – DEAM, que ficava em Duque de Caxias/RJ. As mulheres de Queimados, lideradas por Dalva Martins, carinhosamente conhecida como Tia Dalva, propuseram que a bandeira de luta daquele encontro fosse a construção de mais uma DEAM. Em plenário do encontro de mulheres de Nova Iguaçu, de 1988, a proposta foi abraçada por todas. E depois de um processo coletivo de articulação que está registrado em um dossiê, o então Secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya autorizou a construção. E em 1991, foi inaugurada a DEAM de Nova Iguaçu. Essa é uma história muito impactante, que é narrada em detalhes no podcast “Essas Mulheres Iguaçuanas, a conquista da DEAM¹⁰”.

Outras pautas reivindicatórias fizeram parte desses encontros: humanização dos partos nas maternidades da Baixada Fluminense, construção de creches públicas, abrigos para mulheres vítimas de violência doméstica, distribuição gratuita de contraceptivos seguros para saúde da mulher. Ao encontro de 1988, seguiu-se uma sequência, até o último, que ocorreu em 1994, neste formato agregador de diferentes segmentos.

Após esse breve histórico do movimento, torna-se fundamental abordar o feminismo na historiografia, articulando essa discussão com algumas considerações sobre os grupos feministas em Nova Iguaçu.

¹⁰ Podcast Essas Mulheres Iguaçuanas. Episódio 1 - A conquista da DEAM.

<https://open.spotify.com/episode/1asZC6D2uYMRhwz4V3usC0?si=RsNhQFGPRgCs4Jmc9VPJmA> - acesso em: 24/06/2024.

1.2. Feminismo na historiografia e os grupos feministas de Nova Iguaçu/RJ (1986-1994): algumas conexões.

“O movimento feminista continua sendo uma das frentes mais poderosas de luta por justiça social no mundo de hoje.”

bell hooks

Nesse ítem, procuro destacar algumas das contribuições e lutas que marcaram as diferentes ondas do feminismo, por meio da análise das principais fases do movimento feminista, com o intuito de oferecer uma visão abrangente das conquistas e dos desafios enfrentados pelas mulheres ao longo do tempo.

Nesse percurso, ressalto os elementos centrais para a compreensão do feminismo na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, além de abordar aspectos relevantes do feminismo da chamada terceira onda. Ao chegarmos à contemporaneidade, nos deparamos com uma vasta produção acadêmica — livros, artigos, teses e dissertações — que evidencia a pluralidade de ideias, experiências e práticas feministas, forjadas a partir de diferentes epistemologias.

Enquanto campo teórico e movimento social, o feminismo tem promovido transformações significativas desde o século XIX, com as primeiras mobilizações sufragistas em prol dos direitos civis, até as formulações mais recentes do feminismo decolonial. Este último, por sua vez, tem tensionado e problematizado as teorias feministas de base eurocêntrica e estadunidense, como aponta Hollanda:

Se nas décadas de 1960-1990 o feminismo branco norte-americano e europeu foi incorporado com facilidade no feminismo latino-americano e brasileiro, hoje essa aceitação acrítica traz problemas. A consciência da violência e opressão dos processos colonizadores faz surgir um campo de reflexão com o qual o feminismo passa a dialogar. (Hollanda, 2020. p.14)

O feminismo brasileiro foi fortemente inspirado pelas teorias e práticas oriundas da Europa e dos Estados Unidos, que ficaram evidentes nas produções das ciências humanas das duas primeiras ondas do feminismo. E foram estas feministas que influenciaram o movimento de mulheres de Nova Iguaçu/RJ, principalmente àquelas que formaram os primeiros grupos nesta região.

Segundo Constância Lima Duarte (2019, p. 26), “[...] o feminismo, a meu ver, deveria ser compreendido em um sentido mais amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher”. Nesse sentido, a autora argumenta que a história do feminismo no Brasil teve início já na terceira década do século XIX, quando as mulheres passaram a reivindicar o que seria seu direito mais básico: o acesso à educação. Um marco importante desse período foi a promulgação da Lei de 15 de outubro de 1827, também

conhecida como Lei das Escolas de Primeiras Letras, que estabelecia a obrigatoriedade da instrução primária para ambos os sexos. Contudo, essa lei previa turmas separadas para meninas e meninos, além de currículos diferenciados, evidenciando a desigualdade de gênero já no acesso ao conhecimento. No entanto, a historiografia feminista marca a chamada Primeira Onda do Feminismo a partir da segunda metade do século XIX.

Um dos simbolismos adotados pelo feminismo para representar sua trajetória histórica é a metáfora das ondas. Longe de serem processos lineares ou estanques, esses momentos possuem uma dinâmica interna marcada por fluxos e refluxos. Por isso, costumam ser comparados a ondas do mar:

Longe de serem estanques, tais momentos conservam uma movimentação natural em seu interior, de fluxo e refluxo, e costumam, por isso, ser comparadas a ondas, que começam difusas e imperceptíveis e, aos poucos (ou de repente), se avolumam em direção ao clímax – o instante de maior envergadura, para então influir numa fase de aparente calma, e novamente recomeça. (Duarte, 2019, p. 26)

Podemos situar a Primeira Onda do Feminismo a partir da desconstrução da ideia de que, devido ao caráter emocional e à constituição física reprodutiva das mulheres, a elas caberia exclusivamente o espaço privado, o ambiente doméstico e familiar, enquanto aos homens seria destinado o espaço público, político, onde se tomavam as grandes decisões da sociedade e se exercia o poder.

Talvez por isso a história do feminismo tenha, em sua origem, a luta pelo direito ao voto, e, conseqüentemente, o direito de ser votada e o acesso à educação como marcos centrais. As sufragistas, como ficaram conhecidas, ocuparam a arena pública para reivindicar seus direitos e romper com a lógica excludente que as confinava ao espaço privado.

Segundo Alves e Pitanguy a luta pelo voto se inicia nos Estados Unidos e Inglaterra, depois irá influenciar mulheres de outros países:

A disputa pelo direito de voto foi longa, demandou enorme capacidade de organização e infinita persistência e tornou-se um movimento amplo a começar nos Estados Unidos e na Inglaterra, expandindo-se depois pelo mundo Ocidental. Chegou a reunir, nos momentos de ápice da campanha, na primeira década do século XX, milhões de mulheres oficialmente registradas, além de um número desconhecido de simpatizantes, o que faz do sufragismo um movimento político de massa a não ser ignorado. Entretanto, foi preciso esperar pelas historiadoras feministas para recuperá-lo e dar-lhe a devida importância (Alves; Pitanguy, 2022.p.55)

Cabe ressaltar que todas as sufragistas à frente deste movimento, eram mulheres brancas de classe média alta, que tiveram acesso à educação, e no caso das brasileiras mantiveram

contato com as ideias feministas através de viagens de estudo e de participação em congressos na Europa e nos Estados Unidos.

As ideias feministas surgem no Brasil na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX nas lutas por direitos políticos e civis com foco no sufrágio feminino e o acesso igualitário à educação.

Ainda no século XIX, vozes como Nísia Floresta (1810-1885), abolicionista, republicana e feminista, denuncia a proibição do acesso à educação das mulheres. Inúmeros jornais redigidos e editados por mulheres ganham o cenário de um país monarquista e escravista: *O jornal das senhoras* (1852), *O Sexo feminino*, abolicionista, republicano e sufragista (1873), em 1878, a revista *A família*, e a peça *O voto feminino*, de Josefina Álvares de Azevedo (1851-1913), reivindica o direito ao voto feminino e considera a indissolubilidade do casamento algo inaceitável. Cabe, ainda, destacar o periódico *O Carimbo*, de Porto Alegre, por sua longevidade. Criado pelas irmãs Revocata Melo (Heloísa e Julieta), publicado entre 1884 e 1944, trouxe em suas páginas, a defesa do direito ao voto, do acesso das mulheres à educação superior e da sua profissionalização. Muitas outras publicações também fizeram parte desse cenário, compondo o contexto da primeira onda do feminismo no Brasil.

Já nas primeiras décadas do século XX, essas lutas se ampliam e mais mulheres se colocam no cenário público. As estratégias de reivindicação ganham novos métodos. Leonilda Daltro (1859-1935) inaugura novas formas de atuação, fundando em 1910 o Partido Republicano Feminino, segundo Soihet (2013, p.59), “(...) a fim de ressurgir no Congresso o debate sobre o voto feminino”. Na condução destas novas táticas de luta, Leonilda organiza o que pode ser considerada a primeira passeata de mulheres com vista à conquista ao voto. Em 1917, organiza uma passeata, no Rio de Janeiro, com 84 mulheres, ainda segundo Soihet, a primeira que se tem notícias, causando um escândalo na sociedade pelo seu caráter de exposição pública.

Um outro nome que se destaca no feminismo da Primeira Onda, é Bertha Lutz (1894-1976). Lutz entra em contato com o movimento feminista na Europa, onde estudou biologia. Em 1918 retorna ao Brasil, e com toda influência das sufragistas inglesas, cria em 1919 a Liga pela Emancipação da Mulher, substituída em 1922 pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), que se afirma após a viagem de Lutz para participar da Conferência Pan-americana de Mulheres, em Baltimore, nos Estados Unidos, onde conhece e estreita laços políticos com Carrie Catt, presidente da National American Women's Suffrage Association, que a pedido de Lutz auxilia na construção do estatuto da FBPF:

Assim foi feito: a líder estadunidense veio ao Brasil, o congresso foi aberto pelo vice-presidente da República Estácio Coimbra e encerrado pelo senador Lauro Muller. Assim, diretamente inspirado pelo movimento americano, foi fundada a principal organização que levaria a luta até o fim. (Alves; Pitanguy, 2022.p.71)

Com o sucesso do congresso, filiais da federação e associações de mulheres foram criadas em vários estados. Assim, todo este processo construído, principalmente por pressões da FBPF, em 1932, o Decreto nº 21076 de 24 de fevereiro institui o voto feminino.

As primeiras mulheres eleitas para uma cadeira no parlamento brasileiro são: Carlota Pereira de Queiroz, primeira deputada federal, paulista, eleita, primeiro para Assembleia Constituinte de 1933-1934, depois de promulgada a constituição, se coloca como candidata, sendo novamente eleita. Bertha Lutz também concorre para a câmara federal, ficando como suplente, mas assume em 1936 após a morte do titular.

Também nas eleições de 1934, teremos a primeira parlamentar negra, Antonieta de Barros (1901-1952), eleita deputada estadual por Santa Catarina. Diferente das sufragistas, brancas, de famílias abastadas e com amplo acesso à educação, Antonieta era filha de uma ex-escravizada e de um funcionário dos correios. Professora, jornalista, fundou o jornal *A semana*, sendo considerada a primeira mulher negra a trabalhar na imprensa catarinense, em que escrevia sobre educação, política, condição feminina e preconceito.

Antonieta sofreu inúmeros episódios de racismo, como o proferido pelo historiador Oswaldo Rodrigues Cabral, que disse em relação às suas ideias: “Intriga barata de Senzala.” (Alves e Pitanguy, 2022, p. 76).

Neste cenário, de maioria branca, também se destaca a sufragista negra, Almerinda Gama (1899-1999), jornalista, advogada, foi presidente do sindicato dos datilógrafos e taquígrafas, defensora dos direitos femininos, fez parte da FBPF. Como delegada sindical, ela votou na escolha da bancada classista para a Assembleia Nacional Constituinte de 1934, sendo a única representante negra e feminina presente.

Os mandatos dessas mulheres são cassados, junto com todos os parlamentares, em 1937, com a instauração do Estado Novo, Getúlio Vargas dissolve o Congresso Nacional, as assembleias legislativas estaduais e as câmaras municipais, concentrando todo o poder nas mãos do Executivo.

Cabe ressaltar que todas essas movimentações políticas e sociais das feministas da Primeira Onda ocorriam em um contexto histórico em que a República estava sendo construída, em uma sociedade de ex-escravizados, para quem a liberdade na lei não se revelava nos seus cotidianos, sem acesso à moradia digna, educação e ao trabalho. Se para as sufragistas a luta

estava no campo da participação política, a maioria das mulheres trabalhadoras estava no campo da sobrevivência. Alves e Pitanguy comentam:

Para a mulher trabalhadora (aqui entendida nas diversas categorias de atividades consideradas femininas, como operárias, comerciárias, ou cargos administrativos como secretárias e telefonistas, serviços, ou como costureiras e trabalhadoras domésticas), massacrada por uma dupla exploração, a bandeira sufragista não teria o mesmo significado. Seu campo de batalha primordial era o econômico, onde mais concretamente se colocava a sua exploração. (Alves; Pitanguy, 2022. p.77)

Se o feminismo da Primeira Onda, segundo a historiografia feminista, quebrou paradigmas estabelecidos ao comportamento feminino, pouca ou quase nenhum engajamento foi empreendido em favor das mulheres trabalhadoras pobres, brancas e negras. Estas também estavam nas lutas, seja nos sindicatos, nas associações de classe, como as mulheres da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, que em manifesto na greve de 1917, denunciam a difícil situação das mulheres nas fábricas e oficinas. Ainda em Alves e Pitanguy (2022), esta argumentação fica explícita na fala da líder operária, Elaine Borba: “Ela (as sufragistas) não se misturava muito com as nossas mulheres. Não tinham aquele sentido de fazerem uma luta ampla, porque elas se resumiam nelas. Achavam que quem deveria ter direito eram elas.”.

Com a garantia do direito à participação política conquistado, segundo Alves e Pitanguy, nas décadas seguintes o feminismo da primeira onda perde força, e ocorre uma desmobilização da organização das mulheres:

Uma vez atingido seu objetivo, o movimento sufragista estava fadado a desaparecer, por ter uma meta que, uma vez alcançada, teria como consequência a desmobilização. Assim, as décadas de 1930 a 1960 representam um período em que, formalmente, as reivindicações das mulheres na maioria dos países ocidentais tinham sido em parte atendidas: podiam votar e ser votadas, ingressar nas instituições de ensino superior, participação no mercado de trabalho. Tudo, entretanto, com restrições e desigualdades sociais, raciais, legais, salariais. (Alves, Pitanguy, 2022. p.81).

A década de 1960, quando emerge o feminismo da Segunda Onda, foi um período de grande agitação social e política.

No pós-guerra, o mundo experimentava a Guerra Fria, com tensões entre os blocos liderados pelos Estados Unidos e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em que um dos marcos da década de 1960 foi a Guerra do Vietnã.

O período também foi marcado pelo crescimento dos movimentos de direitos civis nos Estados Unidos, que lutavam contra a segregação racial e pela igualdade de direitos para a população negra. O movimento *hippie*, que questionava valores morais e de consumo capitalista. Ainda em 1960 foi lançada a pílula anticoncepcional nos Estados Unidos, fato que vai se relacionar diretamente com a autonomia das mulheres em relação ao seu corpo.

Na Europa se destacam as grandes manifestações como, por exemplo, as de maio de 1968, que começou com a ocupação da Universidade Sorbonne, mas depois se alastrou por toda a França. Simultaneamente, surgiam movimentos de libertação em países colonizados na África e na Ásia, que buscavam a independência das potências europeias. A Primavera de Praga, curto período democrático da Tchecoslováquia é interrompido pela violenta intervenção da União Soviética.

Em meio às várias publicações que marcam a Segunda Onda do feminismo, duas obras se destacam, o livro, *A mística Feminina*, de Betty Friedan, em 1963, e o *O Segundo Sexo*, de Simone Beauvoir, lançado pela primeira vez em 1949.

Friedan apontou em seu livro os limites da imagem idealizada das mulheres brancas, com educação superior, que viviam uma vida dedicada aos filhos e à família. O livro apresentou essa forma de opressão e encorajou as mulheres a buscarem realização pessoal e profissional além dos limites do lar.

Esta visão que Friedan chamou de “problema que não tem nome”, recebeu muitas críticas, na época, por apresentar uma visão restrita da opressão que as mulheres sofriam. bell hooks, nos ajuda a ampliar esse olhar quando diz:

Nos Estados Unidos, o feminismo nunca foi protagonizado pelas mulheres que mais sofrem com a opressão sexista; que são diariamente subjugadas, mental, física e espiritualmente - mulheres sem poder mudar suas condições de vida. Elas formam uma maioria silenciosa. [...]. *The Feminine Mystique* (A Mística Feminina), de Betty Friedan, ainda é apontado como um precursor do movimento feminista contemporâneo - ora, ele foi escrito como se essas mulheres não tivessem existido. [...].

A autora continua:

A famosa frase de Friedan, ‘o problema que não tem nome’, geralmente citada para descrever a condição da mulher nessa sociedade, na verdade se referia ao drama de um seleto grupo de esposas brancas de classe média e alta, com nível superior - mulheres do lar entediadas pelas horas de lazer, atividades domésticas, crianças e compras, e que esperam mais da vida. [...] Ela não discute quem seria chamado a tomar conta das crianças e manter a casa, no caso de mais mulheres como ela serem liberadas de seu trabalho doméstico e conseguirem ingressar no mundo profissional equivalente às dos homens brancos. (hooks, 2019. p. 27-28)

O Segundo Sexo, considerado um dos textos fundadores do feminismo contemporâneo, teve um impacto profundo, tanto na teoria feminista quanto no movimento de mulheres em todo o mundo. Em sua famosa frase “Não se nasce mulher, tornar-se mulher”, Beauvoir faz uma análise detalhada sobre como as mulheres são socializadas para aceitar seu papel subordinado, e como a sociedade cria e mantém estruturas de poder que mantêm essa desigualdade. Nas palavras de Beauvoir:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. (Beauvoir, 2019. p.11)

Enquanto a *Mística Feminina*, de Friedan, se concentra nas especificidades nas experiências das mulheres brancas estadunidenses de classe média no pós-guerra, Beauvoir, explora a condição feminina de maneira ampla e global. O Segundo Sexo teve forte influência no feminismo no Brasil, especialmente nos anos da década de 1970.

Distinto do feminismo da primeira onda, o movimento feminista da Segunda Onda trouxe novas questões para a pauta de reivindicações. Várias autoras destacaram em suas obras, a recusa à demarcação rígida dos papéis de gênero, que sobrecarregam as mulheres com múltiplas jornadas de trabalho. Também criticaram o determinismo biológico como justificativa para a subordinação feminina e defenderam a autonomia das mulheres sobre o próprio corpo, abrangendo temas como reprodução, aborto, anticoncepção e sexualidade. Nessa perspectiva, a Segunda Onda feminista denunciava o caráter político da opressão feminina, mostrando que o pessoal também é político.

Enquanto na Europa e nos Estados Unidos as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por mudanças libertárias e afirmativas nas relações sociais, raciais, políticas e culturais, o Brasil vivia, nesse mesmo período, uma intensa efervescência cultural, mas também enfrentava graves tensões políticas.

A renúncia de Jânio Quadros, em 1961, levou João Goulart a assumir a presidência do Brasil em meio a forte oposição de setores militares e conservadores da sociedade civil, sob o olhar atento do governo dos Estados Unidos. Essas tensões resultaram no Golpe Civil-Militar de 1964. O que inicialmente parecia uma intervenção temporária, após a qual um governo civil reassumiria o poder, acabou se aprofundando: em 1968 foi decretado o Ato Institucional nº 5, que cerceou direitos, cassou mandatos e intensificou a repressão política no país.

Neste cenário de censura, tortura, perseguição, assassinatos e exílio, os grupos de resistência ao regime ditatorial atuavam na clandestinidade, contando também com a participação de mulheres, inclusive na luta armada. Segundo, Joana Maria Pedro (2017, p. 41), apesar de compartilharem os mesmos ideais e viverem da mesma forma que os homens os perigos da clandestinidade, não havia igualdade nas relações de poder dentro desses grupos. Como também destaca Sohiet (2013, p. 126), “algumas ali perceberam diferenças no tratamento com relação às mulheres, que, na maioria dos casos, ficavam na posição de coadjuvantes, o que contribuiu para uma consciência feminista entre muitas militantes”.

A tentativa de demarcar esse espaço específico de participação feminina atraía críticas dentro da própria esquerda, que afirmava que a prioridade deveria ser a luta contra a ditadura. Nesse contexto, não havia lugar, segundo essa visão, para demandas específicas, como a questão racial e de gênero.

Assim, as primeiras manifestações da segunda onda do feminismo no Brasil iniciaram nesta conjuntura. Apesar desse contexto de cerceamento e repressão, as primeiras publicações feministas começam a circular. Nomes importantes do feminismo brasileiro marcaram a cena política brasileira, como seria impossível citar todas, pontuarei apenas o trabalho de algumas dessas mulheres.

Em 1960 *O segundo sexo* tem a sua primeira edição em português. Em 1967, Rose Marie Muraro publica o livro *A Mulher na Construção do Mundo Futuro*, já em 1969, é lançada a publicação da tese de livre-docência, de Heleieth Saffioti, *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*.

Em 1971, Rose Marie Muraro, à frente da Editora Vozes, promove a vinda ao Brasil da escritora feminista estadunidense, Betty Friedan, para o lançamento de seu livro, *A mística feminina*, o que causou grande impacto nos debates das questões de gênero. Também proporcionando mais um ataque do jornal *O Pasquim*, formado por intelectuais de esquerda, que atacava as feministas com charges e matérias machistas e antifeministas, as rotulando como mulheres masculinizadas, mal amadas e feias. Friedan, foi entrevistada pelo jornal na edição nº 94, de abril de 1971. Foi criticada e ridicularizada, não por sua produção acadêmica, mas por sua aparência física e sua postura enérgica e firme, o que para um homem seria uma virtude, para uma mulher virou um defeito, a escritora foi rotulada como violenta.

Heloneida Studart (1932-2007), também marcou o feminismo brasileiro, com sua história de vida, sua produção literária e seus seis mandatos como deputada estadual pelo Rio de Janeiro. Também foi perseguida e presa pelo regime militar. Um dos primeiros escritos feministas que li, foi um livro de Heloneida chamado, *Mulher, objeto de cama e mesa*, de 1969. Foi a minha primeira leitura sobre feminismo, me impactou profundamente, pois, ideias que estavam soltas na cabeça começaram a fazer sentido.

Embora a segunda onda do feminismo tenha ampliado o debate sobre a autonomia do corpo, a sexualidade e a denúncia da opressão feminina como uma questão política, ela ainda se manteve, em grande parte, ancorada nas experiências de mulheres brancas e de classe média, tanto na Europa e nos Estados Unidos quanto no Brasil. Essa perspectiva universalizante deixava de lado outras dimensões de opressão, como a racial e a de classe, que atravessavam de forma decisiva a vida de mulheres negras e periféricas.

É nesse contexto que emerge a voz insurgente de Lélia Gonzalez, cuja atuação foi fundamental para contestar os limites do feminismo hegemônico no Brasil. Segundo Juliana Gonçalves (2019, p. 11), “é insurgente toda aquela que se revolta contra um poder estabelecido. E, quando se trata de mulheres pretas, toda insurgência é um ato revolucionário”.

A contestação de uma narrativa única no campo do feminismo abriu espaço para que mulheres negras se afirmassem como protagonistas no debate político e intelectual. Lélia Gonzalez (1935-1994), uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU), destacou-se pelo pioneirismo ao problematizar o caráter universalizante do feminismo branco, que negligenciava as dimensões raciais e de classe como categorias estruturantes das discussões de gênero. Nesse horizonte, a formulação de Sueli Carneiro sobre a necessidade de “enegrecer o feminismo” consolidou uma perspectiva plural e crítica, capaz de tensionar a matriz eurocentrada e de propor a inseparabilidade entre gênero, raça e capitalismo na luta contra as desigualdades. As contribuições de intelectuais negras como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Carla Akotirene, Bianca Santana, entre outras, não apenas ampliam o campo teórico do feminismo no Brasil, mas também trazem à tona trajetórias historicamente invisibilizadas, muitas das quais ainda permanecem à margem da historiografia oficial.

No contexto de marcos históricos importantes, destaca-se a declaração de 1975 como Ano Internacional da Mulher, celebrada em uma conferência realizada no México. Diversas feministas brasileiras estiveram presentes nesse evento, entre elas Heloneida Studart, Rose Marie Muraro, Branca Moreira Alves e Moema Toscano. A partir dessa experiência, fundaram, no ano seguinte, o Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro. Esse marco impulsionou o surgimento de outros grupos e entidades feministas em diferentes estados do país.

No Rio de Janeiro, a partir de 1975, diversos coletivos feministas começaram a se organizar. Diante da necessidade de um espaço neutro para encontros e debates, surgiu o Fórum Feminista do Rio de Janeiro, que rapidamente se consolidou como um local de diálogo entre diferentes correntes e movimentos. Nesse espaço, tornou-se possível trocar ideias, alinhar estratégias e fortalecer a luta pelos direitos das mulheres. Como destacam Alves e Pitanguy, o Fórum alcançou grande relevância e abrangência, tornando-se um dos mais importantes pontos de articulação do feminismo no Brasil.

A composição do Fórum Feminista do Rio de Janeiro é uma demonstração da riqueza do movimento. Dele participaram o movimento de mulheres negras, o grupo de mulheres da Baixada Fluminense, mulheres sindicalizadas, de associações profissionais, representação da área cultural, partidos políticos (PT, PMDB), e grupos independentes. (Alves; Pitanguy, 2022. p.141).

Para as mulheres da Baixada Fluminense, em especial para o movimento de mulheres de Nova Iguaçu, o Fórum Feminista representou um espaço fundamental de aproximação com o movimento da capital. Esse contato possibilitou o acesso a novas experiências e teorias, ampliando o repertório de lutas e estratégias das militantes locais. Foi nesse contexto de articulação que, em 1991, o movimento de mulheres de Nova Iguaçu, em conjunto com o mandato do vereador Carlos Ferreira (PT), convidou Rose Marie Muraro para debater o tema “Mulher na Política”, em um encontro realizado na Câmara de Vereadores da cidade.

Outra experiência marcante para os grupos de mulheres de Nova Iguaçu, que tem origem no movimento feminista dos Estados Unidos, são os grupos de reflexão. A célebre frase da feminista estadunidense Carol Hanisch, “o pessoal é político”, passou a fazer todo sentido diante das experiências vividas pelas mulheres.

Mas, afinal, como funcionavam esses grupos de reflexão? O movimento, iniciado nos Estados Unidos ainda na década de 1960, surgiu como uma estratégia de organização coletiva. Nele, mulheres brancas e negras que participavam das lutas pelos direitos civis e pelo fim da Guerra do Vietnã começaram a questionar sua exclusão nos espaços de decisão e poder, apesar de todo o cabedal intelectual e político que possuíam. Como destacam Alves e Pitanguy (2022, p. 86): “Estavam juntos nessa vanguarda revolucionária, mas a liderança não era sua, o discurso não era seu, a estratégia era definida por eles. Eram vistas como subalternas, e a missão esperada de seu engajamento limitava-se a fazer o café e rodar o mimeógrafo”.

Os grupos de reflexão feministas desempenharam um papel central na compreensão de que “o privado é público”, e “o pessoal é político”, dois princípios fundamentais do movimento feminista. Esses espaços permitiam que mulheres compartilhassem suas experiências pessoais, muitas vezes relacionadas ao âmbito doméstico e privado, e percebessem que essas vivências individuais não eram isoladas, mas parte de uma estrutura social mais ampla de opressão. Ao narrar suas histórias, elas descobriram pontos em comum, como a desigualdade de gênero, a violência doméstica e a divisão desigual do trabalho, temas até então vistos como assuntos “privados” e, portanto, fora do debate público.

Naquele lugar, não havia censura, não havia sequer uma pauta ou qualquer tipo de roteiro. Eram grupos pequenos, onde era possível haver essa intimidade, essa liberdade. Discutiam-se sexualidade, relações conjugais, amores, violência doméstica, temas que até então nem com as amigas mais íntimas eram comentados. Naquele território de cumplicidade e troca, aos poucos o ‘pessoal’ ia se tornando o ‘político’.
(Alves; Pitanguy, 2022. p.111).

Esta experiência dos grupos de reflexão que se espalham pela Europa, chegaram ao Brasil através das feministas exiladas que retornaram ao país após 1979, foram essenciais para a articulação política das mulheres. Através de suas vivências de opressão, os grupos mostraram

que questões pessoais como, relacionamentos, sexualidade e o cotidiano familiar estavam profundamente conectadas a questões políticas e o privado ganhava visibilidade, como a questão da violência doméstica, da saúde reprodutiva e da sexualidade, pautas importantes dos grupos feministas de Nova Iguaçu. Com essas trocas, as mulheres se fortaleciam para uma tomada de consciência de suas próprias vidas e de como essas vidas eram moldadas por normas da sociedade patriarcal.

Para o movimento feminista do Rio de Janeiro, os grupos de reflexão eram espaços onde as vozes das mulheres eram ouvidas com atenção, respeito e espírito de partilha. Esses espaços não só facilitavam a articulação política, mas também contribuíam para a produção de conhecimento acadêmico.

Em Nova Iguaçu, com a formação dos grupos feministas após 1987, esses espaços se tornaram fundamentais tanto para a afirmação das mulheres enquanto feministas quanto para a construção de uma agenda política. Para além das ricas reflexões pessoais, havia sempre um compromisso coletivo com as outras mulheres. Sabíamos que a palavra feminista causava receios, pois a propaganda antifeminista não estava presente apenas no discurso político da direita, mas também encontrava eco na esquerda.

Os grupos de reflexão foram organizados nos bairros e ficaram conhecidos entre as feministas de Nova Iguaçu como “oficinas de sensibilização”. Nessas oficinas, a partir de dinâmicas aprendidas com o movimento feminista da capital, discutíamos experiências de vida, violências, abortos, estupros e sonhos. Cada encontro era atravessado por relatos que despertavam em nós indignação e revolta, e muitas vezes também a sensação de impotência diante de tantas histórias de opressão.

Nesse processo, surgiam questionamentos constantes sobre o nosso papel: até que ponto poderíamos contribuir para uma transformação concreta na vida daquelas mulheres? Um relato de Ivone Landim¹¹, que participou de um desses grupos ilustra bem essa experiência, evidenciando o quanto esses grupos representaram um espaço de fortalecimento e fizeram diferença na trajetória de muitas mulheres:

Uma coisa que me chamou muita atenção foi a qualidade humanística dessas meninas. [...] Em várias reuniões que fui tinha relaxamento, diálogo, criar uma intimidade que era necessário ter, se você está falando de dor. O que eu acho que essas meninas fizeram foi muito mais do que um movimento político feminista, [...] porque fazer uma palestra, chegar e falar, agora você chegar e dizer o seguinte - “fala, você aqui pode falar, aqui ninguém está te vigiando”, ele não está aqui. E aquelas mulheres iam aos pouquinhos falando, uma ia falando após a outra, de repente estavam todas falando. [...] Fulana sabia que não estava sozinha. A minha realidade mudou [...].

¹¹ Entrevista concedida em 2012 à socióloga Gisela Barros, Coordenadora de Gestão Participativa e a Coordenadora de Mulheres da prefeitura de Mesquita.

Essa era a realidade vivida nos grupos de reflexão: mulheres que participavam e compartilhavam suas histórias de desinformação, violências psicológicas, físicas e obstétricas, além de seus medos, esperanças e até risadas. Muitas delas passaram a se engajar anualmente nas comemorações do 8 de março. Uma delas chegou a dizer que passava o ano inteiro esperando por esses encontros e pelas caminhadas que aconteciam ao final. A maioria jamais havia participado de algo coletivo e, de repente, estavam nas ruas, caminhando com cartazes e flores nas mãos pelo centro comercial de Nova Iguaçu.

Diferente da experiência dos grupos de reflexão feministas da classe média carioca, em Nova Iguaçu os espaços de encontro eram compostos majoritariamente por mulheres dos bairros periféricos, marcados pela ausência de infraestrutura urbana e de equipamentos públicos de atendimento. Nesses encontros, muitas descobriram seus direitos, ainda que, na prática, a realidade nem sempre lhes permitisse romper com relações violentas ou superar o isolamento social.

Ainda assim, esse trabalho coletivo foi profundamente transformador: não apenas impactou a vida de várias mulheres, mas também contribuiu para o fortalecimento e a consolidação dos grupos feministas de Nova Iguaçu.

Nesse sentido, compreendemos que as mulheres vivem condições diferenciadas, e que o estudo dos sistemas de opressão deve reconhecer os diversos grupos sociais existentes, entendendo as lutas específicas de cada mulher diante de suas particularidades. Essa perspectiva está diretamente relacionada ao feminismo interseccional, que articula e fornece pistas fundamentais para compreender a individualidade das mulheres analisadas nesta pesquisa.

Ao conectar a trajetória das militantes de Nova Iguaçu na década de 1980-1990 com as experiências das atuais alunas do Colégio Estadual Engenheiro Arêa Leão, entre 2023 e 2024, evidencia-se que o feminismo, seja em sua prática histórica local ou em sua vivência contemporânea, se constrói de forma coletiva, respondendo a contextos e desafios específicos.

Dessa forma, o capítulo 1 evidencia como a articulação entre experiências periféricas, debates sobre feminismo negro e os princípios da interseccionalidade permite compreender a pluralidade das lutas feministas, reforçando que cada ação, cada grupo e cada memória local contribuem para a construção de um feminismo mais inclusivo, crítico e transformador, quando pensado em termos da contemporaneidade.

Capítulo 2 – PARA PENSAR FEMINISMO(S) EM NOVA IGUAÇU: TECENDO TRAMAS ENTRE HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIAS COLETIVAS E O ENSINO DE HISTÓRIA

- Zaqueu: “Eu perguntei pros homê se num tinha nada num mundu que pudesse fazê pra salvar Javé das água. (...) Os homê disseram que só num inunda quando a cidade tem alguma coisa de importante, história grande, coisa de tumbamento, e aí eles não mexe nela. (...). Foi aí me acendeu uma assim, uma esperança. Porque se Javé tem algum valô são as históris das origem. (...) Só que tem uma coisa, eles falaram lá, que só tem validade esse trabalho se for científico. (...) Vamo escrever a grande história do Vale do Javé. Vamô coloca no papel os enredo gente, desencava da cabeça os acontecimento de valô (...)”. – Deodora pergunta – Zaqueu, como vamo junta essa história se tá tudo aí espalhada na cabeça do povo.”¹²

Fui criada ouvindo as histórias que minha avó e minha mãe me contavam em noites em que faltava luz, o que acontecia com frequência. Histórias de trancoso (contos de fadas e princesas nordestinas), papa figo (doença que deixava as pessoas monstruosas), lobisomem, que ela jurava que tinha visto, Lampião e Maria Bonita, que minha avó chegou a ver em uma passagem do bando pelo sítio onde ela vivia, em Sapé, na Paraíba. Ou mesmo as histórias que minha mãe contava do período da Segunda Guerra Mundial. Ela dizia que de vez em quando as sirenes tocavam, e os pescadores não podiam acender os candeeiros em suas casas, depois de alguns dias a praia estava cheia de caixas, capacetes, botas, comida enlatada. Eles só podiam ir à praia pegar esses destroços depois da revista dos soldados para certificar que não havia bombas intactas. Minha mãe morava em uma aldeia de pescadores, em João Pessoa, na Praia de Tambaú, próximo ao Pontal do Cabo Branco, ponto mais ao Oriente da América.

O fascínio e o medo de minha avó ao ver Lampião e Maria bonita, ou as aventuras de minha mãe, no início da adolescência em uma praia brasileira cheia de destroços de navios bombardeados, sempre me fascinaram. E estes sentimentos e informações nunca encontrei nos livros. Todavia, eles fazem parte das minhas aulas de Revoltas da Primeira República e do conteúdo da Segunda Guerra Mundial, gosto de ver a atenção de quem as ouve, é como se me mirasse no espelho ao olhar para minha avó e minha mãe. É como se a história distante do nosso cotidiano escolar nos tocasse a partir dessas memórias.

Iniciei este capítulo com trechos do filme *Narradores de Javé*, de Eliane Caffé, e com as histórias maternas da minha família, para refletir sobre a importância da História Oral como metodologia. Essas narrativas, ficcionais ou não, revelam como a memória e a oralidade desempenham papéis fundamentais na construção e preservação de saberes, identidades e experiências coletivas. A História Oral, nesse sentido, não apenas recupera vozes muitas vezes silenciadas pela história oficial, mas também reconhece o valor da subjetividade, do cotidiano

¹² Pequeno trecho do filme “Narradores de Javé”, da diretora Eliane Caffé, 2004.

e da emoção nos processos de produção de conhecimento histórico. Segundo Livia Morais Garcia Lima e Fabiana Rodrigues de Sousa:

Em consonância com esse entendimento, Thompson (1972) salienta que a história oral tem como característica – e talvez sua maior riqueza enquanto metodologia – permitir o conhecimento da História pelas palavras de quem a vivenciou e sentiu, portanto, é investida de significados e sentimentos que vão além dos fatos concretos, proporcionando novas interpretações das situações. Trata-se do registro da memória a partir de narrativas de pessoas que experienciam o estar em um local ou situação e compartilhar essa realidade com outras pessoas, uma possibilidade de aprendermos com o outro, dentro de relações não hierarquizadas (Lima e Sousa, 2022, p. 140)

No filme, *Narradores de Javé*, Deodora, questiona Zaqueu, “(...) como vamo junta essa história se tá tudo aí espalhada na cabeça do povo?”, foi desejando juntar o que estava na cabeça das mulheres, das feministas de Nova Iguaçu, que tiveram participação ativa em um movimento pioneiro na Baixada Fluminense que este trabalho foi gestado. Há a necessidade de que fotos, cartazes, folders, ganhem vida, e se materializem a partir das memórias e da fala de quem vivenciou este momento histórico. Neste sentido, a discussão do capítulo 2 será dividida em duas partes e a primeira delas é apresentada a seguir.

2.1. A História Oral como metodologia: escuta atenta e sensível na construção de conhecimentos e saberes.

O escritor uruguaio Eduardo Galeano, em *O Livro dos Abraços* (1991), diz o seguinte: “Os cientistas dizem que somos feitos de átomos, mas um passarinho me diz que somos feitos de histórias”. Esta imagem poética de Galeano nos convida a olhar para além da matéria que nos leva a reconhecer que nossa existência é também forjada por experiências, memórias e saberes adquiridos de forma coletiva.

Cada pessoa carrega em si um universo de histórias — histórias de vida, de luta, de afeto, de aprendizado. São essas histórias que constroem nossa identidade, nos conectam aos outros e nos ajudam a entender o mundo à nossa volta. É justamente nesse ponto que a História Oral ganha relevância.

É importante ressaltar que a utilização da história oral como metodologia na produção de conhecimento no Brasil é recente, segundo Janaína Amado e Marieta M. Ferreira (2006), sua introdução ocorreu nos anos de 1970, mas a partir dos anos de 1990 começou a expandir e conquistar espaço nas pesquisas acadêmicas. Desde então o seu uso por pesquisadoras(es) têm ocupado um lugar importante na valorização de memórias como fontes até então invisibilizadas e silenciadas. Livia Morais G. Lima e Fabiana Rodrigues de Sousa expressa esta importância:

A história oral chega ao século XXI cumprindo um papel importante como produção dialógica e como um trabalho que trata com fontes vivas, humanas, e que, portanto, devem ser entendidas como sujeitos que pensam, sentem, selecionam e interpretam sua própria existência e não como objetos. (Lima e Sousa, 2022, p. 142).

Embora a História Oral tenha conquistado crescente reconhecimento acadêmico, ainda persiste um intenso debate quanto à sua legitimidade como campo da historiografia, sobretudo em função das supostas fragilidades e subjetividades da memória. Entretanto, a subjetividade é parte constitutiva de sua riqueza, pois permite acessar a dimensão simbólica e afetiva da experiência vivida de forma individual e coletiva, conferindo à história oral a potência de produzir presença. Após mais de três décadas de esforços para disseminar a história oral no Brasil ocorreu uma transformação significativa na produção do conhecimento, marcada pela realização de pesquisas, organização de seminários e publicação de livros e coletâneas, conforme apontam Marta G. Rovai e Ricardo Santhiago:

As acusações que lhe eram dirigidas – geralmente baseadas entre objetividade e subjetividade, oralidade e escrita, memória e história – cada vez mais rarefeitas; o que melhor expressam, na realidade, é a ignorância de seus autores em relação ao sofisticado desenvolvimento teórico da área. Rovai e Santiago (2021, p. 13).

Se no âmbito acadêmico adotar essa metodologia que legitima memórias individuais e coletivas como fontes históricas, ainda é ingressar em um debate epistemológico conflituoso, no contexto escolar a história oral esbarra em um currículo predominantemente eurocêntrico, que silencia e invisibiliza as histórias de diversos agentes e grupos sociais.

Pensando o entrelaçamento das narrativas históricas dos grupos feministas de Nova Iguaçu, que construíram um processo organizativo do movimento de mulheres, e as vivências nas relações de gênero no chão da escola no presente, a metodologia da história oral abre espaço para as escutas nesse território tão marcado por hierarquias de saberes tão cristalizadas.

A história oral, enquanto metodologia, se potencializa na construção de saberes e na visibilização de sujeitos históricos, a partir da escuta atenta, sensível e ética. Diferente de métodos que priorizam apenas documentos escritos ou estatísticas, a história oral reconhece o valor das narrativas pessoais e coletivas, compreendendo que a experiência vivida é, também, um registro histórico. Ao auferir espaço para vozes historicamente silenciadas, essa metodologia propõe uma escuta não apenas do que foi dito, mas também do que foi esquecido. É entender que na relação dialógica de uma entrevista, as pausas, os silêncios e as recusas têm valor de palavras.

A partir das entrevistas com as mulheres que atuaram nos primeiros grupos feministas de Nova Iguaçu, procuro trabalhar estas narrativas como fonte de uma memória coletiva historicamente invisibilizada, em face da escassez de registros documentais.

Nesse contexto, o conceito de memória coletiva é central. Maurice Halbwachs (2006), pioneiro no debate, afirma que a memória individual está sempre atravessada pela memória de determinados grupos sociais aos quais pertencemos:

Não basta reconstruir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento do passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também nos dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível somente feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. (Halbwachs, 2006, p. 39)

Isto é, recordamos porque pertencemos a comunidades que compartilham referências, símbolos, espaços e tempos. Assim, a memória não é estática, mas dinâmica, coletiva e seletiva.

É nessa memória viva, coletiva, em constante construção que a história oral compartilha saberes. Ao contrário da concepção tradicional que desprezava o testemunho oral por sua subjetividade, Michael Pollak (1989) defende que a memória, mesmo fragmentada, é portadora de sentidos profundos. Segundo ele, “a memória é um campo de lutas”, pois é disputada, silenciada ou ativada conforme as invocações do presente. O lugar da memória, como fonte documental, não é apenas registrar o passado, mas também participar das disputas simbólicas pelo direito à história.

Na história oral é importante valorizar o ato de ver e estar atento à escuta. A entrevista é muito mais que uma técnica, é um processo dialógico, pois permite compreender como as pessoas atribuem sentido ao que viveram. É na interseção entre memória, narrativa e afeto que se constrói um conhecimento mais humano, plural, comprometido com a diversidade das experiências e foi levando em consideração essa premissa que a dissertação se estruturou.

2.2. Quando Elas Falam: memória do Feminismo vivido pelos grupos de mulheres de Nova Iguaçu.

Como ressalta a professora Marta Gouveia de Oliveira Rovai, trabalhar com a metodologia da História oral “é um conjunto de procedimento que começa no seu projeto de pesquisa”, o meu começou há um bom número de anos.

Fiz parte de um dos três grupos feministas de Nova Iguaçu, o Rabo de Saia. Sempre tive o hábito de guardar o que produzíamos, como folders, panfletos, cartazes, fotos, rascunhos de textos, os meus cadernos de anotações.

Após a dissolução dos grupos feministas, passamos a nos encontrar nos aniversários, confraternização de final de ano ou qualquer oportunidade de nos ver. Quando estes momentos aconteciam, sempre vinham nas nossas conversas lembranças da ebulição política que foi o movimento de mulheres do final da década de 1980 até metade de 1990. Ao final dessas conversas sempre proferíamos a mesma frase: “*como fizemos tantas coisas com tão pouco recurso.*” Nos incomodava pensar que estas memórias seriam esquecidas, todo este saber produzido se perderia.

Foi a partir dos diálogos no presente entre nós, companheiras de luta e militância política, que o passado foi evocado, e a memória coletiva desse feminismo, gestado por mulheres da periferia de Nova Iguaçu, tornou-se matéria viva na construção histórica desse trabalho.

À luz do presente, muitas questões foram levantadas. Desde 2010, quando fui aprovada em concurso público para a área da educação, voltei-me integralmente para a educação básica. Desde então, um incômodo se fazia presente: perceber que as pautas pelas quais os feminismos vêm lutando há décadas permanecem distantes do cotidiano das(os) estudantes na escola. Dessa constatação surgiu uma indagação: como estabelecer a interseção entre o chão da escola e uma história tão próxima delas(es)?

Uma segunda indagação foi provocada pelo meu retorno a minha militância feminista. Soube da convocação de uma caminhada pelo Centro de Nova Iguaçu, em protesto contra a violência sofrida por nós, mulheres. Eu, Elizana da Costa e Elinéa Peixoto participamos desta manifestação foi convocada pelas jovens universitárias, do recente Instituto Multidisciplinar, campus de Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), observamos as mudanças ocorridas em 30 anos, até nas palavras de ordem proferidas por estas jovens. Ali, tomei conhecimento de alguns grupos feministas formados a partir de 2016, como Minas da Baixada, Roque Pense e Coletivo Madalenas, entre outros, foi maravilhoso perceber a renovação. Mas, ao mesmo tempo, percebi que a falta de registro de lutas históricas das mulheres tem o poder de invisibilizar essas conquistas. Isto ficou evidente em uma reunião em 2019. Fui convidada pelo Fórum de Mulheres da Baixada Fluminense¹³ para uma reunião que tinha como pauta a rearticulação do CIAM Baixada (Centro Integrado de Atendimento à Mulher). Nesta reunião, ao fazer um histórico das lutas que levaram à conquista de várias

¹³ O Fórum de Mulheres da Baixada Fluminense foi criado no dia 13 de julho de 2018, com o objetivo de rearticular o movimento de mulheres da Baixada Fluminense em torno de diversas pautas.

políticas públicas para mulheres, e a construção de equipamentos como a DEAM, o CIAM¹⁴ e o abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, as mais jovens demonstraram desconhecimento do que foi relatado.

Senti ao mesmo tempo um misto de desencanto, pelo desconhecimento, e por não termos documentado este momento histórico das mulheres, mas também orgulho, por ver a admiração no olhar daquele grupo reunido.

Algumas questões levantadas por esta pesquisa têm como pano de fundo a invisibilidade dessa história, mas também o esforço de recuperar narrativas que não se encontram em registros publicados. São relatos que afirmam um feminismo construído na prática por mulheres de uma região marcada pelo estigma de “cidades-dormitório”. Surgem, então, algumas indagações: qual o diferencial de um feminismo que nasce nos grupos e universidades da elite branca e passa a fazer parte da vida de mulheres das periferias de Nova Iguaçu? O que as levou a afirmar o feminismo como uma luta política?

Antes de apresentar as mulheres entrevistadas nesta pesquisa, cabe uma breve contextualização acerca do processo de transcrição das entrevistas. Em projetos de História Oral, algumas etapas são fundamentais. Primeiramente, as transcrições devem ser realizadas na íntegra. Em seguida, procede-se a uma leitura atenta de todo o material. Após essa etapa, o texto é encaminhado à entrevistada, para que possa corrigir detalhes como nomes próprios, denominações de instituições e até tirar algum trecho que não esteja de acordo. Nessa fase, também é possível, em comum acordo entre pesquisador e entrevistado, retirar expressões repetidas e vícios de linguagem. Como destaca Sônia Maria de Freitas (2006, p. 98):

É nossa preocupação ser o mais fiel possível ao que foi gravado, dando mais importância ao conteúdo e menos à forma. Isto não significa que deixamos de retirar das transcrições as redundâncias e vícios de linguagem, em comum acordo com os depoentes. (Freitas, 2006, p. 98)

A seguir o processo das entrevistas realizadas para esta pesquisa.

Para refletir sobre a construção desse movimento de mulheres de Nova Iguaçu, foram entrevistadas oito mulheres que pertenceram a três grupos feministas (Rabo de Saia, Coisa de Mulher e Mulher, e Daí?), e de uma organização não governamental (CEAC). As entrevistas aconteceram entre os meses de abril e maio de 2025, após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UNIRIO, sob o parecer nº 7.512.897, em 17 de abril de 2025 (Parecer completo – ANEXO A). Os encontros com estas mulheres ocorreram de acordo com datas,

¹⁴ O CIAM é um equipamento de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica. É mantido em forma de parceria entre o governo do estado do Rio de Janeiro e os governos municipais.

horários e locais de suas escolhas, bem como o tempo de duração das entrevistas (ANEXO B). Também, respectivamente, nos anexos D, E, F, e G, encontram-se os Termo de Consentimento para as entrevistas, de compromisso e confidencialidade de dados, de imagem e de voz.

Orleide Monteiro Lofiego e Ana Lúcia Alcântara, do Grupo Feminista Coisa de Mulher, preferiram dar a entrevista juntas, cada uma a seu tempo, mas em alguns momentos desenrolou um diálogo entre as duas, onde a pesquisadora foi esquecida por um breve momento, e este foi um momento muito rico de ser observado. Marília Figueiredo Jorge (CEAC), foi no seu quintal em meio a plantas, árvores e gatos. Ciomara Santos (Grupo Feminista Coisa de Mulher) a entrevista aconteceu durante um almoço, em seu apartamento. Do Grupo Feminista Rabo de Saia, Leci Carvalho, preferiu que fosse em seu apartamento, entre suas idas e vindas de trabalho como professora, militante política e partidária. Do mesmo grupo, Rabo de Saia, Sueli Catarina de Carvalho me recebeu em seu apartamento, onde também estava presente, Elba Diniz Rodrigues. Conversei com Lúcia Barros (Grupo Feminista Mulher, e Daí?), em sua casa, no Jardim Palmares, no bairro de Paciência. Devido a sua condição de saúde que dificulta a sua locomoção, o tempo de duração foi curto, por isso, parte da entrevista foi realizada online.

Quem são estas mulheres que fazem presença neste trabalho? Certamente, a identificação delas a partir de suas trajetórias de vida é algo importante para a compreensão desta dissertação.

No período estudado por esta pesquisa, as mulheres narradoras entrevistadas, em sua grande maioria viviam nos bairros periféricos do município de Nova Iguaçu e seus distritos¹⁵, oriundas de movimentos sociais como: associação de moradores, movimento estudantil, ambiental e partidário. Com exceção de Orleide Monteiro e Elba Diniz que possuíam curso superior, as outras seis mulheres possuíam o segundo grau (atual ensino médio). A única que economicamente possuía uma renda maior e que morava no Centro de Nova Iguaçu, era Orleide Monteiro.

Ao ouvir as vozes dessas mulheres nos áudios das entrevistas, uma das coisas que prevalece é a construção coletiva de suas origens participativas: Orleide, movimento estudantil na universidade, Ciomara, Leci e Ana Lúcia na UIES (União Iguaçuana dos Estudantes Secundarista), Lúcia, movimento cultural, Elba, movimento ambiental, e Marília e Sueli, associação de moradores e Organizações Não governamentais. Ainda podemos acrescentar que

¹⁵ O município de Nova Iguaçu estava dividido nos seguintes distritos: Austin, Belford Roxo, Centro, Comendador Soares, Japeri, Mesquita e Vila de Cava. A partir de 1990 ocorreram as emancipações Belford Roxo (1990), Queimados (1990), Japeri (1991) e Mesquita (1999).

Ana Lucia e Orleide eram ligadas à juventude Católica, e Marília a grupo de esquerda clandestina. A fala da Sueli ilustra um pouco a importância do coletivo e das pautas comunitárias:

Então, a minha origem no movimento social se dá na década de 80, e é, no início dos anos 80, mais ou menos 81 e 82. Eu participava da associação de moradores do meu bairro, que era em Mesquita, que ainda era distrito de Nova Iguaçu, o meu bairro era Chatuba. Houve um momento muito importante de luta pela água no bairro, e nesse momento eu e um grupo de jovens, nessa época eu tinha cerca de 20, 21 anos comecei a me envolver nessa luta, comecei a participar, eu fiz parte da diretoria da associação, que era um movimento social (nessa) nesse período muito forte, muito vibrante, né. E por conta disso, é, como Mesquita pertencia à Nova Iguaçu, as reuniões do movimento de associação de moradores acontecia lá no MAB. E a partir dessa presença, né, em participação em reuniões, e, no MAB eu conheci o movimento de mulheres, (...).

Leci Carvalho, que fez parte do Grupo Feminista Rabo de Saia, iniciou sua militância política ainda na adolescência:

É, a minha origem é no movimento estudantil. Eu iniciei a minha atuação no movimento estudantil através dos grêmios. Na época não havia Grêmio, em 1984. E a gente fez uma grande luta com a emenda do Arantes, é, deputado naquela época do PCdoB, pela criação da lei do Grêmio Livre. Então, a gente conseguiu aprovar a lei do Grêmio Livre em 1985. Então, eu venho dessa militância do movimento estudantil. Foi onde eu comecei a minha militância, eu estava com 14 para 15 anos.

Lúcia Barros, do Grupo Feminista Mulher, e daí? Também fala desse tempo vivido, e de como o feminismo começou a fazer parte de sua ação política:

Bem, eu comecei pelo movimento cultural, né? Eu acho o ano, eu acho que era 86, 87, por aí, eu devia ter uns 26 anos. Eu fui fazer um curso de teatro do oprimido no programa de animação cultural que tinha no CIEP¹⁶. (...) No bairro que eu morava, no Jardim Bom Pastor em Belford Roxo, tinha um grupo que discutia, produzia cultura, enfim. É, esse grupo tava bem no seu início, não é? E eu me juntei a eles. Era o CEPÁVI¹⁷. E ali nós... nós discutíamos, era cultura, a gente discutia política como um todo, a gente começou a discutir também a questão do feminismo. Eu já entrei assim, quando eu comecei a ouvir falar sobre movimento de mulheres, na verdade, era um movimento feminista. Não é? (...). E, e foi assim que eu comecei. Pelo movimento cultural a gente acabou discutindo, conversando, né? Muito sobre essa questão da mulher e eu entrei para o movimento feminista, me descobri feminista.

Duas outras entrevistadas relatam suas experiências no movimento estudantil, bem como a importância dos grupos jovens da Igreja Católica. Orleide, do Grupo Feminista Coisa de Mulher, nos relata um pouco de seu início na participação social:

Então, Orleide Monteiro, 61 anos, iniciei minha vida no movimento social a partir da minha entrada na UFRJ em 1982 e lá eu conheci, é, o movimento estudantil. Movimento estudantil que me faz ingressar na luta social. Em 1982, quando eu entro lá, uma das primeiras atividades que eu me lembro assim na minha cabeça, foi uma palestra com Lula, que estava iniciando ali a partir de 78 a construção do Partido dos Trabalhadores. E é, eu me engajo na luta é por melhores condições de de estudo, né? (...) Não tinha ainda o olhar para a questão de gênero, né, a questão da disputa que a

¹⁶ Centro Integrado de Educação Pública. Foi um projeto educacional criado no Estado do Rio de Janeiro nos anos 1980, durante o governo de Leonel Brizola, e inspirado pelas ideias de Darcy Ribeiro e pela arquitetura de Oscar Niemeyer.

¹⁷ Centro Cultural Paulo Vínicuis Côrrea, instituição fundada em 1986, localizada no bairro Jardim Bom Pastor. Belford Roxo/RJ.

gente faz ainda hoje, né, pelo direito das mulheres e vou seguindo, né, eu era militante também do movimento de igreja, participava do movimento de igreja chamado Movimento de Oásis e ali a gente vou trabalhando a questão da formação não só da questão do da igreja, mas também da questão social.

Já Ana Lucia, do mesmo grupo que Orleide, além do movimento estudantil, coloca a importância da Teologia de Libertação para a sua formação política:

Então, eu sou Ana Lúcia Alcântara, tenho 56 anos. Eu tava aqui fazendo as contas, que idade com quê, idade com quê. Mas na verdade, assim, eu comecei o movimento social, lógico, a partir sempre do incentivo da igreja, né? Porque igreja eu era de grupo jovem, da crisma. De Católica, Igreja Católica, São Sebastião. (...) Eu já participava do movimento secundarista de estudante, porque aí me interessei em fundar um grêmio na escola, na Escola Estadual Presidente Kennedy, mesmo com essa pouca idade e aí tive contato com algumas pessoas. (...) que era naquela época da União era o IES, né? Era a União Estudantil Secundarista de Nova Iguaçu. Era um negócio assim.

E aí já com essas ideias da esquerda também, que aí uma coisa se fundia com a outra, porque a igreja vivia a Teologia da Libertação, né? Eh, tava no auge isso, Comunidades Eclesiais de Base, essa discussão toda, fé e política também. Mas o que me toca mais é a questão da teologia da libertação, que o padre Jacinto trabalhava isso de frente com a juventude.

As entrevistas mostram uma recorrência nas narrativas, que apontam a participação em organizações do movimento social como o principal ponto de entrada no movimento de mulheres. Trata-se de um elemento comum que atravessa as memórias desse período, evidenciando a centralidade das experiências coletivas na formação política desse movimento. No Podcast da Rádio Novelo, *Escute as mais Velhas*, as feministas entrevistadas chamam a atenção para a marca desse feminismo, o qual Shuma Schumacher chamou de uma “Construção coletiva processual, (...)” (*Escute as mais velhas*, março, 2025).

A trajetória do movimento de mulheres, em que os grupos feministas de Nova Iguaçu surgiram, caminha junto com o amadurecimento político desse movimento em relação ao feminismo:

Quando eu fui participar do movimento de mulheres eu não tinha nem ideia do que era feminismo. Eu tinha noção das causas, da importância pra mulheres, pra nós, né, mas palavra feminismo, ela não era mencionada, era algo até um pouco discriminado, né, não tinha uma violência como a gente vê hoje de alguns movimentos de extrema direita, mas ser feminista era uma coisa meio esquisita, na época também. (...) A organização dos encontros, é que aproximou a gente do feminismo. E eu acho é que aí, que teve uma importância das mulheres do Rio, que auxiliava nesses encontros. E voluntários estrangeiros, também, que trouxe essa visão pra gente, acho que foi ali que eu tive contato com o que era feminismo, e a começar a pensar no feminismo. (Elba Diniz Rodriguez. Grupo Feminista Rabo de Saia)

A fala de Ciomara, do Grupo Feminista Coisa de Mulher, reforça como os grandes encontros de mulheres foram determinantes para o aprofundamento nas questões feministas:

E aí eu tive a oportunidade de começar a conhecer um pouco o que que era o movimento de mulheres, porque até então o que eu tinha de conhecimento era um texto de sala de aula, eu tive duas professoras, uma era Tânia Rachid e a Ângela

Caulino (...). E o que me chamou a atenção foi quando a Tania Rachid, é, levou um texto para sala de aula, que era sobre “Mulheres já”, nunca esqueci esse nome, que foi o que ali foi o *Insight*, né? Para começar a pensar nessa questão. Mesmo estando já no movimento estudantil, eu não pensava nessas questões. E eu começo no movimento estudantil, no grêmio estudantil. (...) E aí foi primeiro, eu ainda dentro do ciclo de educação, houve a história do Fala Mulher Baixada. E aí onde eu me envolvi mais, porque como eu era a liderança, uma das lideranças do Instituto de Educação Rangel Pestana, a gente, acabou sendo a ponte para que o encontro acontecesse ali. Eu fui me envolvendo um pouco mais. Então foi a... a minha referência mesmo do movimento de mulheres, é o Fala Mulher da Baixada. Foi ali que eu entrei.

Na menção aos grandes encontros, entre 1987 e 1994, foram oito no total, traziam na sua organização uma pluralidade de segmentos sociais, políticos e religiosos que deram o tom das pautas debatidas, que variavam do direito à sexualidade, aborto, transporte lotados onde as mulheres eram assediadas, passando pela falta de creches, a ausência de maternidades públicas, o medo das ruas sem iluminação e a violência doméstica. Nas memórias compartilhadas pelas mulheres entrevistadas para esta pesquisa, destacam que uma das reflexões feitas eram as semelhanças de suas vivências, e uma das indagações era, como agir diante da ausência de políticas públicas para as mulheres e da falta de ação do Estado perante as violações de direitos? É daí que surgem as bandeiras de luta e as mobilizações, que tinham como marco temporal o 8 de março. Com a palavra, Elba Diniz:

Quando entrei para o movimento, como eu tinha falado, ele estava numa crescente e aí começaram as organizações dos grandes eventos da Baixada, né, que os encontros de mulheres e era muito interessante porque, esses encontros nos tirávamos, na verdade, bandeiras para dar continuidade da luta durante o ano até o próximo encontro, né? Então, estávamos sempre envolvidas na busca de conseguir essas bandeiras, conquistar, né?

Uma das bandeiras de luta tirada no encontro de Nova Iguaçu de 1988, foi a luta pela construção da segunda DEAM da Baixada Fluminense, reivindicação defendida, neste encontro, pelo grupo de mulheres de Queimados, que tinham como líderes, Dalva Martins e Matilde de Jesus, ligadas às pastorais e clube de mães da Igreja Católica. Esta mobilização rendeu muita visibilidade, e boas manchetes de jornais.

No podcast: *Essas Mulheres Iguaçuanas: A luta pela DEAM*, Assunção Silva e Ciomara Santos relatam como foi esta luta. Segundo Ciomara e Assunção, o local escolhido neste encontro para a construção da DEAM foi Nova Iguaçu. Com poucos recursos, inclusive técnicos, mas com muita mobilização e organização, as mulheres dos diversos grupos se dividiram em comissões e foram do prefeito de Nova Iguaçu ao Secretário Estadual de Polícia Civil, na época, Hélio Saboya.

Foram muitos entraves e incredulidade, tínhamos que provar, estatisticamente, que havia demanda para mais uma DEAM na Baixada Fluminense. Para demonstrar esta necessidade, a comissão responsável por levantar estes dados, uma delas era eu, Séa, percorreu

as cinco delegacias comuns ou delegacias distritais, olhando folha por folha de registros de ocorrência dos últimos três meses, tendo sempre um detetive ao nosso lado, como forma de intimidação. Além dessa comissão, também havia as que mantinham reunião com o prefeito para obter a seção de terreno para construção, convencer diversos vereadores e outras autoridades a escreverem cartas de apoio. Foram dias colhendo assinaturas da população no calçadão comercial de Nova Iguaçu para uma abaixo-assinado. Ao final, foi montado um dossiê e com o apoio da Deputada Estadual, Jandira Feghali, entregamos ao Secretário de Polícia Civil, o documento.

Figura 6. Matéria do Jornal O Dia. 04/07/1989

GRANDE RIO

04/07/89 O DIA - página 3

Nova Iguaçu quer delegacia de mulheres

Um dossiê com dados estatísticos sobre as violências praticadas contra as mulheres de Nova Iguaçu, contendo um abaixo-assinado para a implantação de uma Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam) naquele Município, será entregue até o final de julho ao Secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, pelo Movimento de Mulheres da cidade. Nos planos estaduais de ampliação dos serviços de segurança para a Baixada Fluminense, estão incluídas uma Deam em São João de Meriti e 5 novas delegacias distritais em Nova Iguaçu, onde a Deam será a 6ª criada.

O Movimento de Mulheres reivindica ainda, ao Governo Municipal, um abrigo para aquelas que sofrem agressões em casa, e pretende se associar ao Programa Pro-Mulher do Rio - uma iniciativa do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e da Leição Brasileira de Assistência - para levar assistência jurídica, psicológica e social ao sexo feminino.

« Queremos um trabalho completo e de efeito. Não é só o registro - ressaltou Cristiane Lobo Lamarão, assistente do Serviço Social da 3ª DP (Nova Iguaçu) e membro do Movimento de Mulheres. Para Cristiane Lobo, a avaliação das Deams do Rio e de Duque de Caxias, única na região que a Delegacia Especial tem que ser acompanhada de perto pelos movimentos organizados, principalmente depois de implantada.

Movimento amplo

« E depois da implantação que começa o trabalho. Tem que haver uma manutenção da estrutura, acompanhamento dos casos e até uma reciclagem do pessoal que trabalha nessa delegacia, senão é o desânimo do profissional e a frustração de quem procura a delegacia para apresentar queixa. Você tem que ter em mente que vai lidar com a classe média baixa, porque a alta vai direto ao advogado, e a baixa não tem sequer conhecimento sobre seus direitos. Então, quem procura a Deam acha que vai encontrar advogado grátis, ou o marido vai ser preso, e não é assim, porque tem que ter fagorite para a prisão. E isso frustra, porque ela está com um problema imediato, sem solução imediata. Quem trabalha na Deam tem que saber lidar com isso, e nós, só trabalho não pode ficar só no registro - enfatizou Cristiane Lobo.

A assistente social da 3ª DP rejeitou a denominação de feminista para a causa que defende, salientando que o Movimento de Mulheres, que quer a Deam-N.I. e a implantação de mais creches em Nova Iguaçu, é muito mais amplo. Congressos, por exemplo, associações de mães, sindicatos e entidades civis e culturais, num total de 400 mulheres.

Há quem considere a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, que surgiu em São Paulo, e veio para o Rio em 1987, um paliativo que realça a discriminação contra o sexo feminino. A solução estaria na reformulação do sistema penal e criminal, e não na criação de mais um órgão, dentro de um conjunto já ultrapassado.

Nas o Movimento de Mulheres de Nova Iguaçu acredita que a Deam vem estimulando a iniciativa da apresentação de queixas, combatendo o preconceito e mostrando as mulheres que anápar de quem quer que seja a um delito e não uma prova de amor.

A educação diferenciada e a própria condição precária de vida instigam a violência. A ideologia dominante fortalece a ideia do poder do homem sobre a mulher, fazendo acreditar na submissão, e na supremacia do homem - atacou Rosely Souza da Fonseca, Vereadora pelo PT, em Nova Iguaçu.

Segundo levantamento do Movimento de Mulheres, 245 casos foram registrados pelas 5 delegacias da cidade, entre abril e maio deste ano. Os registros demonstram que 30% das mulheres são casadas e o maior número de ocorrências de atos e tentativas de agressão acontecem em casa, e não na rua. O agressor é geralmente o marido, ou algum ligado intimamente à mulher, e não um desconhecido. As mulheres violentadas são, normalmente, brancas e têm entre 20 e 30 anos.

Rea Silva, que participa do Cepiv (Centro Paulo Vlacus Correia de Freitas e Artes e Artesísticas Culturais) e do Movimento de Mulheres, colista a cidade na 3ª DP (Comandador Scazzari) e admitiu que o levantamento do grupo nunca não ser preciso matematicamente, já que não foi permitido o acesso direto aos registros. De qualquer forma, foi possível perceber que as delegacias não se detêm em detalhes sobre o criminoso, omitindo, por exemplo, idade, profissão, se ele estava alcoolizado ou não, e até o nome do agressor.

O Movimento de Mulheres de Nova Iguaçu acredita que a



O Movimento de Mulheres de Nova Iguaçu está reunindo assinaturas pedindo a criação da delegacia

Fonte. Acervo da autora.

Participavam dos encontros de mulheres de Nova Iguaçu, feministas, tanto da Baixada Fluminense como as da capital/RJ, voluntárias de ONGs estrangeiras, bem como as mulheres que não se definiam como feministas, como as das pastorais e clubes de mães da Igreja Católica (CEBs - Comunidades Eclesiais de Base), religiões de matriz africana, evangélicas, Associações de Moradores, Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, departamentos femininos dos Sindicatos (Químicos e Metalúrgicos), das organizações estudantis e partidos políticos. Foi nessa diversidade de denominações políticas, culturais, religiosas e ideológicas que os grandes encontros aconteceram. Neles, se definiam as bandeiras de luta a cada oito de março. Depois dos encontros, começavam a construir cronogramas para que saíssemos da discussão/reflexão e passasse à prática.

Essa pluralidade — política, religiosa, ideológica e de classe — configura, segundo a hipótese apresentada nesta pesquisa, uma das principais distinções entre o feminismo vivenciado em Nova Iguaçu e aquele predominante na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Nas entrevistas realizadas com mulheres que integraram os grupos feministas de Nova Iguaçu, uma das perguntas buscava justamente problematizar as diferenças de contextos e práticas. A esse respeito, Sueli Catarina observa em seu depoimento:

Com esse envolvimento com o movimento feminista da capital, que era um movimento, e até hoje, de forma geral, um movimento, é, de mulheres de classe média, mulheres brancas, muito envolvidas com a academia, a participação, nesse movimento nos trouxe acesso a muitas discussões e materiais dos quais a gente não tinha tanta proximidade, mas, como eu disse, também levou pra esse movimento mais elitista, vamos dizer assim, mais, embranquecido, as mulheres negras e periféricas e as demandas dessas mulheres, que eram bem diferentes do que o movimento feminista, na época. Então, essa troca, essa intersecção, foi muito positiva, eu acho, para os dois lados, porque agregou também para a gente temática das quais a gente não discutia com tanta propriedade, e isso foi muito importante, né, também pôde contribuir como movimento feminista pra que outras pautas também pudessem ser incorporadas. (...)

Eu acho que isso foi um processo extremamente rico, e não sem tensões, né? Não sem contradições, como todo movimento, mas extremamente rico para os dois lados.

Já Elba Diniz chama a atenção para dois aspectos que acrescentam elementos relevantes a essa reflexão, sobretudo no que se refere às diferenças entre os movimentos feministas:

Acredito, assim, que a gente tinha uma origem, apesar de ter objetivos muito comuns, as pessoas da Baixada e o pessoal do Rio nós tínhamos umas diferenças muito grande, né? Eu acho que grande na origem, grande nos problemas, porque essas mulheres não eram, pelo que eu me lembro, mulheres que vinham como hoje em dia que tem a organização das mulheres de comunidades, não era dessa forma, né? Então eram as mulheres mais letradas, acho que tinham condições financeiras aparentemente melhores do que a gente, nós tínhamos até formação universitária aqui na Baixada, nós tínhamos uma origem muito, digamos assim, pobre, não sei se é, né? Mas a gente era de uma família que ninguém tinha condições financeiras muito grande, né? A formação foi tudo, no muito sacrifício, né? (...)

Ainda puxando os fios de sua memória, Elba Diniz acrescenta algo extremamente significativo, algo que não está nas palavras, mas que se revela no olhar, naquele olhar que só a vivência em determinados contextos sociais é capaz de traduzir:

Oh, Sea, os encontros aqui da Baixada, em Nova Iguaçu, têm mais a ver com o feminismo do que aquele encontro feminista que nós fomos, que as mulheres que tinham dinheiro levaram as empregadas para cuidar dos seus filhos para que elas pudessem participar, né?

E essas mulheres que cuidavam dos filhos, elas não participaram de nenhuma discussão, acho que nem era de interesse, né, das patroas, que elas participassem.

Ao ouvir cada reflexão expressas nas falas dessas companheiras do movimento de mulheres, dos grupos feministas, percebe-se uma riqueza de saberes que seria impossível reproduzi-las todas neste trabalho. Essas narrativas carregam sentidos que atravessam

memórias individuais e coletivas, constituindo-se como fragmentos vivos de uma história não oficializada.

O desconhecimento por parte de muitas jovens feministas da Baixada Fluminense, da história do movimento de mulheres que floresceu em Nova Iguaçu nas décadas de 1980 e 1990 revela mais do que uma simples lacuna geracional. Trata-se de um sintoma da invisibilização sistemática das experiências políticas protagonizadas por mulheres das periferias, especialmente as negras, pobres e oriundas das lutas comunitárias. Enquanto há uma valorização crescente das agendas feministas nos grandes centros urbanos, o apagamento das trajetórias periféricas expõe desigualdades históricas que atravessam o próprio campo feminista.

Em Nova Iguaçu, o feminismo se constituiu como prática coletiva enraizada nos territórios: nas associações de moradores, nas comunidades eclesiais de base, nos mutirões de creches e no enfrentamento cotidiano à violência, à fome e à exclusão. Diferentemente das pautas articuladas pelo feminismo da Zona Sul do Rio de Janeiro — muitas vezes centradas em questões do corpo, da representatividade e da igualdade no mercado de trabalho formal —, o feminismo da Baixada Fluminense se construiu sob outras urgências: o direito à vida, ao transporte, à saúde pública, à moradia digna e à sobrevivência.

Essa diferença não é apenas de conteúdo, mas também de forma e lugar. Enquanto o feminismo de classe média se beneficia de visibilidade midiática, acesso à universidade e interlocução com espaços de poder institucionalizados, o feminismo de Nova Iguaçu enfrentou (e ainda enfrenta) o desafio de se sustentar com poucos recursos, em um território historicamente estigmatizado. Apesar disso, sua potência reside justamente em sua organicidade e enraizamento comunitário — aspectos que o tornam singular, mas que também dificultam sua preservação como memória coletiva.

O distanciamento entre essas experiências feministas pode ser visto como um reflexo das hierarquias internas aos movimentos sociais, que reproduzem, por vezes, os mesmos padrões de exclusão que buscam combater. Nesse sentido, recuperar e transmitir a história dos grupos de mulheres de Nova Iguaçu não é apenas um exercício de memória: é um gesto político de reivindicação de legitimidade, uma oportunidade de construir pontes entre gerações e territórios, de complexificar a própria ideia de feminismo.

É importante que as novas gerações de ativistas feministas da Baixada Fluminense conheçam as vozes, práticas e estratégias das mulheres que abriram caminho antes delas. Resgatar essas narrativas, muitas vezes silenciadas por falta de documentação formal, é uma

maneira de romper com a lógica da invisibilidade, de afirmar que, nas margens da metrópole, também se faz história — e se faz feminismo.

CAPÍTULO 3 – O diálogo entre gerações em Nova Iguaçu/RJ a partir do ProfHistória: tramas tecidas entre os Grupos Feministas (1986-1994) e alunas(os) do ensino médio do Colégio Estadual Engenheiro Arêa Leão

“Lá vem ela com essa história de feminismo!”¹⁸

Um dos motivos para entrar no programa de Mestrado Profissional – ProfHistória, foi o diferencial de ser um Mestrado para professoras (es) que vivenciam o cotidiano da sala de aula e querem pensar e repensar sua prática pedagógica, a partir de um rico debate entre teoria e prática.

Uma outra questão importante do programa está na pesquisa, que precisa dialogar com este espaço tão diverso, desigual e conflitante que são as escolas públicas. Como também precisa se conectar a um produto pedagógico que tenha aplicabilidade no processo de aprendizagem, sejam com os profissionais da escola, com as alunas e alunos ou com a comunidade escolar. Essa metodologia busca não apenas atender as exigências acadêmicas do programa, mas também contribuir de forma significativa para produção de conhecimento das (dos) estudantes, proporcionando uma coparticipação na construção no processo de aprendizagem, valorizando a educação como campo de construção de cidadania e identidade.

Portanto, articular teoria e prática é mais do que uma estratégia pedagógica, é a essência do pensamento de Paulo Freire, que sempre defendeu uma educação enraizada na realidade concreta das pessoas e comprometida com a transformação social. Para Freire, é justamente na relação entre ação e reflexão que se constitui a prática educativa crítica e libertadora. Como ele afirma:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (Freire, 1996.p.29).

Com base na minha trajetória de quase quatro décadas no movimento feminista e quinze anos de atuação como professora da educação básica, iniciei a partir de concurso público em 2010, constatei que as questões de gênero e raça, sobretudo no que se refere às mulheres, permanecem subalternizadas nos documentos que estruturam a educação brasileira. Nos livros didáticos, a presença feminina é mencionada de forma pontual e insuficiente, enquanto a

¹⁸ Frase proferida por um aluno do terceiro ano do ensino médio do CEEAL, no início da aula de 24 de fevereiro de 2017, que tinha como tema a Primeira República, sendo que na ocasião mencionei a questão da luta pelo voto empreendidas pelas sufragistas, que tornou-se realidade, em 24 de fevereiro de 1932, através do Decreto nº 21.076, instituído no Código Eleitoral Brasileiro, e que foi consolidado na Constituição de 1934.

participação da mulher negra permanece, em grande medida, invisibilizada nas narrativas históricas.

Essa invisibilidade demonstra como o currículo escolar, ao deixar de incorporar essas narrativas, contribui para a reprodução de uma história parcial, eurocêntrica, misógina e racista. Portanto, refletir criticamente sobre o currículo é fundamental para garantir uma formação mais plural, inclusiva e comprometida com os princípios da equidade e do reconhecimento das múltiplas vozes que constroem a história. Incorporar as contribuições das mulheres, das relações de gênero e étnico-racial no currículo é um passo essencial para a construção de uma educação emancipadora. Para tanto, nesta dissertação, em relação ao trabalho didático propositivo - frequentemente identificado como produto pedagógico - dividimos o capítulo 3 em três partes, isto é, na primeira as reflexões que levaram a sua construção, na segunda estão as rodas de conversa e, por fim, os podcasts.

3.1. Algumas reflexões na construção do produto pedagógico: as Leis 10.639/03, 11.645/08 e 14.986/24 - aportes importantes na construção de um currículo interseccional.

A construção de um currículo mais democrático, plural e sensível às diversidades sociais exige o reconhecimento das múltiplas identidades e trajetórias que compõem a comunidade escolar. Nesse sentido, Selva Guimarães Fonseca (2010) ressalta a importância da participação social nos processos de mudança que culminaram em conquistas fundamentais durante a Constituinte de 1988 e, posteriormente, nas alterações das leis ordinárias, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Fonseca destaca que:

Em relação ao papel dos currículos de História na formação de cidadãos, outro movimento merece ser registrado: as demandas de grupos sociais étnicos. Como é amplamente conhecido da sociedade brasileira, desde os anos de 1970, intensificaram-se entre nós, de modo popular, a mobilização de mulheres, negros e indígenas contra o racismo, os preconceitos, a marginalização e as diversas práticas e formas de dominação e exclusão. Esses movimentos foram interpenetrando espaços por meio de lutas específicas no campo da cultura, da educação e da cidadania. Alcançando vitória expressivas no processo de constituinte na década de 1980 e, decorrência da Nova Constituição Federal de 1988, vários projetos de políticas públicas foram disseminados, alguns específicos na área da cultura e da educação de afrodescendentes e indígenas. (Guimarães, 2010, p. 4).

A partir dessa reflexão, torna-se evidente que a legislação educacional brasileira — especialmente após 1988 — incorpora demandas históricas desses grupos e contribui para a redefinição do currículo de História, tornando-o mais inclusivo e crítico. Compreender essas leis como conquistas coletivas e instrumentos de transformação permite desenvolver práticas

pedagógicas que dialogam com as realidades das(os) estudantes e valorizam suas experiências, identidades e pertencimentos.

Dessa forma, o produto pedagógico proposto neste trabalho busca se ancorar nessas normativas, entendendo-as como ferramentas indispensáveis para a promoção de uma escola comprometida com a justiça social, com a diversidade e com a formação cidadã, articulando passado e presente na construção de saberes historicamente situados.

Em 9 de janeiro de 2003 era sancionada a Lei 10.639, tornando obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no ensino fundamental e médio, que será modificada em 10 de março de 2008, pela Lei 11.645/08 incluindo o Ensino de História e Cultura Indígena, alterando, assim, a Lei 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Outra lei que irá alterar a LDB, será a Lei 14.986/24, para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História.

Estas leis representam marcos jurídicos importantes na construção de um currículo interseccional. No entanto, apesar de seus avanços formais, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Se considerarmos que já se passaram mais de vinte anos desde a promulgação da Lei 10.639/03 e dezessete anos da Lei 11.645/08, os obstáculos permanecem evidentes, sobretudo no que diz respeito à efetiva implementação de uma educação antirracista. O desconhecimento e a desinformação são ainda mais visíveis diante da recente conquista representada pela Lei 14.986/24, que segue sendo pouco difundida.

No cotidiano escolar, percebe-se que a inclusão de narrativas ocorre de forma pontual e fragmentada. A história das mulheres, por exemplo, costuma aparecer apenas em atividades alusivas ao Dia Internacional da Mulher, enquanto a Lei 10.639 é frequentemente lembrada apenas em torno do 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Isso revela um distanciamento em relação ao que se propõe como política curricular, uma vez que tais conteúdos seguem longe de integrar, de maneira sistemática, o planejamento e os programas da educação básica.

Na perspectiva de um currículo interseccional, tal como discutido por autoras como Djamila Ribeiro (2019) e Carla Akotirene (2019), a presença das histórias e experiências de grupos historicamente silenciados não deve se restringir a datas comemorativas ou a conteúdos periféricos. Pelo contrário, deve constituir um eixo estruturante das práticas pedagógicas. Essa abordagem reconhece que raça, gênero e classe se entrecruzam na produção das desigualdades sociais, e, portanto, devem atravessar o currículo de forma transversal e contínua. Incorporar

essas dimensões significa não apenas atender às exigências legais, mas repensar a própria função social da escola diante da diversidade da sociedade brasileira.

A interseccionalidade no currículo da educação básica refere-se à necessidade de considerar esses diferentes marcadores sociais, bem como se inter cruzam e influenciam a experiência educacional das (os) estudantes. Como destaca Sirmar Bilge e Patricia Hill Collins:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (Bilge e Collins, 2020, p. 17)

Para efetivar um currículo verdadeiramente interseccional, é necessário superar a fragmentação dessas temáticas e garantir que elas sejam incorporadas de maneira permanente e crítica ao longo do processo educativo. Isso requer formação docente adequada, produção de materiais didáticos que reflitam essas questões, bem como um compromisso político por parte das instituições escolares e de seus sujeitos.

Nesse sentido, a reflexão proposta por Selva Fonseca Guimarães e Marcos Silva (2012) contribui para compreender o currículo como um campo de disputas e interesses que extrapola a simples organização dos conteúdos.

Concebemos currículo não apenas como um dos elementos que “guiam”, “orientam” o trabalho na escola, mas também como objeto de interesses e disputas sociais e culturais na prática escolar. (...) As áreas de conhecimento, as disciplinas, territórios formalmente determinados pelo currículo, e as atividades pedagógicas podem ou não reforçar os mecanismos de controle sobre as pessoas. O campo do currículo seleciona e organiza o conhecimento a favor de alguns princípios e valores, que podem ser reproduzidos, aceitos ou criticados pelos sujeitos no processo educativo. Por isso, o currículo é contextual, depende de onde e de quem utiliza. (Fonseca; Silva, 2012, p. 51).

Ao dialogar com essa perspectiva, torna-se possível compreender que a construção de um currículo comprometido com as lutas das mulheres, antirracistas e de classes não é um processo neutro, mas profundamente político. O entendimento do currículo como território de disputas evidencia que a inserção de debates sobre gênero, raça e classe depende das escolhas pedagógicas e das tensões presentes no cotidiano escolar. Assim, ao incorporar o feminismo interseccional como lente de análise, reconhecemos que essas disputas atravessam tanto a seleção dos conteúdos quanto as metodologias adotadas, ampliando a possibilidade de que a escola se torne um espaço de resistência e transformação social.

Se considerarmos o contexto das escolas, entendidas não apenas como espaços de aprendizagem, mas também de produção de conhecimento, em que a diversidade de

experiências e identidades é constante, torna-se essencial criar e promover ambientes que valorizem e fortaleçam as vivências e o protagonismo de alunas e alunos. O feminismo interseccional, ao reconhecer as múltiplas opressões que atravessam a vida das mulheres — como raça, classe, gênero e sexualidade —, oferece um caminho potente para repensar o currículo da educação básica, de modo a questionar e enfrentar desigualdades estruturais que se reproduzem na escola e na sociedade.

3.2. Rodas de Conversa: tecendo as tramas

Em 24 de fevereiro de 2017, data em que se comemora a instituição do voto feminino no Brasil, articulei o conteúdo sobre a Primeira República à luta que garantiu esse direito. Logo no início da aula, fui surpreendida pela reação de um aluno, que disse: “*Lá vem ela com esta história de feminismo!*”. Apesar da agressividade na fala, optei por ampliar o debate, indo além da simples discussão de um fato histórico. Meu objetivo foi compreender os incômodos que ainda hoje surgem quando se menciona a participação das mulheres em espaços públicos e políticos, ou seja, para além dos limites tradicionalmente atribuídos ao lar e à família.

A reação do aluno evidencia como o feminismo ainda provoca resistências, especialmente quando confronta concepções naturalizadas sobre os papéis sociais e históricos de homens e mulheres. A fala espontânea do aluno revela não apenas uma opinião individual, mas uma construção em que associa o feminismo aos estereótipos machistas e a confrontação entre homens e mulheres, desvalorizando-o como ferramenta de análise histórica e de transformação social.

Comprovei algo que já havia observado, o quanto as alunas e alunos desconhecem as lutas das mulheres, e o quanto o ensino de história é um campo fundamental na disputa das narrativas que permeiam os livros didáticos e colocam os estudos sobre as mulheres nas entrelinhas e nos boxes. Assim, discutir a conquista do voto feminino não se restringe a narrar um marco legal, mas a situar o protagonismo das mulheres na luta por direitos em um contexto de exclusão sistemática.

O crescimento dos estudos no campo das Ciências Humanas sobre a história das mulheres, em especial da historiografia feminista, como apontam algumas das autoras presentes no referencial teórico desta dissertação, tem marcado as pesquisas e publicações acadêmicas a partir da década de 1970. No entanto, esse avanço não se traduziu em um conhecimento amplamente difundido sobre essa história, tampouco sobre o movimento feminista.

Se, por um lado, os estudos acadêmicos têm lançado luz sobre a participação das mulheres, suas lutas e conquistas, por outro, essas produções ainda permanecem distantes de uma inserção efetiva nos currículos da educação básica. Além disso, histórias de mulheres que, embora não tenham produzido documentos escritos que registrassem suas trajetórias, atuaram de forma decisiva em seus contextos locais produzindo saberes, práticas e políticas públicas que ainda seguem invisibilizadas pelas historiografias tradicionais.

Nesse sentido, a história oral constitui uma metodologia fundamental para dar visibilidade a essas experiências, permitindo que tais narrativas sejam incorporadas ao coletivo, contribuindo para a ampliação das formas de conhecer e reconhecer a presença das mulheres na história.

A partir dessa perspectiva algumas perguntas nortearam a construção do produto pedagógico, como por exemplo, como conectar as experiências do movimento de mulheres de Nova Iguaçu iniciado na década de 1980 com as inquietações das (os) estudantes que vivem em um ambiente cotidianamente conectado às Redes Sociais? Quais são as suas inquietações? Como tecer este diálogo? Que metodologia poderia ajudar a construir respostas para essas perguntas?

Pensando nas estratégias do movimento feministas ao longo da década de 1970 e 1980 para discutir as pautas das mulheres, frequentemente consideradas pelos setores da esquerda como uma fragmentação dos objetivos centrais da luta contra o regime ditatorial, observa-se o surgimento de uma forma de organização, são chamados grupos de reflexão.

Esses espaços não apenas acolhiam o compartilhamento de vivências e conflitos pessoais, mas também se constituíam como instâncias de elaboração política e construção coletiva de estratégias de ação. Foi nesses grupos que muitas mulheres encontraram apoio, escuta e reconhecimento, possibilitando a transformação de experiências individuais em pautas públicas. Moreira e Pitanguy ressaltam a importância desses grupos:

Nasciam assim, de forma espontânea, e a partir da necessidade sentida de isolamento a fim de poder se expressar sem a interferência masculina, os “grupos de reflexão”, que se espalharam pela Europa e chegam também à América Latina. Neles, as mulheres se veem como novos olhos, se descobrem como singularidade plena, com identidade própria, (...). Ao ver seus problemas individuais reproduzidos em infinitos espelhos, o que parecia único torna-se coletivo. O espontâneo passa a ser estratégia de luta, porque nesses grupos se gestam as demandas e as infinitas formas de ação. Cria-se base do feminismo. (Moreira e Pitanguy, 2022. p.89)

Esta metodologia foi amplamente utilizada pelos grupos feministas de Nova Iguaçu, nas chamadas “*oficinas de sensibilização*”, nas quais a escuta respeitosa e a acolhida afetiva eram

fundamentais para que todas se sentissem seguras. Inspirada nessas experiências, especialmente nos grupos de reflexão, propus a metodologia das Rodas de Conversa.

As Rodas de Conversa foram a dinâmica escolhida para refletir tanto sobre a trajetória do movimento de mulheres entre 1986 e 1994, quanto sobre as percepções e vivências das alunas e alunos do Colégio Estadual Engenheiro Arêa Leão (CEEAL) no presente. Esses espaços se mostram particularmente ricos para compartilhar experiências, trocar aprendizados e construir novas perspectivas coletivas. Uma de suas premissas centrais é a criação de ambientes seguros e acolhedores, que possibilitem às participantes explorarem diferentes temas de maneira aberta e crítica.

A partir dessas experiências, propus as Rodas de Conversa como estratégia metodológica, utilizadas como subsídio para a construção dos saberes que embasam o produto pedagógico da pesquisa, isto é, os podcasts. Nas Rodas de Conversa, foram explorados diversos temas, como igualdade de gênero, diversidade, violência e o impacto das lutas feministas na conquista de direitos para as mulheres.

Foram realizadas três rodas de conversa: uma com alunas (os) do Coletivo Novos Olhares¹⁹, uma com turmas do terceiro ano²⁰ e uma com alunas (os) do terceiro ano, professoras, pessoal de apoio e 4 convidadas: feministas que fizeram parte de dois grupos que atuaram de Nova Iguaçu entre os anos de 1988 e 1997. O convite foi feito às integrantes dos três grupos feminista e ao CEAC, mas por compromissos profissionais ou problemas de saúde, apenas duas integrantes do Grupo Feminista Rabo de Saia (Sueli Catarina de Carvalho e Elba Dinis Rodriguez) e duas do Grupo Feminista Coisa de Mulher (Ana Lúcia Gomes de Alcântara e Orleide Monteiro Lofiego) puderam estar presentes.

A primeira Roda de Conversa foi realizada com o Coletivo Novos Olhares. Mas quem é esse coletivo e qual o seu papel na construção do produto pedagógico?

Por tratar-se de um tema sensível às relações de gênero, particularmente no que se refere às mulheres, optei por não desenvolver o produto pedagógico em uma única turma específica. Em vez disso, apresentei a proposta às turmas do segundo ano do ensino médio (2023), permitindo que participassem apenas aquelas e aqueles que demonstrarem interesse.

Essa escolha metodológica dialoga diretamente com uma perspectiva feminista e freiriana, que valoriza a escuta, a autonomia e o protagonismo dos sujeitos envolvidos. Ao abrir

¹⁹ O Coletivo Novos Olhares é um grupo de alunas e alunos que participam das discussões de propostas de trabalho na questão de gênero no CEEAL, e na elaboração dos podcasts, produto pedagógico desta dissertação.

²⁰ No CEEAL existem seis turmas do terceiro ano regular, manhã e tarde, são em torno de 200 alunos matriculados, deste número, aproximadamente 48% são mulheres.

o espaço de forma voluntária e coletiva, buscou-se evitar uma imposição de conteúdo e, ao mesmo tempo, garantir que a construção do produto pedagógico fosse fruto de um engajamento real, respeitando as experiências, expectativas e singularidades das(os) participantes. Dessa maneira, o objetivo não era apenas produzir um material didático, mas criar um processo pedagógico inclusivo, capaz de envolver a escola como um todo e de fortalecer a dimensão democrática e participativa da prática docente

Inicialmente muitas alunas demonstraram interesse em participar. No entanto, as reuniões seriam realizadas no contraturno, o que dificultou o envolvimento de parte delas, muitas faziam cursinho, participavam do programa Jovem Aprendiz ou estavam trabalhando, pois precisavam contribuir com a renda familiar.

Ao longo de diversos encontros realizados durante o desenvolvimento da pesquisa (2023–2025), o grupo de estudantes escolheu o nome Coletivo Novos Olhares, porque sintetizava suas vivências relacionadas às questões de gênero na escola e na família. O grupo é composto por alunas e alunos de três turmas do ensino médio e uma turma do 9º ano do turno da manhã: 901, 1004, 3001 e 3004. A seguir, uma pequena sinopse para cada uma das Rodas de Conversa que foi realizada e a sistematização com o objetivo de facilitar a compreensão do processo de realização dos podcasts.

1ª Roda de Conversa: Com alunas e alunos do segundo ano do ensino médio que fizeram parte da formação do Coletivo Novos Olhares

Data: 25 de abril de 2024.

Tema: “Quem tem medo do feminismo?”

Tempo previsto: 1h30min

Material utilizado: fragmento do livro da escritora feminista nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, “Sejamos todas Feministas”.

Participantes: 12 alunas e 3 alunos do coletivo Novos Olhares.

Metodologia: Realizamos a leitura de trechos do livro *Sejamos Todas Feministas* da escritora feminista nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. Apesar de haver apenas um exemplar — pertencente à professora/pesquisadora, o livro, com pouco mais de 30 páginas e textos curtos, foi compartilhado entre as(os) estudantes, que o levaram para casa e selecionaram os trechos que mais os(as) impactaram.

Durante a roda de conversa foram tantos os trechos destacados que, na prática, o livro foi lido quase em sua totalidade. O debate que se seguiu foi riquíssimo: as(os) estudantes relataram o

quanto se sentiram próximos(as) das questões levantadas pela autora, conectando suas reflexões às próprias vivências ou das mulheres de suas famílias.

Ao final da atividade propusemos a seguinte pergunta para aprofundar nossas reflexões: “Nos dias atuais, o que aproxima e o que afasta vocês do feminismo?”

A leitura do texto de Chimamanda Ngozi Adichie, no qual a autora apresenta situações de sua vida cotidiana e suas descobertas como mulher negra e feminista, provocou uma reflexão instigante no Coletivo Novos Olhares. Pude observar que a aproximação — ou o distanciamento — em relação às ideias feministas depende de fatores como o acesso à informação, as experiências pessoais de violações de direitos e as influências sociais oriundas da família, da religião e da escola.

Na primeira vez em que apresentei minha pesquisa às turmas do 2º ano do ensino médio, em 2023, convidei as(os) estudantes a participarem do coletivo. Notei que aqueles que aceitaram o convite o fizeram tanto por se sentirem próximos de discussões mais amplas sobre questões de gênero quanto pela disponibilidade de tempo para frequentar as reuniões no contraturno. Contudo, percebi também que algumas alunas demonstravam certo desconforto ao falar sobre feminismo, o que me levou a refletir sobre a melhor forma de abordar essa temática, central para a pesquisa e para o produto pedagógico.

Reconheço que, como docente, ocupo um lugar de influência — tanto na sala de aula quanto no Coletivo Novos Olhares. Por isso, busco manter uma relação o mais horizontal possível. Nesse sentido, avaliei que a obra de Chimamanda poderia estabelecer uma ponte entre vivência e teoria. A leitura se mostrou pertinente: uma das alunas, que na primeira reunião de 2023 chegou a franzir a testa ao ouvir a palavra “*feminismo*”, escolheu o trecho em que a autora, ainda na infância, ao expressar suas ideias, foi acusada de feminista (figura 5). Sem compreender o significado do termo, Chimamanda recorreu ao dicionário, descobrindo que aquela palavra, utilizada como ofensa, na verdade nomeava uma luta legítima. No decorrer dos encontros, essa mesma aluna — a quem chamarei de Ju, 16 anos, — percebeu, a partir do convívio no coletivo, como nossas percepções são atravessadas por preconceitos. Tal como Chimamanda, Ju decidiu se aprofundar e compreender melhor “essa história de feminismo”.

Figura 7. Trecho que a aluna Ju escolheu do Livro Chimamanda Ngozi Adichie - Sejamos Todas Feministas. p.11



Fonte. Acervo da autora.

Outra aluna, C.R. 18 anos, escreveu um depoimento do seu despertar para questões do feminismo, que se fortaleceu com a leitura do livro.

Como e quando me descobri feminista?

Uma vez escutei o meu pai falando sobre mulheres feministas, "elas odeiam os homens" "deixam o pelo do braço crescer" "se querem mesmo direitos iguais deveriam entrar pro exército" coisas desse tipo, e eu já tinha escutado sobre feministas antes mas nunca pesquisei sobre, mas a forma como ele as descrevia me fez criar uma curiosidade.

Nesse dia pesquisei e tudo o que encontrei fazia muito sentido para mim.

O feminismo não era sobre odiar os homens, mas sobre defender a igualdade de direitos e combater desigualdades de gênero.

Nada daquilo tinha a ver com ódio, muito menos com ódio aos homens.

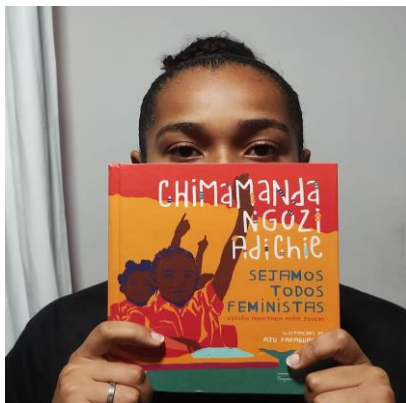
A partir desse dia, passei a questionar coisas que antes pareciam "normais", como a ideia de que mulheres são ligadas a cuidar da casa enquanto os homens devem sair para trabalhar. por que isso deveria ser regra? todos nós temos capacidade para fazer as mesmas tarefas, e decidir isso por gênero não faz sentido.

E foi ali pra infelicidade do meu pai, que eu passei a me assumir feminista.

agora q li o livro posso afirmar que tenho total certeza que me considero uma feminista

C.R. fez questão de tirar uma foto mostrando seu olhar na descoberta das questões do feminismo.

Figura 8. Capa do livro da Chimamanda Ngozi Adichie.



Fonte. Acervo cedido por C.R. à autora.

2ª roda de conversa:

Data: 07 de novembro de 2024.

Tema: Violência contra a mulher: onde e como percebemos essa violência?”

Tempo previsto: 1h50 min

Material utilizado: Bolas de encher, frases machistas escritas em pequenas tiras de papel (vide anexo J ao final da dissertação) para colocar dentro das bolas de encher, cópias de letras de músicas impressas, música, caixa de som.

Participantes: 25 estudantes do terceiro ano do ensino médio do CEEAL

Metodologia. Como parte da proposta voltada à reflexão sobre a construção do ciclo da violência sofrida pelas mulheres, as alunas e os alunos participaram de uma dinâmica que envolveu movimento, escuta e vivências do cotidiano escolar e familiar.

- A primeira etapa consistiu na entrega de bolas de encher para os (as) estudantes, já contendo em seu interior pequenos pedaços de papel com frases machistas (relação das frases no anexo ao final da dissertação), retiradas de contextos reais do cotidiano social, escolar e familiar. Encheram as bolas e começaram a brincar jogando-as para o alto, ao som da música, *“Faixa amarela”*, interpretada pelo cantor e compositor, Zeca Pagodinho. (Vide letra da música no anexo H).
- Com a interrupção da música, cada estudante pegou uma bola e eles se sentaram em círculo. Em meio a risos estouraram as bolas. Em seguida, fizeram a leitura em voz alta das frases que haviam encontrado (a relação das frases encontra-se no ANEXO J). Houve um certo constrangimento na leitura das frases. A partir desse exercício leituras iniciou-se um diálogo mediado pelas perguntas: O que essas frases revelam sobre o lugar das mulheres na sociedade? Você já ouviu alguma das frases citadas em casa, na escola ou nas redes sociais? Como reagiu? Por que será que algumas dessas frases continuam sendo ditas, mesmo que sejam ofensivas? Qual o primeiro sentimento ao abrir os papéis e ler as frases?
- Posteriormente, retomamos a música *“Faixa Amarela”* (Anexo F) de forma mais crítica, agora com a letra em mãos. O grupo foi convidado a refletir sobre os sentidos expressos na canção, problematizando a romantização da violência e a persistência de padrões do ciclo da violência contra a mulher.

- Em continuidade a dinâmica proposta, ouvimos e lemos em conjunto a música “*Respeita as Mina*” (Anexo G), da cantora Kell Smith, oferecendo novos sentidos baseados na valorização da equidade de gênero e no respeito às mulheres.
- Para finalizar, uma nova reflexão com a pergunta: Existe alguma dessas frases que você achava “normal” e agora vê de outra forma?

Resultados obtidos: A escuta atenta e respeitosa, sobretudo por parte das (os) alunas (os), foi um aspecto marcante. As reflexões que surgiram mostraram-se bastante significativas, trazendo à tona questões que extrapolaram o cotidiano escolar e alcançaram também as relações familiares, tanto no âmbito próximo quanto no mais amplo.

Quando foi proposta a leitura das frases, alguns estudantes comentaram que, entre eles, essas expressões costumam soar engraçadas. No entanto, ao serem ditas em voz alta, em um espaço onde o “*papo era sério*”, muitos relataram ter sentido vergonha.

Figura 9. Segunda Roda de Conversa.



Fonte. Acervo da autora.

Norteadores para próximas rodas de conversas: ampliar os participantes da roda, convidar professores e professoras do CEEAL.

3ª roda de conversa

Data: 25 de novembro de 2024.

Tema: “25 de novembro, Dia Internacional de Luta Contra a Violência à Mulher: encontro marcado entre duas gerações, pelo direito de existir”

Tempo previsto: 1h30 min

Material utilizado: Televisão, computador, caixa de som, cartazes, fotos, camisetas, botons, folders, vídeo, letras de músicas.

Participantes: 17 participantes: professoras, alunas, alunos, pessoal de apoio e convidadas de dois grupos que atuaram de Nova Iguaçu entre os anos de 1988 e 1997 – Orleide Monteiro e Ana Lúcia Alcântara, do Grupo Feminista Coisa de Mulher, e Elba Diniz e Sueli Catarina de Carvalho do Grupo Feminista Rabo de Saia.

Metodologia:

A dinâmica seguiu um modelo inspirado nos grupos de reflexão, desenvolvidos pelas feministas que atuaram nas décadas de 1980 e 1990. Todas as participantes se posicionaram em círculo, e, no centro, foram dispostos objetos carregados de significado para a história do movimento de mulheres em Nova Iguaçu. Para este momento, trouxe cartazes de antigos encontros de mulheres, camisetas, folders, fotografias e outros materiais que compõem parte da memória desses grupos, que atuam na cidade desde 1986 (todos do arquivo pessoal da pesquisadora).

Iniciamos com uma rodada de apresentação, na qual, ao chegar na minha vez, expliquei o objetivo da roda de conversa, o significado dos itens colocados no centro e o tema do encontro. Em seguida, assistimos ao vídeo “*Fala Direito Comigo: violência de gênero*”, produzido pela Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Para dar início à discussão após o vídeo, propus a seguinte pergunta provocadora: **“Especialistas que atuam no enfrentamento à violência contra a mulher afirmam que toda mulher, em algum momento da vida, sofrerá uma ou mais formas de violência. Vocês concordam com essa afirmação?”**

Após essa primeira rodada de reflexões, apresentei um cartaz que havia sido fixado em uma república universitária em São João Del-Rei, Minas Gerais, o qual também se tornou ponto

de partida para ampliar a discussão sobre o machismo cotidiano e as formas simbólicas e institucionais de violência.

Figura 10. Cartaz fixado em uma república estudantil, Universidade Federal de São João del-Rei²¹



Fonte. Jornal o Globo, 25/08/2017

Resultados obtidos: além de falas fortes, carregadas de emoção, todas e todos ficaram surpresos com os cartazes, fotos, camisetas e objetos que fazem parte do arquivo histórico dos grupos feministas que atuaram entre 1986 e 1994. Também era de total desconhecimento dos presentes a história daquelas mulheres presentes e das suas lutas na defesa dos direitos das mulheres. O Coletivo Novos Olhares tinha prévio conhecimento, mas lhes causou admiração por ver tantos objetos que representavam uma história ainda desconhecida para eles. Nesta

21

<https://oglobo.globo.com/brasil/cartaz-de-republica-estudantil-em-minas-gera-polemica-por-incentivar-violencia-contra-mulher-21746151> Acesso em 20/11/2024.

geração, a qual pertencem minhas alunas e alunos, todas as memórias são armazenadas em arquivos digitais, dezenas de fotos de um único evento juntam-se a outras centenas, que muitas vezes serão lembradas pelo facebook de tantos em tantos tempos. Os cartazes, folders e panfletos que, nós, as velhas feministas, divulgavam os encontros nas portas das escolas, fábricas, nas feiras, hoje são cards feitos por programas de computador ou aplicativos que farão partes dos *feeds* e *stories* nas redes sociais. Por este motivo, esses materiais expostos causaram surpresa aos olhos de todos e todas e todos os presentes nesta Roda de Conversa.

A exposição desses documentos desempenha um papel fundamental ao trazer tais memórias para o espaço escolar, permitindo que as novas gerações conheçam e reconheçam o impacto desses movimentos na sociedade. Sem um esforço contínuo de resgate e compartilhamento, essas memórias tendem a permanecer restritas a arquivos pessoais de acesso limitado ou à lembrança de poucas pessoas que participaram ativamente dessas lutas.

Figura 11. Terceira Roda de Conversa - no centro, exposição de fontes documentais do movimento de mulheres de Nova Iguaçu.



Fonte. Acervo da autora.

Figura 12. Terceira Roda de conversa.



Fonte. Acervo da autora.

3.3. Os podcast, ampliando vozes, conectando conhecimentos

Este projeto de pesquisa tem origem nas experiências e nas demandas de mulheres que protagonizaram um movimento político de enfrentamento às desigualdades e às violações de direitos. As fotos, bottons, cartazes, folders, vozes e cantorias apresentados na terceira Roda de Conversa não apenas registravam memórias, mas também narravam trajetórias pessoais e coletivas profundamente marcadas pela dimensão política. Esses saberes, historicamente invisibilizados, exigiam reconhecimento e espaço na educação formal. Foi a partir dessa compreensão que se delineou o produto pedagógico apresentado nesta dissertação.

Mas qual seria o caminho de interseção entre gerações de mulheres separadas por quase 40 anos? A resposta começou a se delinear quando recordei a experiência dolorosa da pandemia de Covid-19, em 2020, que nos manteve isolados em nossas casas por mais de um ano. Nesse período, a produção de lives, vídeos e, sobretudo, de podcasts cresceu exponencialmente. Enquanto as(os) mais velhas (os) aprendiam a lidar com as complexidades do ambiente virtual, uma geração mais jovem já estava habituada a circular pelas redes digitais desde a infância.

Nesse contexto, a tecnologia mostrou-se uma aliada potente, capaz de ampliar vozes e criar pontes entre diferentes experiências e temporalidades. Como eu já havia experimentado, em sala de aula, o uso do podcast como estratégia de avaliação bimestral — experiência que se revelou bastante produtiva —, decidi propor ao Coletivo Novos Olhares a adoção desse formato

como meio de comunicação. A acolhida foi imediata: as (os) estudantes reconheceram no podcast uma forma atual e próxima de dialogar sobre direitos das mulheres, feminismo e suas próprias vivências, articuladas ao ensino de História.

Durante o percurso da dissertação, novas referências também fortaleceram essa escolha. Entre elas, destaco a iniciativa da Fundação Tide Setubal, produzida pela Rádio Novelo, que lançou o podcast “*Escute as mais velhas*”. Nele, Sueli Carneiro e Neca Setúbal conduzem entrevistas com mulheres protagonistas da vida política, social e cultural do Brasil, além de referências fundamentais do feminismo brasileiro. Esse exemplo reforçou a potência do podcast como espaço de memória, reflexão e transmissão de saberes entre gerações.

Por fim, vale lembrar que a própria legislação educacional brasileira já sinalizava para a incorporação das tecnologias no processo de ensino. Desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), passando por diferentes normativas que ampliaram o conceito de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), até chegar à Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023²², que institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED). Esta, em seu Art. 3º, estabelece a importância da integração crítica e criativa das tecnologias ao ambiente escolar, o que dá respaldo à escolha do podcast como recurso pedagógico nesta pesquisa.

O eixo Educação Digital Escolar tem como objetivo garantir a inserção da educação digital nos ambientes escolares, em todos os níveis e modalidades, a partir do estímulo ao letramento digital e informacional e à aprendizagem de computação, de programação, de robótica e de outras competências digitais.

Frequentemente espera-se que os docentes implementem aulas inovadoras e a utilização das TICs, mas as condições das escolas públicas, em sua grande maioria, até os dias atuais, não possuem condições de acesso à internet e a computadores, ampliando as desigualdades já existentes.

Diante desse cenário, a produção de podcast mostrou-se de fácil acesso como uma tecnologia de comunicação. Por isso, antes de pensar em produzir podcast como produto pedagógico desta pesquisa, acredito ser importante entender como ocorreu a apropriação dessa forma de transmissão do saber.

²² Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114533.htm
Acesso em: 15/04/2025

Inicialmente, acreditava que a sua realização parecia ser de um processo complexo, em estúdios com equipamentos caros, era algo apenas para especialistas da área de comunicação. E, na realidade alguns eram, como, por exemplo, o destacado podcast, “Foro de Teresina²³”.

Com a proliferação e popularização durante o isolamento social provocado pela pandemia de Covid-19, as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) passaram a ser percebidas como menos complexas. Para nos adaptarmos àquela nova realidade e, de certo modo, preservarmos nossa sanidade mental, fomos impelidos a experimentar diferentes recursos digitais e criativos. Nesse processo, muitas pessoas se reinventaram: transformaram-se em chefs de cozinha, artesãos, comunicadores e podcasters²⁴.

Esse momento evidenciou que, mais do que simples ferramentas técnicas, as TICs podem se constituir como espaços de criação, expressão e partilha de saberes. Ao mesmo tempo em que possibilitaram novas formas de sociabilidade em meio ao isolamento, mostraram-se também canais potentes para a democratização de vozes e para a ampliação da circulação de diferentes experiências e perspectivas. Nesse contexto, ficou evidente tanto a viabilidade quanto a potência das mídias digitais como instrumentos pedagógicos, um dos exemplos a ser citado é o podcast “História Preta”²⁵. Com uma pesquisa primorosa para os conteúdos, o historiador Thiago André, era pesquisador, roteirista, sonorizador e locutor. Este foi um podcast que veio para ficar, hoje conta com financiamento, o que possibilitou aumento do campo de pesquisa e qualidade técnica.

Uma outra experiência, esta da qual participei e que inspirou o podcast como produto pedagógico desta dissertação, ocorreu em 2021, ainda durante o isolamento social. Embaladas pela lei de incentivo à cultura, a Lei Aldir Blanc²⁶, quatro amigas com o objetivo de registrar a memória das lutas políticas das mulheres de Nova Iguaçu resolveram submeter um projeto para financiamento. Com a experiência da produtora cultural, Shirley Martins, da professora, atriz e socióloga Gisela Barros, da jornalista e radialista Patricia da Glória e eu, Ladisséa Silva (Séa), professora, historiadora, feminista e que trazia a memória desse período (1986-1994), realizamos a partir de nossas casas, gravando os áudios no celular e editando em um programa chamado Audacity²⁷, com a edição do jornalista e radialista Luiz Carlos de Lima, o podcast,

²³ Podcast criado em 2018, co-produzido pela Revista Piauí e a Rádio Novelo.

²⁴ Quem faz podcast, termo que pode se referir tanto ao apresentador, quanto ao produtor e editor.

²⁵ Podcast criado em 2018 pelo Historiador, Thiago André.

²⁶ Lei nº 14.017/2020, que recebe o nome do cantor e compositor, Aldir Blanc, morto no ano de 2020, vítima da Covid19.

²⁷ Audacity é um software gratuito e de código aberto para gravar, editar, importar e exportar áudios. Ele está disponível para windows, macOs, Linux, e outros sistemas operacionais.

“Essas Mulheres Iguaçuanas”²⁸, que produziu dois episódios e uma live. Essa experiência, em especial, mostrou o quanto o podcast era uma TICs acessível.

Couto e Martino consideram que: “No ambiente das mídias digitais, os chamados ‘podcasts’ estão, de longe, entre os itens mais representativos de uma “cultura participativa” (Couto e Martino, 2018, p. 48). Pensando na acessibilidade, no compartilhamento de saberes, na produção de conhecimento a partir da realidade do cotidiano escolar, assim nasceu a proposta do podcast como produto pedagógico desta pesquisa.

O planejamento de todas as etapas de elaboração do podcast teve participação ativa do Coletivo Novos Olhares, ou seja, montar a proposta das oficinas para apreensão da técnica, pensar os temas, dentre outras. Para ministrar as oficinas, mas uma vez tivemos o apoio do jornalista Luiz Carlos de Lima, contamos com um pequeno financiamento²⁹.

²⁸ Episódio 1: Essas Mulheres Iguaçuanas: o Lobby do Batom. Episódio 2: Essas Mulheres Iguaçuanas: a conquista da DEAM. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1asZC6D2uYMRhwz4V3usC0?si=RsNhQFGPRgCs4Jmc9VPJmA> - acesso em: 24/06/2024.

²⁹ Em 2024, Recurso solicitado e aprovado na reunião do colegiado do ProfHistória que a aprovou o uso de valor específico oriundo de financiamento por intermédio de Edital da Faperj direcionado a cursos de Pós-Graduação.

OFICINA DE PODCAST: APRENDER FAZENDO

Oficinas de Podcast – C. E. Engenheiro Arêa Leão

Orientador das oficinas: Luiz Carlos de Lima e Silva

Local: sala Maker do CEEAL

Objetivo: desenvolver habilidades técnicas, criativas e de comunicação, necessárias para a criação e veiculação de podcasts de qualidade.

Metodologia: As oficinas de podcast voltadas para as(os) alunas(os) do CEEAL buscam garantir que todas(os) estudantes se envolvam ativamente em todas as etapas do processo, desde a escolha do tema até a produção de roteiros, gravação, edição e publicação do conteúdo. A programação prevê a realização de três oficinas de 2 horas cada, totalizando 6 horas de atividade. Ao final de cada encontro, uma tarefa será proposta para ser desenvolvida até a oficina seguinte

Figura 13. Primeira oficina de podcast.



Fonte. Acervo da autora

1ª Oficina (10/06/2024) – Introdução e produção de roteiros

- Discussão sobre o que é um podcast e suas possibilidades pedagógicas.
- Orientações sobre **como produzir um roteiro básico**.
- Apresentação de um programa de edição de áudio (como Audacity, Anchor ou outro de livre acesso).
- Formação dos grupos de trabalho entre os(as) estudantes.

Tarefa para a 2ª oficina:

Cada grupo deverá elaborar um roteiro completo, com tema definido, estrutura de apresentação, desenvolvimento e encerramentos

2ª Oficina (12/06/2024) – Análise de roteiros e gravação de áudio

Figura 14. Segunda oficina de podcast.



Fonte. Acervo da autora

- Leitura e análise coletiva dos roteiros produzidos pelos grupos.
- Orientações básicas sobre técnicas de gravação de áudio, cuidados com o local onde serão gravados os áudios (ambientação sonora) e postura vocal.
- Introdução às noções de edição de áudio: cortes, transições com ou sem trilha sonora e conexão nos cortes das falas (organização narrativa).

A edição é uma parte fundamental do podcast. É ela que dará a dinâmica e ritmo do trabalho. Este é o momento em que, de acordo com os cortes, você conectará uma fala a outra, sem perder o entendimento do todo. Se for um videocast, entra neste roteiro os momentos certos para inserção de imagens. Além da escolha das músicas que fazem toda a diferença na mudança de um bloco para outro, não esquecendo do direito autoral. Mas vale ressaltar que existem sites de trilhas sonoras de livre acesso.

Tarefa para a 3ª oficina:

Com base nos roteiros, cada grupo deverá realizar a gravação do áudio e selecionar trilhas sonoras para compor o material.

3ª oficina (24/06/2024) - editar o podcast.

Figura 15. Terceira oficina de podcast.



- Prática de edição colaborativa com o material gravado pelos grupos.
- Explicação do papel da edição na construção do ritmo, clareza e coesão do podcast.
- Orientações sobre:
 - Escolha e inserção de trilhas sonoras entre blocos (respeitando o direito autoral).
 - Inserção de imagens, no caso de videocasts.
 - Uso de sites com trilhas sonoras de livre acesso.

Resultados obtidos: Apesar dos(as) jovens demonstrarem habilidades para lidar com as tecnologias, especialmente no que se refere à gravação e edição de conteúdos em áudios, observou-se uma dificuldade no momento de organizar e registrar por escrito as ideias discutidas. A experiência do orientador da oficina, Luiz Carlos, foi fundamental nesse processo, pois sua atuação contribuiu diretamente na hora de colocar no papel a argumentação para cada ideia levantada. Entre os temas sugeridos pelo Coletivo estavam: Cultura Yorubá, mitologia africana feminina e violência doméstica. Para que o grupo pudesse, ainda assim, vivenciar a técnica de gravação e edição de áudio, o orientador propôs a criação de um pequeno roteiro (que se constituiu no primeiro episódio do podcast – vide anexo M), convidando outros alunos e alunas para se juntarem ao Coletivo Novos Olhares, ou apenas contribuir com novas temáticas para futuros projetos. Para a veiculação dos podcast com participação direta do Coletivo Novos Olhares, só seria possível com a aprovação prévia do Conselho de Ética da Plataforma Brasil, e não houve tempo hábil para liberação do trabalho com adolescente, portanto, a transmissão dos podcast com a participação dos adolescentes só serão realizadas no sistema interno do CEEAL.

3.3.1 Veiculação dos podcast

Antes de demonstrar a aplicação do produto pedagógico, cabe um esclarecimento.

Os podcasts só puderam ser gravados após a liberação pelo Comitê de Ética em Pesquisa – UNIRIO (ANEXO A), via Plataforma Brasil, o que ocorreu em 17 de abril de 2025, permitindo a realização das entrevistas com mulheres que participaram dos grupos feministas. Essas entrevistas constituem a base de um dos episódios produzidos.

Contudo, considerando a delicadeza da participação e da veiculação da voz e da imagem de menores de 18 anos em veículos de comunicação externos à escola, bem como a falta de tempo hábil para aprovação junto ao CEP, optei por restringir a apresentação da produção direta dos(as) alunos(as) apenas ao sistema interno de som da escola, durante os intervalos das aulas.

No primeiro episódio do podcast (Anexo M), o coletivo Novos Olhares faz a apresentação de suas/seus integrantes e convida outros(as) estudantes a participar do projeto. Ao final, lançam a seguinte provocação: Por que sabemos tão pouco sobre as mulheres nas matérias que aprendemos na escola? Onde elas estão na física, na biologia, na matemática, na história? Que tal pesquisarmos sobre isso?

Dessa proposta surgiu uma pesquisa realizada com a turma do 3º ano do ensino médio, intitulada “Mulheres que fizeram e fazem História”. Cada trabalho deveria apresentar uma minibiografia de três mulheres, com fotos. A atividade resultou em um grande painel, exposto à comunidade escolar em 10 de agosto de 2025.

O segundo episódio (Anexo N) abordou o tema da violência contra a mulher, em alusão à campanha “Agosto Lilás”, mês de conscientização pelo fim da violência contra a mulher.

O terceiro episódio, ainda em produção, inspira-se no podcast, “Escute as Mais Velhas”, da Rádio Novelo. O coletivo Novos Olhares irá entrevistar mulheres que participaram da terceira Roda de Conversa, realizada em 25 de novembro de 2024, e que integraram os grupos feministas Rabo de Saia e Coisa de Mulher. A proposta do roteiro é estabelecer um diálogo intergeracional sobre pautas, reivindicações, necessidades e anseios que marcaram (e ainda marcam) a luta feminista. Esse episódio será veiculado tanto internamente na escola quanto em uma plataforma de streaming. Para isso, as perguntas serão formuladas pelo coletivo e gravadas pela pesquisadora/professora.

Assim, a proposta dos podcasts enquanto produto pedagógico é atuar como provocadores de dinâmicas pedagógicas — a exemplo da pesquisa desenvolvida na turma de 3º ano. Pretende-se que docentes se sintam inspirados a inserir em suas aulas a participação das mulheres a partir dos conteúdos curriculares de suas disciplinas; que os(as) alunos(as) questionem e tragam para a sala de aula essas agentes

históricas invisibilizadas nos materiais escolares; que reflitam criticamente e não aceitem relações abusivas; e que, enfim, se tornem polos irradiadores de novos olhares sobre os direitos das mulheres, o combate ao racismo e todas as formas de discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das questões que ressaltou neste trabalho é a importância do profhstória na legitimação e valorização do conhecimento produzido na educação básica, e de como as discussões teóricas, necessariamente precisam dialogar com o produto pedagógico. Em toda a sua obra, Paulo Freire destacou a necessidade de superar a dicotomia entre teoria e prática, defendendo uma educação dialógica e libertadora. Neste sentido, o mestrado profissional em Ensino de História mantém este conceito vivo.

Ao trazer para o centro da análise as memórias das mulheres de Nova Iguaçu, este estudo reafirma que a escola não é apenas espaço de reprodução de conteúdo, mas também de produção de saberes que precisa estar conectada com a realidade social e com a história viva de suas comunidades.

Na dissertação, o objetivo principal está centrado em investigar as memórias coletivas do movimento de mulheres em Nova Iguaçu/RJ tendo como referência inicial o período de 1986 a 1994, a partir das experiências vividas por mulheres que participaram de grupos feministas atuantes em Nova Iguaçu para que se possa discutir as questões do feminismo na atualidade a partir das aulas de história numa escola pública estadual.

Assim, a compreensão de que o ensino de História não se encontra dissociado do cotidiano, mas deve dialogar com as vivências concretas dos sujeitos que o constroem foi algo determinante para a construção desta dissertação.

Nesse sentido, a utilização da história oral possibilitou a orientação metodológica deste projeto, buscando por meio das fontes orais o registro histórico, o que foi realizado a partir das entrevistas com as oito mulheres dos grupos feministas e do CEAC, bem como algumas fontes documentais remanescentes do período que foram localizadas.

Estas narrativas mostram como as lembranças individuais dessas mulheres se entrelaçam apontando o caráter coletivo dessas memórias (Halbbwachs, 2006). Portanto, nessas confluências de lembranças mediadas pelo presente, tanto estratégias de resistência quanto formas de ação política se revelam e oferecem um contraponto essencial para compreender os feminismos a partir da periferia.

Algumas inquietações me acompanharam ao longo deste trabalho. Ao pesquisar a historiografia feminista, que hoje conta com um acervo considerável, que tem como causa direta o acesso das mulheres às universidades e a centros importantes de pesquisa na Europa e nos Estados Unidos, ficou notório a lacuna no que diz respeito à história das mulheres negras. Do século XIX de Nísia Floresta, às primeiras décadas do século XX de Bertha Lutz, período da

luta pelo voto e pelo acesso à educação. Na maioria das bibliografias pesquisadas que nos trazem a história das mulheres da Primeira e Segunda Onda do feminismo, este se revela branco e de elite. No livro de Alves e Pitanguy (2022), poucos parágrafos são dedicados à primeira mulher negra eleita deputada, Antonieta de Barros. Também é patente o silêncio da história de tantas outras mulheres negras, que mesmo diante de todas as exclusões, resistiram e reafirmaram a sua existência na política, na educação, na cultura, na literatura, como o belíssimo romance de Maria Firmina dos Reis, *Ursula*, com uma crítica ácida a uma sociedade racista e patriarcal, em pleno período do pós-abolição. Esta realidade só começou a mudar, no Brasil, a partir das últimas décadas do século XX.

Uma outra inquietude esteve presente ao longo do percurso: algo que parecia externo à pesquisa, mas que, sem sua resolução, teria exigido mudanças significativas no projeto, inclusive a revisão da metodologia. Refiro-me à submissão à Plataforma Brasil. É fundamental que haja um comitê de ética para regulamentar pesquisas com seres humanos, mas considero que deveria haver regras específicas para cada área do saber e, no caso, a movimentação no campo das Ciências Humanas deve se fortalecer.

O produto pedagógico, pensado e elaborado em conjunto com o Coletivo de Alunas e Alunos Novos Olhares, estava inicialmente projetado para ser veiculado em uma plataforma de áudio, com os estudantes — em sua maioria menores de idade — atuando como entrevistadoras(es). No entanto, em razão das exigências éticas, esse formato não pôde ser realizado. Assim, optamos por produzir podcasts temáticos transmitidos pelo sistema interno de som da escola. Já os programas com as entrevistas diretamente relacionadas às mulheres entrevistadas para esta pesquisa, foram mediadas pela professora-pesquisadora e, nesse caso, sim, será disponibilizada em plataforma digital e, a princípio, como um episódio no Canal do YouTube da Escola de História.

Ao final desta dissertação reafirmo a necessidade de valorizar o ensino de História como prática social e política, capaz de articular conteúdos curriculares às experiências do território e as questões contemporâneas. A produção de podcasts e a inserção das vozes das mulheres de Nova Iguaçu no ambiente escolar, demonstraram que é possível aproximar estudantes de sua própria história, a partir da metodologia da história oral, e promover reflexões críticas sobre desigualdades de gênero. Este trabalho buscou não apenas resgatar memórias, mas também inspirar novas formas de resistência e de pedagogia feminista.

Encerrar a escrita dos capítulos desta dissertação é tarefa complexa, pois não é possível dimensionar quantas mulheres se fazem representar nestas páginas. A certeza que me acompanha é a de que ainda existem muitas memórias silenciadas, à espera de alguém que, no

presente, puxe um fio de conversa, que faça a pergunta simples e poderosa: “Você lembra...?”. Branca Moreira Alves (2022), na epígrafe de um dos capítulos, recorda uma frase ouvida de Bertha Lutz em entrevista para seu doutorado: “Alguém precisa contar essa história porque nós não tivemos tempo.” Este trabalho que agora concluo nasce exatamente desse compromisso com o tempo — tempo de registrar o que Maria José da Silva, Tia Dalva (Dalva Martins), Lucinha de Belford Roxo (não sei o seu nome completo), Elinea Peixoto, Maria Matilde de Jesus Santos e tantas outras não tiveram a oportunidade de narrar em vida suas memórias, ao ouvir a mesma pergunta: “Você se lembra...?”

Vale destacar que o feminismo no Brasil tem novos desafios diante dos altos índices de feminicídio, do aumento do número de violência contra a mulher, da luta pela vida do corpo feminino, atravessado também pela questão do aborto.

Por fim, ao escutar o podcast “Escute as mais Velhas”, emocionei-me ao perceber que nós, mulheres de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense, fizemos parte de um processo político maior, inscrito na história dos feminismos brasileiros. Muitas falas colhidas nas entrevistas ficaram de fora desta dissertação, mas o que aqui se apresenta é apenas um fio de memória puxado. Há ainda um vasto novelo de passados, entrelaçado por lutas e conquistas, que permanece como referência viva de resistência e inspiração para o presente e o futuro.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos Todos Feministas* (versão adaptada para jovens). São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2021.
- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. In: RIBEIRO, Djamila (coord). *Feminismos Plurais*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.
- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.
_____. *Ouvir e contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALMEIDA, Magdalena Maria de. História oral e formalidades metodológicas. In: XI Encontro Nacional de História Oral. *Memória, Democracia e Justiça*. Rio de Janeiro: UFRJ IFCS IH, 2012. v. 1. p. 1.
- ALVES, Branca Moreira. PITANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: memória de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, Memória e Esquecimento: implicações políticas. *Estudios Sociales* (Santa Fe), v. XVII, p. 157-173, 2007.
- BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologias nas salas de aula. In: *Subjetividades, tecnologias e escolas*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.
- BARROS, Gílian. MENTA, Eziquiel. Podcast: produções de áudio para educação de forma crítica, criativa e cidadã. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación* www.eptic.com.br, vol. IX, n. 1, ene. – Abr. /2007.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo Sexo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BILGE, Sirma. HILLS, Patricia. *Interseccionalidade*. São Paulo: BOITEMPO, 2020.
- BORGES, Maria de Lourdes. TIBURI, Marcia. CASTRO, Susana. *Filosofia feminista*. São Paulo: Editora SENAC, 2023.
- CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/> Acesso em: 17/07/2025.
- COUTO, Ana Luíza S.; MARTINO, Luís Mauro Sá. Dimensões da pesquisa sobre podcast: trilhas conceituais e metodológicas de teses e dissertações de PPGComs (2006-2017). *Revista Rádio-Leituras, Mariana-MG*, v. 9, n. 02, pp. 48-68, jul./dez. 2018.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Memória, História e sujeitos – Substrato da Identidade. *Revista História Oral*, São Paulo, n. 3, p. 109-116, 2000.

Discurso das Deputadas Constituintes:

<https://www.youtube.com/watch?v=JSXgY90OOIY> - Acesso: 01/09/2025.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: Hollanda, H. B. (Orgs.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

Escute as mais velhas.

<https://open.spotify.com/episode/7rwiku29ZoYRuJObihQ9i9?si=DQl6ce9UQsyIbLwoo5ijvA>

. Acesso em: 30/06/2025.

Essas Mulheres Iguazuanas: a conquista da DEAM. Disponível em:

<https://open.spotify.com/episode/1asZC6D2uYMRhwz4V3usC0?si=RsNhQFGPRgCs4Jmc9VPJmA> - acesso em: 24/06/2024.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente, história oral e ensino de história. In: RODEGHERO, Carla Simone, GRINBERG, Lúcia, FROTSCHER, Méri (Orgs.). História oral e práticas educacionais. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

FELINTO, Marilene. Corsária. São Paulo: Fósforo/Ubu, 2025.

FONSECA, Selva Guimarães. A História na educação básica: conteúdos, abordagens e metodologias. Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Sonia Maria de. História oral: potencialidades e possibilidades. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GONÇALVES, Juliana. Narrativas de liberdade: o grito insurgente de mulheres negras. In: SANTANA, Bianca. (Org.) Vozes insurgentes de mulheres negras: do século XVIII à primeira década do século XXI. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUERELLUS, Natália de Santanna. Contando a história dos feminismos: entrevista com Rachel Soihet. In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. (Org.) História oral e história das mulheres: Rompendo silenciamentos. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2020.

HOOKS, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 16ª ed. Rio de

Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

_____. Teoria Feminista: Da Margem ao Centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

_____. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

Instituto Patrícia Galvão. 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/19o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-fbsp-2025/?utm_source=chatgpt.com Acesso em 26/06/2025.

Jornal O Globo: <https://oglobo.globo.com/brasil/cartaz-de-republica-estudantil-em-minas-gera-polemica-por-incentivar-violencia-contramulher-21746151> Acesso em: 20/11/2024

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – 7. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023

Lei inclui lutas das mulheres no currículo do ensino fundamental e médio:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14986-25-setembro-2024-796400-publicacaooriginal-173212-pl.html>. Acesso em: 16/03/2021.

LIMA, Livia Morais Garcia. SOUSA, Fabiana Rodrigues de. História oral e educação popular: reflexões sobre metodologia e práticas de pesquisa pautadas no diálogo e na escuta sensível. HISTÓRIA ORAL, 2022. v. 25, p. 135-152.

<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1262>. Acesso: 07/05/2025

MONTEIRO, Ana Maria F. da Costa. Aulas de História: questões no/do tempo presente. Educar em Revista, Curitiba, nº. 58, 2015, pp. 165-182.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História Oral e memória. São Paulo: contexto, 2010. Revista História Oral, São Paulo, n.3, p. 109-116, 2000

MULHERES DO MAB: Um Retrato do Movimento. Nova Iguaçu, 2007.

PACHÁ, Andréa. PIEDADE, Vilma. Sobre feminismo. Rio de Janeiro, Agir, 2021.

PEDRO, Joana Maria. Viver o Gênero na clandestinidade. In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.): História Oral e História das Mulheres: rompendo silenciamentos (org.). São Paulo: Letra e voz, 2017.

PITANGUY, Jacqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento Feminista Brasileiro: formação e Contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941/1080>. Acesso: 10/04/2025.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v, 2, n. 3, 1989. <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>. Acesso: 10/04/2025.

Portal da Câmara dos Deputados. LEI Nº 14.986, DE 25 DE SETEMBRO DE 2024. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>. Acesso em 16/03/2025.

PORTELLA, Mirna Brasil. Sutilezas do patriarcado (org). Rio de Janeiro: Editora Rebuliço, 2024.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. Pequeno Manual Antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ROMÃO, Jeruse. Antonieta de Barros: Professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil. Florianópolis: Editora Cais, 2021.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. SANTHIAGO, Ricardo. História Oral como experiência: Reflexões metodológicas de práticas de pesquisa (orgs). Teresina: Cancioneiro, 2021.

SANTHIAGO, Ricardo. MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. História oral na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHUMAHER, Schuma. O Lobby do Batom, para dar o nosso tom: a Constituição Federal e os avanços no âmbito da família da saúde. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/publicacoes/serie_anais_de_seminarios/2018/versaodigital/65/ Acesso: 23/06/2024

SILVA, Marcos. GUIMARÃES, Selva. Tudo é História: O que ensinar no mundo multicultural? In: Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido. São Paulo, 2012.

SOIHET, Rachel. Feminismo e antifeminismo - mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

SOUZA, Raone Ferreira de. Usos e possibilidades do Podcast no Ensino de História. Dissertação - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de pós-graduação em Ensino de História. Rio de Janeiro, 2016. <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/174622> Acesso em: 20/12/2024

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ANEXO A - Parecer Consubstanciado do CEP - Conselho de Ética Profissional UNIRIO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UNIRIO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Movimento de Mulheres em Nova Iguaçu (1986-1994): Memória coletiva, feminismo e ensino de história. Narrativa histórica a partir das memórias coletiva dos grupos feministas de Nova Iguaçu.

Pesquisador: LADISSEA SALVINA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 85797924.0.0000.5285

Instituição Proponente: CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - PPGH

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.512.897

Apresentação do Projeto:

Conforme o protocolo apresentado:

"O projeto irá pesquisar a memória do movimento de mulheres de Nova Iguaçu, entre os anos de 1986 e 1994, como um movimento social a ser contextualizado nos novos ventos da abertura democrática, e na efervescência da participação popular nas emendas para o texto constitucional de 1988, uma das fontes será a Carta das mulheres aos Constituintes, articulação que ficou conhecido como o Lobby do Batom. O objetivo principal é realizar uma pesquisa com participantes do movimento de mulheres de Nova Iguaçu, visibilizando suas lutas e as suas organizações na luta por direitos. Também enfatizamos a sala de aula como um espaço dinâmico, onde o aprendizado se manifesta não apenas através do conteúdo curricular, mas também das experiências compartilhada de diferentes sujeitos históricos. No campo teórico, trabalharei dois conceitos na minha pesquisa: memória coletiva e feminismos. A história das organizações de mulheres de Nova Iguaçu não conta com fontes públicas nem com centros de memórias. Portanto, o projeto a ser desenvolvido irá trabalhar com um recurso valioso em pesquisa de grupos sociais historicamente excluídos, a história oral. A realização do projeto se dará através de entrevistas com as mulheres que fizeram parte desses coletivos no período a ser estudado.

O produto didático será a produção de podcast elaborado em conjunto com as alunas e alunos

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição
Bairro: Urca **CEP:** 22.290-240
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2542-7796 **E-mail:** cep@unirio.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UNIRIO



Continuação do Parecer: 7.512.897

do terceiro ano do ensino médio do Colégio Estadual Engenheiro Arêa Leão. O desenvolvimento do produto ocorrerá através de oficinas, rodas de conversa e intercâmbio com militantes feministas que estiveram à frente do movimento de mulheres de Nova Iguaçu.

O desenho da pesquisa envolve entrevistas com sete mulheres que participaram do movimento de mulheres entre os anos de 1986 e 1994. Essas entrevistas serão realizadas metodologia da História oral, com questionário de perguntas abertas, a partir das memórias da organização desse movimento e das conquistas de políticas públicas para as mulheres iguaçuanas.

Hipótese:

No distanciamento de mais de 30 anos, qual avaliação podemos fazer desse momento histórico? Que estratégias as mulheres construíram para discutir pautas importantes do movimento feminista, organizando encontros que reuniam centenas de mulheres, mesmo diante da disseminação antifeminista? A partir dessas perguntas que intencionamos refletir sobre a trajetória de um movimento que pautou as lutas feministas Nova Iguaçu. "

"Critério de Inclusão:

As entrevistas serão mulheres militantes do movimento de mulheres entre os anos de 1986 e 1994.

Portanto, todos maiores de 18 anos.

Critério de Exclusão:

Não haverá participação de menores de 18 anos, nem como entrevistadores nem como entrevistados. "

"Metodologia de Análise de Dados: As memórias compartilhadas nas entrevistas serão utilizadas na íntegra no texto da pesquisa em contextualização com outras fontes (documentais).

As entrevistas e as transcrições dos áudios serão realizadas pela pesquisadora, Ladisséa Salvina da Silva."

Objetivo da Pesquisa:

Conforme o protocolo apresentado:

"Objetivo Primário:

- Contribuir para o ensino de história conectando às memórias coletivas do movimento de mulheres em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, 1986 - 1994, às dinâmicas de gênero presentes no ambiente escolar.

Objetivo Secundário:

- Discutir a importância da história oral como metodologia no ensino de história.- Refletir sobre

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição
 Bairro: Urca CEP: 22.290-240
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)2542-7796 E-mail: cep@unirio.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UNIRIO



Continuação do Parecer: 7.512.897

o feminismo em Nova Iguaçu e suas especificidades.-

Contribuir para o ensino de história ao aproximar as pesquisas sobre a história das mulheres de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, como fonte a ser usufruída por professoras (es) e estudantes na sala de aula. "

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme o protocolo apresentado:

Riscos:

De acordo com a Resolução nº 466/2012 e a Resolução nº 510/2016, "toda pesquisa envolvendo seres humanos deve ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)". Nesse sentido, consideramos como risco a possibilidade de você sentir cansaço ao responder as perguntas, no entanto, esse desconforto poderá ser minimizado por uma pausa na entrevista, bem como retomá-la posteriormente para conclusão.

Você também poderá achar que determinadas perguntas incomodam a você, porque as informações que coletamos são sobre suas experiências pessoais. Assim você poderá escolher não responder quaisquer perguntas que a façam sentir-se incomodada.

Benefícios:

Cabe ressaltar que não haverá qualquer compensação financeira pela sua participação neste estudo. No entanto, a sua contribuição será valiosa para o reconhecimento do papel do movimento de mulheres de Nova Iguaçu na construção de políticas públicas para o público feminino, e na valorização das experiências ao documentar eventos, estratégias e conquistas importantes das mulheres que fizeram parte dessa caminhada, garantindo que não se percam ao longo do tempo. "

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa no ProfHistória, de estudante da UNIRIO, é interessante e pode acrescentar conhecimentos sobre as atividades de grupos de mulheres em Nova Iguaçu na defesa de direitos sociais.

A pesquisa utilizará a metodologia da História Oral. Serão entrevistadas mulheres que participaram destes grupos e os resultados obtidos serão aplicados em salas de aula do Colégio Estadual Engenheiro Area Leão.

Nos instrumentos apresentados a pesquisadora garante a confidencialidade de dados e o anonimato dos participantes.

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição
 Bairro: Urca CEP: 22.290-240
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)2542-7796 E-mail: cep@unirio.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UNIRIO



Continuação do Parecer: 7.512.897

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto assinada pelo Coordenador do ProfHistória da UNIRIO.

Carta de Anuência do Colégio Estadual Engenheiro Area Leão.

Projeto completo.

Modelo da entrevista.

Termo de Compromisso de Confidencialidade de Dados assinado pela pesquisadora.

Termo de Consentimento de Uso de Imagem e de Voz adequado.

Instrumento de coleta de dados.

Orçamento exequível e financiamento próprio.

Cronograma adequado.

Carta de Cumprimento às Pendências respondendo passo a passo que complementou todos os itens conforme o solicitado em parecer anterior.

Recomendações:

-

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

-

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado(a) Pesquisador(a),

Inserir os relatórios parcial(is) (a cada 6 meses) e final da pesquisa na Plataforma Brasil por meio de Notificação.

Consulte o site do CEP UNIRIO (www.unirio.br/cep) para identificar materiais e informações que podem ser úteis, tais como:

- a) Modelos de relatórios e como submetê-los (sub abas "Relatórios" e "Notificações" e aba "Materiais de apoio e tutoriais");
- b) Situações que podem ocorrer após aprovação do projeto (mudança de cronograma e da equipe de pesquisa, alterações do protocolo pesquisa; observação de efeitos adversos, ...) e a forma de comunicação ao CEP (aba "Tramitação após aprovação do projeto" e suas sub abas).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição
 Bairro: Urca CEP: 22.290-240
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)2542-7796 E-mail: cep@unirio.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UNIRIO



Continuação do Parecer: 7.512.897

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2467317.pdf	02/04/2025 22:23:28		Aceito
Outros	CARTA_ATENDIMENTO_PENDENCIA S.pdf	02/04/2025 22:23:01	LADISSEA SALVINA DA SILVA	Aceito
Outros	TERMO_COMPROMISSO_CONFIDENCIALIDADE_DADOS.pdf	02/04/2025 21:52:29	LADISSEA SALVINA DA SILVA	Aceito
Outros	Termo_compromisso_uso_Voz.pdf	02/04/2025 21:51:01	LADISSEA SALVINA DA SILVA	Aceito
Outros	TERMO_COMPROMISSO_USO_IMAGEM_assinado.pdf	02/04/2025 21:49:57	LADISSEA SALVINA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_MODIFICADO.pdf	02/04/2025 21:48:02	LADISSEA SALVINA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MODIFICADO.pdf	02/04/2025 21:40:58	LADISSEA SALVINA DA SILVA	Aceito
Outros	INSTRUMENTO.pdf	16/12/2024 11:16:14	LADISSEA SALVINA DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	16/12/2024 11:15:35	LADISSEA SALVINA DA SILVA	Aceito
Outros	Carta.pdf	09/12/2024 12:37:29	LADISSEA SALVINA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	09/12/2024 12:29:08	LADISSEA SALVINA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	09/12/2024 12:28:50	LADISSEA SALVINA DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 17 de Abril de 2025

Assinado por:

CELESTE ANUNCIATA BAPTISTA DIAS MOREIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição
Bairro: Urca CEP: 22.290-240
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2542-7796 E-mail: cep@unirio.br

ANEXO B - Cronograma das entrevistas (após liberação pelo CEP-UNIRIO)

ENTREVISTADAS	DATA DA ENTREVISTA	HORA	LOCAL	TEMPO DE DURAÇÃO
Ana Lúcia Gomes de Alcântara	28/04/2025	19h	Casa da Ana Lúcia, Bairro da Luz, Nova Iguaçu	Com exceção da entrevista com Lúcia Barros, todas as entrevistas tiveram a duração de 1h
Ciomara	02/05/2025	10h	Em seu apartamento, Copacabana, Rio de Janeiro,	
Elba Diniz Rodriguez	30/04/2025	14h	Apartamento da pesquisadora Ladisséa Salvina da Silva, Centro, Nova Iguaçu.	
Leci Carvalho	5/05/2025	14h	Em seu apartamento, Bairro da Posse, Nova Iguaçu	
Lúcia Barros	24/04/2025 (presencial) 02/05/2025 Whatsapp	15h	Em sua casa, bairro Paciência. Zona Oeste do Rio de Janeiro	Com algumas interrupções: 1h:30, por whatsapp e 1h presencial
Marília Figueiredo Jorge	03/05/2025	14h	Em sua casa, bairro Shangrilá, Belford Roxo	
Orleide Monteiro Lofiego	28/04/2025	19h	Na Casa da Ana Lúcia, Bairro da Luz, Nova Iguaçu	
Sueli Catarina de Carvalho	07/05/2025	14	Em seu apartamento, Méier, Rio de Janeiro	

ANEXO C - Roteiro de perguntas norteadoras das entrevistas.

1. Qual a sua origem dentro do movimento social? Você se recorda em que ano começou a sua participação, e com que idade?
2. Como você se aproximou do movimento de mulheres? O que lhe motivou?
3. Quais são as suas lembranças dos primeiros momentos do movimento de mulheres de Nova Iguaçu a partir da sua entrada?
4. Você participou de algum grande encontro de mulheres de Nova Iguaçu?
5. Como ocorreu as primeiras aproximações com as ideias feministas? Como foi recebida pelo movimento de mulheres?
6. De qual grupo feminista você participou? Em que ano?
7. A partir dos grupos feministas, havia estudos teóricos das ideias feministas ou o feminismo era vivido apenas na ação?
8. As mulheres que participavam desse movimento, em sua maioria eram moradores da periferia de Nova Iguaçu, você se recorda como foi a relação com as feministas de classe média da capital?
9. Passados mais de 30 anos, qual a sua percepção disto?
10. Nestes grandes encontros, havia a participação das mulheres negras com discussões específicas levantadas pelo movimento negro?
11. Você ainda se considera feminista?
12. Com um olhar do presente, como você avalia as agendas, as pautas, as conquistas do movimento de mulheres?
13. Você considera que o encontro entre o feminismo e o movimento de mulheres de Nova Iguaçu foi algo importante? Por quê?

ANEXO D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO****UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título: Movimento de Mulheres de Nova Iguaçu (1986-1994): memória coletiva, feminismo e ensino de história.

OBJETIVO DO ESTUDO: A pesquisa consiste em abordar no espaço escolar a história das mulheres a partir da metodologia da História Oral, e como fonte as memórias coletivas do movimento de mulheres do município de Nova Iguaçu, tendo como objetivo geral: Contribuir para o ensino de história conectando às memórias coletivas do movimento de mulheres em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, 1986 – 1994, às dinâmicas de gênero presentes no ambiente escolar. Para alcançar esse objetivo, se faz necessário: (a) discutir a importância da história oral como metodologia no ensino de história; (b) refletir sobre o feminismo em Nova Iguaçu e suas especificidades; (c) refletir sobre a participação das mulheres nas diversas organizações sociais, religiosas e políticas em Nova Iguaçu, e suas inserções em espaços de lideranças; (d) identificar as mudanças ocorridas para se constituir um movimento de mulheres que suscitará reflexões importantes sobre as questões de gênero; (e) demonstrar a influência do movimento feminista da capital, Rio de Janeiro, na formação dos grupos feministas de Nova Iguaçu; (f) identificar as contradições e conexões entre o movimento de mulheres e o feminismo em Nova Iguaçu; (g) valorizar as experiências e memórias de grupos historicamente silenciados nos currículos escolares; (h) contribuir para o ensino de história ao aproximar as pesquisas sobre a história das mulheres de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, como fonte a ser usufruída por professores (as) e estudantes na sala de aula.

ALTERNATIVA PARA PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO: Você tem o direito de não participar deste estudo. Estamos coletando informações para compor um estudo sobre a história do movimento de mulheres de Nova Iguaçu no período de 1986 a 1994, a partir das memórias das entrevistadas. Se você não quiser participar do estudo, isto não irá interferir na sua vida profissional/estudantil.

PROCEDIMENTO DO ESTUDO Se você decidir integrar este estudo, você participará de uma entrevista presencial, individual e/ou em grupo, que serão utilizados como parte do objeto de pesquisa. As entrevistas serão conduzidas, ouvidas e transcritas por mim, mestranda e pesquisadora Ladisséa Salvina da Silva. Todas as entrevistas serão gravadas em áudio, utilizaremos para esta pesquisa e para futuras publicações (artigos, livros e podcast). Se você não quiser ser gravado em áudio, você não poderá participar deste estudo. As entrevistas serão marcadas em dias e locais determinado pelas entrevistas.

RISCOS: De acordo com a Resolução nº 466/2012, no ítem VII.1 e a Resolução nº 510/2016, pesquisas que envolvem seres humanos devem ser submetidas à apreciação de um Comitê de

Ética em Pesquisa (CEP), salvo as exceções previstas na Resolução 510/2016, art. 1º, parágrafo único. De acordo com estas resoluções, esta pesquisa pode envolver riscos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, laboral, política, social e cultural dos participantes. Os riscos podem variar em intensidade de acordo com o contexto da participação, incluindo possíveis desconfortos emocionais e exposição a conteúdos sensíveis. Para minimizar esses riscos, serão adotadas medidas como confidencialidade dos dados, sigilo das informações, suporte psicológico (se necessário) e a possibilidade de desistência da entrevista a qualquer momento, sem prejuízos ao participante. Além disso, caso ocorra algum dano ao participante, serão assegurados os cuidados e encaminhamentos necessários. A pesquisa apresenta riscos mínimos aos participantes. Para garantir sua proteção, serão adotadas as seguintes medidas: (1) Anonimato dos dados pessoais e sigilo das respostas; (2) Disponibilização de suporte psicológico ou encaminhamento especializado, caso o participante sinta desconforto emocional; (3) Direito de interromper a participação a qualquer momento sem justificativa e sem prejuízo; (4) Procedimentos de segurança para proteger os dados contra acessos não autorizados. No caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa, os participantes terão direito à assistência e/ou encaminhamento adequado.

BENEFÍCIOS: De acordo com a **Resolução CNS 466/2012, item IV.4; c.** Caso o participante sofra qualquer dano decorrente da pesquisa, ele terá direito à assistência adequada e poderá buscar medidas de reparação conforme previsto na legislação vigente. Cabe ressaltar, a sua contribuição será valiosa para o reconhecimento do papel do movimento de mulheres de Nova Iguaçu na construção de políticas públicas para o público feminino, e na valorização das experiências ao documentar eventos, estratégias e conquistas importantes das mulheres que fizeram parte dessa caminhada, garantindo que não se percam ao longo do tempo.

CONFIDENCIALIDADE: É necessário ressaltar que a pesquisa seguirá a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/18. Em respeito ao anonimato das participantes, os dados coletados, sejam pessoais ou sensíveis, serão tratados com rigoroso sigilo, e protegidos por medidas e técnicas adequadas. As informações serão armazenadas em meio seguro, com acesso restrito à equipe de pesquisa assegurando a todas as participantes que seus dados não serão utilizados sem autorização prévia. A qualquer momento durante as entrevistas e após a conclusão do estudo e a finalização do projeto, os resultados e conclusões serão compartilhados com todas as participantes, antes da apresentação e defesa do trabalho. Além disso, durante qualquer fase do estudo, as entrevistadas terão a possibilidade de entrar em contato com a pesquisadora responsável para obter mais informações ou esclarecimentos. Essa abordagem assegura a conformidade ética e o respeito pelos direitos e privacidade das participantes, enquanto, também mantém a transparência e a comunicação adequada ao longo do processo de pesquisa.

DÚVIDAS E RECLAMAÇÕES: Caso você tenha alguma dúvida ou reclamação, poderá enviá-las para o contato da pesquisadora. Se sua solicitação não for atendida e for necessário, você pode entrar em contato com a Instituição de Ensino proponente ou mesmo com o Comitê de Ética em Pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado responsável por supervisionar as ações deste projeto em relação à sua participação, a fim de proteger seus direitos e evitar possíveis riscos.

Esta pesquisa está sendo realizada na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A pesquisadora responsável possui vínculo com a instituição através do Programa de Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFIHISTÓRIA, sendo a Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Bogéa Borges, orientadora da discente mestranda Ladisséa Salvina da Silva.

Contatos para informações adicionais

Pesquisador Orientando: Ladisséa Salvina da Silva

CPF: 684 034 377-49 **Celular:** (21) 97565-5841

E-mail: seasilva63@gmail.com

Reiteramos nossa gratidão.

Desde já, agradecemos por ler estas informações.

Se deseja participar do estudo, assine/aceite este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE). Você deverá fornecer alguns dados pessoais apenas para que a equipe do estudo possa formalizar sua participação e lhe contactar em caso de necessidade. Você terá uma via assinada deste consentimento e orientamos que a mantenha guardada para sua própria garantia.

Confirmo que li e compreendi todas as informações mencionadas acima sobre o estudo, e tive a oportunidade de realizar perguntas para esclarecer quaisquer dúvidas relacionadas à pesquisa.

Compreendo que minha participação é voluntária e que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem a necessidade de fornecer explicações, e sem que isso cause prejuízo ou afete os meus direitos.

Eu concordo em participar do projeto de pesquisa “*Movimento de Mulheres de Nova Iguaçu (1986-1994): memória coletiva, feminismo e ensino de história*”, de acordo com os termos informados. Aceito que os resultados sejam publicados pela autora, a qual se compromete a utilizá-los para os propósitos apropriados e a manter total anonimato das informações.

Dados do Participante

Nome:	CPF:
Nascimento:	E-mail:

Assinatura: _____ **Data:** ____ / ____ / ____

ANEXO E - Termo de Compromisso e Confidencialidade dos Dados

**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS

Eu, LADISSÉA SALVINA DA SILVA, CPF 68403437749, RG 07047377-2, pesquisadora responsável pelo projeto de pesquisa intitulado **Movimento de Mulheres de Nova Iguaçu (1986-1994): memória coletiva, feminismo e ensino de história**, comprometo-me a dar início a este estudo somente após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

Asseguro a confidencialidade dos dados dos participantes desta pesquisa, cujas identidades, registro de voz das entrevistas e imagens serão preservadas, e seu uso apenas ocorrerá de acordo com o TCLE e os termos de compromisso de uso de imagem e voz.

Os documentos Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e de uso de imagem e voz, assinados pelos participantes, serão mantidos por mim, sob total sigilo.

Certifico que os participantes desta pesquisa receberão uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e de Uso de Imagem e Voz, em caso de existência, que será devolvida no caso de a participante desistir da pesquisa.

Declaro que li e estou de acordo com a Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, responsabilizando-me pelo andamento, realização e conclusão da pesquisa, comprometendo-me a anexar na Plataforma Brasil o relatório final do projeto.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____

Ladisséa Salvina da Silva

ANEXO F - Termo de Compromisso para Uso de Imagem

**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO**
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO**TERMO DE COMPROMISSO PARA USO DE IMAGEM**

Eu, (preencher com o nome completo do participante da pesquisa), de posse do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO da pesquisa intitulada **Movimento de Mulheres de Nova Iguaçu (1986-1994): memória coletiva, feminismo e ensino de história**, após ter ciência e entendimento quanto aos (i) riscos e benefícios que essa pesquisa poderá trazer e (ii) métodos que serão usados para a coleta de dados; e por estar ciente da necessidade da captura de imagem, AUTORIZO, por meio deste termo, que a pesquisadora Ladisséa Salvina da Silva proceda a captura de fotografia e/ou filmagem de minha pessoa para fins da referida pesquisa. Nessas condições, e nos termos desta autorização, as imagens só poderão ser divulgadas em meios científicos, tais como, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos em periódicos, congressos e simpósios ou outros eventos de caráter científico pedagógico – no sentido de preservar o meu direito ao ANONIMATO e demais direitos, como definido na regulamentação ética da pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil.

As imagens das entrevistas ficarão sob a propriedade e a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso da pesquisadora citada em garantir-me que:

1. as fotografias e/ou filmagens me sejam disponibilizadas, caso a solicite;
2. as imagens serão usadas exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui tratada e outras publicações científicas dela decorrentes;
3. a minha identificação só será revelada mediante minha explícita autorização;
4. a utilização das informações geradas pela pesquisa para qualquer outra finalidade não especificada no TCLE somente poderá ser feita mediante minha autorização;

5. as fotografias e/ou filmagens serão armazenados por 5 (cinco) anos, sob a responsabilidade da pesquisadora responsável pela pesquisa; e, após esse período, serão destruídos;

6. a interrupção de minha participação na pesquisa poderá ser feita a qualquer momento, sem nenhum ônus mediante mera comunicação à pesquisadora responsável, que, nesse caso, deverá providenciar a devolução (e adoção de medidas condizentes com essa situação) do material relacionado a esta autorização.

Válido esta autorização assinando e rubricando este documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

_____, ____ de _____, ____

Nome completo do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Nome e Rubrica do Pesquisador Responsável

ANEXO G - Termo de Compromisso para Uso de Voz

**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO****UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO****TERMO DE COMPROMISSO PARA USO DE VOZ**

Eu, (preencher com o nome completo do participante da pesquisa), de posse do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO da pesquisa intitulada **Movimento de Mulheres de Nova Iguaçu (1986-1994): memória coletiva, feminismo e ensino de história**, após ter ciência e entendimento quanto aos (i) riscos e benefícios que essa pesquisa poderá trazer e (ii) métodos que serão usados para a coleta de dados; e por estar ciente da necessidade da gravação da entrevista, AUTORIZO, por meio deste termo, que a pesquisadora Ladisséa Salvina da Silva proceda a gravação de voz de minha pessoa para fins da referida pesquisa e com a condição de que esse material, na sua forma original, não seja divulgado. Nessas condições, apenas o material derivado do original poderá, nos termos desta autorização, ser divulgado em meios científicos, tais como, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos em periódicos, congressos e simpósios ou outros eventos de caráter científico pedagógico – no sentido de preservar o meu direito ao ANONIMATO e demais direitos, como definido na regulamentação ética da pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil.

As gravações de voz das entrevistas ficarão sob a propriedade e a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso da pesquisadora citada em garantir-me que:

1. a transcrição da gravação de minha voz me seja disponibilizada, caso a solicite;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui tratada e outras publicações científicas dela decorrentes;
3. a minha identificação só será revelada mediante minha explícita autorização;
4. a utilização das informações geradas pela pesquisa para qualquer outra finalidade não especificada no TCLE somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. os dados coletados serão armazenados por 5 (cinco) anos, sob a responsabilidade da pesquisadora responsável pela pesquisa; e, após esse período, serão destruídos;

6. a interrupção de minha participação na pesquisa poderá ser feita a qualquer momento, sem nenhum ônus, mediante mera comunicação à pesquisadora responsável, que, nesse caso, deverá providenciar a devolução (e adoção de medidas condizentes com essa situação) do material relacionado a esta autorização.

Válido esta autorização assinando e rubricando este documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

_____, ____ de _____, ____

Nome completo do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Nome e Rubrica do Pesquisador Responsável

ANEXO H - Segunda Roda de Conversa - Letra da música *Faixa amarela*, interpretada pelo cantor e compositor Zeca Pagodinho.

FAIXA AMARELA

(Composição: Zeca Pagodinho / Luiz Carlos / Jessé Pai / Beto Gago)

Eu quero presentear
A minha linda donzela
Não é prata, nem é ouro
É uma coisa bem singela

Vou comprar uma faixa amarela
Bordada com o nome dela
E vou mandar pendurar
Na entrada da favela

Vou comprar uma faixa amarela
Bordada com o nome dela
E vou mandar pendurar
Na entrada da favela

Eu quero presentear
A minha linda donzela
Não é prata, nem é ouro
É uma coisa bem singela

Vou comprar uma faixa amarela
Bordada com o nome dela
E vou mandar pendurar
Na entrada da favela

Vou comprar uma faixa amarela
Bordada com o nome dela
E vou mandar pendurar
Na entrada da favela

Vou dar-lhe um gato angorá
Um cão e uma cadela
Uma cortina grená
Para enfeitar a janela

Sem falar na tal faixa amarela
Bordada com o nome dela
Que eu vou mandar pendurar
Na entrada da favela

Sem falar na tal faixa amarela
Bordada com o nome dela
Que eu vou mandar pendurar
Na entrada da favela

E para o nosso papá
Vai ter bife da panela

Salada de petit pois
Jiló, chuchu e berinjela

Sem falar na tal faixa amarela
Bordada com o nome dela
Que eu vou mandar pendurar
Na entrada da favela

Sem falar na tal faixa amarela
Bordada com o nome dela
Que eu vou mandar pendurar
Na entrada da favela

Eu quero presentear
A minha linda donzela
Não é prata, nem é ouro
É uma coisa bem singela

Vou comprar uma faixa amarela
Bordada com o nome dela
E vou mandar pendurar
Na entrada da favela

Vou comprar uma faixa amarela
Bordada com o nome dela
E vou mandar pendurar
Na entrada da favela

Mas se ela vacilar
Vou dar um castigo nela
Dá-lhe uma banda de frente
Quebrar cinco dentes e quatro costelas

Vou pegar a tal faixa amarela
Bordada com o nome dela
E mandar incendiar
Na entrada da favela

Vou pegar a tal faixa amarela
Bordada com o nome dela
E mandar incendiar
Na entrada da favela

Vou fazer dela rainha
Do desfile da Portela
Eu vou ser filho do rei
E ela minha Cinderela

Sem falar na tal faixa amarela
Bordada com o nome dela
Que eu vou mandar pendurar
Na entrada da favela

Sem falar na tal faixa amarela
Bordada com o nome dela

Que eu vou mandar pendurar
Na entrada da favela

Eu quero presentear
A minha linda donzela
Não é prata, nem é ouro
É uma coisa bem singela

Vou comprar uma faixa amarela
Bordada com o nome dela
E vou mandar pendurar
Na entrada da favela

Vou comprar uma faixa amarela
Bordada com o nome dela
E vou mandar pendurar
Na entrada da favela

ANEXO I - Segunda Roda de Conversa - Letra da música *Respeita as minas*, interpretada pela cantora Kell Smith.

RESPEITA AS MINA

(Keylla Cristina Dos Santos Batista / Ricardo Bonadio)

Short, esmalte, saia, mini blusa, brinco, bota de camurça, e o batom Tá combinando!
 Uma deusa, louca, feiticeira, alma de guerreira
 Sabe que sabe e já chega sambando
 Calça o tênis, se tiver afim, toda toda Swag, do hip hop ao reggae
 Não faço pra buscar aprovação alheia
 Se fosse pra te agradar a coisa tava feia
 Então mais atenção, com a sua opinião
 Quem entendeu levanta a mão

Respeita as mina
 Toda essa produção não se limita a você
 Já passou da hora de aprender
 Que o corpo é nosso, nossas regras, nosso direito de ser
 Respeita as mina
 Toda essa produção não se limita a você
 Já passou da hora de aprender
 Que o corpo é nosso, nossas regras, nosso direito de ser

Sim respeito é bom, bom
 Flores também são
 Mas não quando são dadas só no dia 08/03
 Comemoração não é bem a questão
 Dá uma segurada e aprende outra vez
 Saio e gasto um dim, sou feliz assim
 Me viro, ganho menos e não perco um rolezin
 Cê fica em choque por saber que eu não sou submissa
 E quando eu tenho voz cê grita: "ah lá a feminista!"
 Não aguenta pressão, arruma confusão
 Para que tá feio, irmão!

Respeita as mina
 Toda essa produção não se limita a você
 Já passou da hora de aprender
 Que o corpo é nosso, nossas regras, nosso direito de ser
 Respeita as mina
 Toda essa produção não se limita a você
 Já passou da hora de aprender
 Que o corpo é nosso nossas regras, nosso direito de ser

Não leva na maldade não, não lutamos por inversão
 Igualdade é o "X" da questão, então aumenta o som!

Em nome das Marias, Quitérias, da Penha Silva
Empoderadas, revolucionárias, ativistas
Deixem nossas meninas serem super heroínas
Pra que nasça uma Joana d'Arc por dia!
Como diria Frida: "eu não me Kahlo!"
Junto com o bonde saio pra luta e não me abalo
O grito antes preso na garganta já não me consome: é pra acabar com o machismo, e não pra
aniquilar os homens
Quero andar sozinha, porque a escolha é minha
Sem ser desrespeitada e assediada a cada esquina
Que possa soar bem
Correr como uma menina
Jogar como uma menina
Dirigir como menina
Ter a força de uma menina
Se não for por mim, mude por sua mãe ou filha!

Respeita as mina
Toda essa produção não se limita a você
Já passou da hora de aprender
Que o corpo é nosso, nossas regras, nosso direito de ser
Respeita as mina
Toda essa produção não se limita a você
Já passou da hora de aprender
Que o corpo é nosso, nossas regras, nosso direito de ser

ANEXO J – Segunda Roda de Conversa: frases machistas.

"Não tenha escrúpulos, seja cafajeste: toda mulher gosta de sofrer".

"Nunca se deve bater em uma mulher. Ela pode gostar".

"Ele bateu porque gosta de você".

"Mulher gosta de apanhar".

"(...) mas ela deve ter feito alguma coisa para que isso acontecesse".

"Ciúme é prova de amor".

"Um tapinha não dói".

"Se não ficar comigo, não fica com mais ninguém".

"Tem mulher pra casar, e mulher pra bagunçar".

"Mulher que se respeita não se veste assim".

ANEXO L - Oficina para construção de Podcast

OFICINA DE PODCAST: APRENDER FAZENDO

Oficinas de Podcast – C. E. Engenheiro Arêa Leão

As oficinas de podcast voltadas para as(os) alunas(os) do C. E. Engenheiro Arêa Leão têm como objetivo principal **desenvolver habilidades técnicas, criativas e de comunicação**, necessárias para a criação e veiculação de podcasts de qualidade. A proposta busca garantir que todos(as) os(as) participantes se envolvam ativamente em todas as etapas do processo, desde a escolha do tema até a produção de roteiros, gravação, edição e publicação do conteúdo.

A programação prevê a realização de **três oficinas de 2 horas cada**, totalizando **6 horas de atividade**. Ao final de cada encontro, uma tarefa será proposta para ser desenvolvida até a oficina seguinte.

1ª Oficina – Introdução e produção de roteiros

- Discussão sobre o que é um podcast e suas possibilidades pedagógicas.
- Orientações sobre **como produzir um roteiro básico**.
- Apresentação de um programa de edição de áudio (como **Audacity**, **Anchor** ou outro de livre acesso).
- Formação dos grupos de trabalho entre os(as) estudantes.

Tarefa para a 2ª oficina:

Cada grupo deverá elaborar um roteiro completo, com tema definido, estrutura de apresentação, desenvolvimento e encerramento.

2ª Oficina – Análise de roteiros e gravação de áudio

- Leitura e análise coletiva dos roteiros produzidos pelos grupos.

- Orientações básicas sobre técnicas de gravação de áudio, cuidados com o local onde serão gravados os áudios (ambientação sonora) e postura vocal.
- Introdução às noções de edição de áudio: cortes, transições com ou sem trilha sonora e conexão nos cortes das falas (organização narrativa).

A edição é uma parte fundamental do podcast. É ela que dará a dinâmica e ritmo do trabalho. Este é o momento em que, de acordo com os cortes, você conectará uma fala à outra, sem perder o entendimento do todo. Se for um videocast, entra neste roteiro os momentos certos para inserção de imagens. Além da escolha das músicas que fazem toda a diferença na mudança de um bloco para outro, não esquecendo do direito autoral. Mas vale ressaltar que existem sites de trilhas sonoras de livre acesso.

Tarefa para a 3ª oficina:

Com base nos roteiros, cada grupo deverá realizar a gravação do áudio e selecionar trilhas sonoras para compor o material.

3ª oficina: editar o podcast.

- Prática de edição colaborativa com o material gravado pelos grupos.
- Explicação do papel da edição na construção do ritmo, clareza e coesão do podcast.
- Orientações sobre:
 - Escolha e inserção de trilhas sonoras entre blocos (respeitando o direito autoral).
 - Inserção de imagens, no caso de videocasts.
 - Uso de sites com trilhas sonoras de livre acesso.

ANEXO M - Roteiro do primeiro episódio do podcast -
Apresentação do Coletivo Novos Olhares.

Roteiro produzido pelas(os) alunas(os) para o primeiro episódio podcast do Coletivo Novos Olhares do C. E. Engenheiro Arêa Leão

(música mais alta e vai diminuindo o volume)

(Apresentação dos alunos e alunas)

Sou Camilly da turma 3001

Olá, sou Agatha da turma 3004

Sou Carlos da turma 3001

Sou Júlia da turma 3004

Sou Kauã da turma 3004

Sou Clara da turma 3004

Sou Henrique da turma 901

Sou Juliany da turma 3001

(todos juntos) - Somos o coletivo Novos Olhares

(música)

(Agatha) - Somos um grupo do Colégio Estadual Engenheiro Arêa Leão, e vamos abordar tudo que envolve gênero, igualdade, diversidade e respeito.

(Cadu) - Queremos criar um espaço onde todos possamos trocar ideias sem medo. Juntos nós crescemos e aprendemos muito mais!

(Kauã) - Nós do coletivo Novos Olhares vamos abordar assuntos do nosso cotidiano, envolvendo gênero, igualdade e diversidade.

(Camilly) - Você já pensou em fazer parte de um grupo que valoriza a diversidade.

(Juliany) - Qual tema você gostaria de ouvir no nosso podcast?

(Pitico) - E aí, galera! Se junte a gente.

(Clara) - No nosso primeiro podcast vamos falar de um tema muito sério, a violência contra as mulheres.

(Júlia) - E pra você o que é violência contra a mulher?

(Jhully) - Antes de encerrar nosso primeiro podcast queremos fazer uma proposta - Por que sabemos tão pouco sobre as mulheres nas matérias que aprendemos na escola? Onde elas estão na física, na biologia, na matemática, na história? Que tal pesquisarmos sobre isso?

(música entra mais baixa e vai aumentando e depois diminuindo)

(Ladisséa) - Sou Ladisséa, professora de história do Colégio Estadual Engenheiro Arêa Leão e mestrando da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Este podcast integra o produto pedagógico do Mestrado Profissional em Ensino de História – Profhistória.

(A música entra mais baixa e vai aumentando gradativamente e encerra).

ANEXO N - Roteiro do segundo episódio do podcast - Tem: Violência contra à Mulher

Segundo episódio podcast.

Roteiro produzido pelas(os) alunas(os) para o segundo podcast – coletivo de alunas e alunos do C. E. Engenheiro Arêa Leão – sob orientação da professora e mestranda do mestrado profissional em Ensino de História – profhistória - UNIRIO, Ladisséa Salvina da Silva.

Tema: Violência contra a Mulher

(música)

(Vozes juntas) – Olá, nós somos o Coletivo Novos Olhares.

- Os áudios sem intervalo, bem colados – vozes juntas e áudio 1

(ÁUDIO 1 - Juliany) - do Colégio Estadual Engenheiro Arêa Leão.

(Música subindo)

(Música continua no fundo, mais baixa)

(ÁUDIO 2 - Jhully) - Olá pessoal, neste podcast vamos falar sobre um tema urgente que atinge a todos: a violência contra a mulher.

(ÁUDIO 3 - Isabella) - Saiu este ano os números de uma pesquisa feita em 2024, que mostra que a violência contra as mulheres não diminui, só fica mais grave.

(ÁUDIO 4 - Clara) – Foram registrados quase noventa mil casos de estupro.

(ÁUDIO 5 - Juliany) – Quase 1.500 mulheres foram mortas, apenas por ser mulher.

(ÁUDIO 6 - Jhully) - Isto significa que cerca de quatro mulheres foram assassinadas por dia.

(ÁUDIO 7 - Isabela) - 80% dos casos de feminicídio foram cometidos por ex-maridos e ex-namorados.

(ÁUDIO 8 - Clara) – Na maioria dos casos as mulheres foram assassinadas dentro de casa.

(ÁUDIO 9 - Juliany) - Quanto à violência doméstica, houve mais de 1 milhão de denúncias para o n 180. Que é a Central de Atendimento à Mulher

(ÁUDIO 10 - Jhully) - Esses números falam de vidas interrompidas, de sonhos silenciados. Mas também falam da nossa responsabilidade.

(ÁUDIO 11 – Isabela) - A violência contra a mulher é um problema de toda a sociedade,

(ÁUDIO 12 - Clara) - e pode começar a ser enfrentada dentro da nossa escola,

(ÁUDIO 13 - Juliany) - Vamos respeitar as meninas e mulheres que fazem parte da nossa vida.

(ÁUDIO 14 - Jhully) - Aqui vai uma ideia, vamos pensar em uma campanha de combate à violência contra as mulheres?

(ÁUDIO 15 - Isabela) - Se você está passando por violência ou conhece alguém nessa situação, denuncie: ligue 180, procure a DEAM.

(ÁUDIO 16 - Ladisséa) – Os dados veiculados por este podcast, fazem parte do **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Os dados específicos sobre as mulheres podem ser acessados no site do Instituto Patrícia Galvão.**

https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/19o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-fbsp-2025/?utm_source=chatgpt.com

(ÁUDIO 17 - Clara) - Até o próximo episódio.

(música)